

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

GILBERTO FERREIRA DE SOUZA

DA CERTEZA: REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

CURITIBA
2007

GILBERTO FERREIRA DE SOUZA

DA CERTEZA: REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção ao título de mestre. Orientadora: Profa. Dra. Inês Lacerda de Araújo.

CURITIBA
2007

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, a Profa. Dra. Inês Lacerda de Araújo, pela precisa orientação que me foi dada e pela leitura minuciosa dos textos da presente dissertação. Também pela amizade e confiança.

Agradeço também aos membros da banca de qualificação, os Profs. Drs. Cleverton Leite Bastos e Bortolo Valle, cujas sugestões foram preciosas para a identidade desse trabalho final. E, finalmente, agradeço a minha querida esposa Nelci, pelo amor e paciência.

À minha pequena **Laila**, com amor.

“Uma confiança simples, fundamental sem a qual nós não podemos mais viver do que saber e duvidar. Nisso nós somos mais como animais; não há verificação que nós e o mundo exista, mas somente um agir e ser no mundo. A apalpação de um bebê procurando pelo peito de sua mãe não questiona nada e, olhando para seu reflexo no espelho, não se pergunta se aquilo é, simplesmente chega lá. Ur-confiança é o principal móvel. Está lá em nosso nascimento, e é combustível que nos compele a ação e impulsiona todo o nosso sistema de crenças. Imóvel nas fundações, no nível de instinto e instinto adquirindo, a confiança primitiva começa a hesitar assim que nós deixamos o fundamento. Lá, a gradação começa. Como nós entramos no reino do intelecto e afirmamos o conhecimento, a confiança cede à desconfiança. A necessidade de verificação é a marca registrada do conhecimento. Ela adequa o cientista a ocultar sua confiança, a repetidamente tentar a falsificação e como a sentir apropriadamente justificado em finalmente conceder sua confiança. E ainda embora sua busca seja sem fim, sua cautela não é. Sua desconfiança é baseada na confiança. Sua dúvida chega depois da crença. Toda sua pergunta é baseada em certezas que ele não tem testado e que não pensaria em testar: ele tem olhos, seus olhos normalmente enganam-no, a água não tem as mesmas propriedades que o sangue, ele vive em um mundo habitado por cientistas e não cientistas, ele ainda em algum futuro não muito distante precisa comer e dormir.” (Sharrock, 2002).

Resumo

Um novo olhar em relação à *Da Certeza* (DC) leva a uma reinterpretação da obra de Wittgenstein; é possível uma demarcação mais sutil que indica não apenas uma terceira fase do pensamento de Wittgenstein, mas também que ele foi o autor de três, e não duas obras-primas. O presente trabalho versa sobre a relação de Wittgenstein com a epistemologia e seu objeto de pesquisa é a obra DC. Para tanto, após focalizar a estrutura e a importância da obra e suas contribuições substanciais para a epistemologia associadas ao seu novo método, e analisar alguns conceitos básicos e necessários do pensamento do autor, a presente dissertação trata de alguns temas fundamentais sob a perspectiva de Stroll, Phillips e Sharrock (comentadores de DC). Estes estudos levam a considerar que DC pode ser vista não apenas como uma extensão de IF ou um mero comentário sobre os trabalhos de Moore, mas uma obra original em que o autor está preocupado com questões filosóficas clássicas sobre a natureza da certeza e sua relação com o conhecimento humano. E, ao abordar a polêmica idéia de um *terceiro* Wittgenstein sob as temáticas da terapia, do ceticismo, do externalismo e do fundacionalismo, procura-se evidenciar que questões que ficaram em aberto em IF são encaminhadas para um novo foco em DC de modo a dar novo contorno à epistemologia e seus conteúdos, e repensá-la sob a perspectiva pragmática do uso e do papel que saber, certeza e dúvida têm em nossas formas de vida. O *terceiro* Wittgenstein aborda em DC assuntos já tratados em obras anteriores, mas agora ele os aborda diretamente, devota a eles atenção concentrada e faz uma reformulação ou re-categorização conceitual dos problemas filosóficos, gramaticaliza a experiência e permite remodelar o perfil da epistemologia e seus componentes.

Palavras-chave: Wittgenstein, certeza, conhecimento, fundacionalismo, ceticismo.

Abstract

A new look at the relation *On Certainty* (DC) leads to a reinterpretation of the work of Wittgenstein, it is possible a more subtle demarcation indicate not only a third phase of the thinking of Wittgenstein, but also that he was the author of three, and not two masterpieces. This paper deals with the relationship of epistemology and Wittgenstein with the object of their search is the work DC. Thus, after addressing the structure and importance of the work and its substantial contributions to the epistemology associated with his new method, and examine some basic concepts and the necessary thinking of the author, this dissertation deals with some fundamental issues from the perspective of Stroll, Phillips and Sharrock (commentators of DC). These studies led to believe that DC can be seen not only as an extension of IF or merely a comment on the works of Moore, but, an original work in which the author is concerned with philosophical questions about the nature of classical certainty and its relationship with human knowledge. And, when board the controversy idea of a *third Wittgenstein* under the themes of therapy, the skepticism of externalism and foundationalism, seeks to show that questions that were open on IF are routed to a new focus on DC to give new contour to the epistemology and its contents, and re-think it from the perspective of pragmatical use and the role that knowledge, certainty and doubt have in our ways of life. The *third* Wittgenstein board on DC matters already dealt with in previous works, but now he board so directly, devote the focused attention and makes a rewording or re-categorization of conceptual problems philosophical, gramaticaliza the experience and allows renovate the profile of the epistemology and their components.

Key-Words: Wittgenstein, certainty, knowledge, foundationalism, skepticism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: ESTRUTURA DA OBRA “DA CERTEZA” DE WITTGENSTEIN.....	17
1.1 A IMPORTÂNCIA DE <i>DA CERTEZA</i>	17
1.2 A FORMA DE <i>DA CERTEZA</i>	19
1.3 O ESTILO DE WITTGENSTEIN EM <i>DA CERTEZA</i>	21
1.4 O CONTEÚDO DE <i>DA CERTEZA</i>	23
1.4.1 UM FALSO INÍCIO: A LINGUAGEM.....	24
1.4.2 DO FAZER PARA O PENSAR, SEM INTERMEDIÁRIO, E NÃO O CONTRÁRIO.....	25
1.4.3 UM BOM INÍCIO: A LINGUAGEM DA VIDA.....	26
1.5 <i>DA CERTEZA</i> ENTRE O CORPUS WITTGENSTEINIANO.....	26
1.6 A TAREFA DA FILOSOFIA E SEU MÉTODO.....	28
1.7 A INVESTIGAÇÃO EPISTEMOLÓGICA.....	29
CAPÍTULO II: ANÁLISE DE ALGUNS CONCEITOS PRINCIPAIS DO <i>DA CERTEZA</i>.....	30
2.1 OS JOGOS DE LINGUAGEM.....	30
2.2 DÚVIDA.....	33
2.2.1 A DÚVIDA PRECISA DE FUNDAMENTOS.....	34
2.2.2 A DÚVIDA DEVE TRADUZIR-SE EM COMPORTAMENTO.....	34
2.2.3 A DÚVIDA PRESSUPÕE O DOMÍNIO DE UM JOGO DE LINGUAGEM.....	36
2.2.4 A DÚVIDA UNIVERSAL É IMPOSSÍVEL.....	37
2.2.5 A DÚVIDA PRESSUPÕE A CERTEZA.....	38
2.3 A CERTEZA.....	42
2.3.1 CARACTERIZAÇÃO DA CERTEZA EM TERMOS PROPOSICIONAIS.....	44
2.3.2 CARACTERIZAÇÃO DA CERTEZA EM TERMOS NÃO-PROPOSICIONAIS.....	46
2.4 O CONHECIMENTO.....	49
2.5 O SIGNIFICADO.....	56
2.6 SEMELHANÇA DE FAMÍLIA.....	58
2.7 FORMA DE VIDA.....	59
2.8 CONTEXTO.....	64
2.9 A GRAMÁTICA.....	65
2.10 SEGUIR UMA REGRA.....	67

CAPÍTULO III: ANÁLISE DO FUNDACIONALISMO EM <i>DA CERTEZA</i> SEGUNDO	
ALGUNS DE SEUS PRINCIPAIS COMENTADORES.....	72
3.1 AS PROPOSIÇÕES EMPÍRICAS E PROPOSIÇÕES FUNDACIONAIS.....	72
3.1.1 A LEITURA DE STROLL.....	72
3.1.2 A LEITURA DE RHEES.....	78
3.1.3 A LEITURA DE SHARROCK.....	82
CAPÍTULO IV: O <i>TERCEIRO</i> WITTGENSTEIN.....	88
4.1 A NOÇÃO DE TERAPIA DE INVESTIGAÇÕES É ATENUADA EM <i>DA CERTEZA</i>	88
4.2 O ANTI-CETICISMO DE WITTGENSTEIN EM <i>DA CERTEZA</i>	92
4.2.1 O <i>TERCEIRO</i> WITTGENSTEIN (<i>DA CERTEZA</i>).....	94
4.2.2 A LÓGICA EM AÇÃO DE WITTGENSTEIN EM <i>DA CERTEZA</i>	98
4.3 WITTGENSTEIN EXTERNALISTA.....	100
4.3.1 CRITÉRIOS PÚBLICOS NO CONHECIMENTO.....	100
4.3.2 PRAXIOLOGIA E AXIOLOGIA COMO MOMENTOS PRÉVIOS A EPISTEMOLOGIA.....	104
4.4 A QUESTÃO DO FUNDACIONALISMO.....	107
4.5 “PADRÕES DE VIDA”: UM CONCEITO DO <i>TERCEIRO</i> WITTGENSTEIN.....	112
CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125

INTRODUÇÃO

Pode-se reivindicar que Wittgenstein é um dos grandes filósofos do século XX, conhecido como o autor de duas obras primas: O *Tractatus Lógico-Philosophicus* (TLP) e as *Investigações Filosóficas* (IF). A consideração do trabalho de Wittgenstein como um todo unificado, consistente e insistente na abordagem terapêutica tem dividido o pensamento do autor em duas fases distintas. Nesta visão, Wittgenstein reconsiderou o TLP, produzindo assim uma divisão natural no que os críticos chamaram de “primeiro” e “segundo” Wittgenstein.

Uma demarcação mais sutil, levando em conta a transição entre os dois, é aquela em que os críticos se referem ao Wittgenstein do início, do meio e do fim, e a referência ao Wittgenstein do fim invariavelmente inclui as IF. Não é suficientemente reconhecido que após o seu trabalho seminal Wittgenstein se fragmenta. Há estudiosos que acreditam que o desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein garante a distinção de uma fase pós-*Investigações*, de um “terceiro Wittgenstein”¹, do aspecto indiscriminado do que é chamado de segundo ou último Wittgenstein. Esta demarcação, segundo Wright, “suplantaria a divisão bipartida tradicional da filosofia de Wittgenstein coroado por o TLP e IF e indica não apenas uma nova fase no pensamento de Wittgenstein, mas também que ele foi o autor de três, e não duas obras primas” (WRIGHT, 1982, p.182).

A literatura devotada à sua filosofia é extensa. Mas, se comparados com a quantidade de trabalhos sobre o TLP e IF, os estudos devotados a DC são muito poucos, embora seu número esteja crescendo. Além disso, há obras de grande valia² que se ocupam com temas fundamentais de DC e que são contribuições importantes para entender o pensamento do autor. Todavia, em algumas das obras citadas que devotam espaço a DC, segundo Stroll (1994), parece não haver um tratamento de DC por si só. Mas, em geral, o foco está em outro lugar, pois tendem a interpretar DC à luz da abordagem de Wittgenstein em IF ou no TLP, portanto, minimizando a originalidade do último trabalho (STROLL, 1994, p. 05-06).

¹ Por “Terceiro Wittgenstein” entende-se, segundo Moyal-Sharrock, uma nova fase que compreende todos os escritos de Wittgenstein a partir de 1946. Isto inclui *Da Certeza*, *Remarks on Colour*, *Zettel* e todos os escritos na *Psicologia da Filosofia*, incluindo a Parte II de *Investigações Filosóficas* (MOYAL-SHARROCK, 2004, p.01). A presente pesquisa aceita esta distinção, ainda que ela seja alvo de polêmica.

² Entre as quais, menciona-se *Intentionality and knowledge: Studies in the Philosophy of G.E. Moore and Ludwig Wittgenstein*, de Helge Margren, 1971; *Certainty: A Discussion of Wittgenstein's Notes in On Certainty*, de Carolyn Wilde, 1976; *Paradoxes of Knowledge*, de Elizabeth Wolgast, 1977; *Wittgenstein and Knowledge: The Importance of On Certainty*, de Thomas Morawetz, 1978; *On Doubting the Reality of Reality: Moore and Wittgenstein on Sceptical Doubts*, de Gunnar Svensson, 1981; *Sense and Certainty*, de Marie McGinn, 1989; e *Wittgenstein On Foundations*, de Gertrude Conway, 1989.

A questão principal abordada na pesquisa é a relação de Wittgenstein com a epistemologia³. A obra DC de Ludwig Wittgenstein constitui o objeto desta investigação, que pretende indicar algumas reflexões epistemológicas através de elementos, conceitos e propostas, que favorecem tal possibilidade.

Cumprir lembrar, portanto, que a presente leitura, assim como toda e qualquer leitura, estará privilegiando certas linhas argumentativas dos textos, em detrimento de outras, tendo em vista o propósito do trabalho, a saber, tematizar algumas reflexões epistemológicas de Wittgenstein em DC, que são de fundamental importância para repensar questões como: dúvida, certeza, natureza e fontes do conhecimento⁴.

Wittgenstein não trabalha diretamente temas epistemológicos no TLP e nem em IF, pelo menos no que diz respeito à primeira parte desta. Todavia, não se pode dizer o mesmo da segunda parte, em que Wittgenstein dá início à uma reflexão epistemológica ainda solta, que se tornará intensa e profunda, em alguns de seus trabalhos posteriores, o que faz com que se torne difícil negar a existência de reflexões epistemológicas na fase tardia deste autor.

Há de se ressaltar outra idéia importante sobre o assunto referido: um possível conceito de epistemologia em Wittgenstein não constitui um sistema acabado, uma vez que em DC, mais que em IF, segunda parte, vê-se um trabalho em processo. Este fator dificultou a precisão de um alvo conceitual, sem interferir, contudo, na viabilidade da pesquisa, indicando a importante questão da existência de reflexões epistemológicas no *terceiro* Wittgenstein.

Wittgenstein lança mão de uma multiplicidade de conceitos para fins argumentativos e que torna claro que, na evolução geral de seu pensamento, há também uma evidente evolução de tais conceitos. Ao trabalhar a fase tardia do autor, destaca-se que o mesmo faz uso de conceitos fundamentais, como “jogo de linguagem”, “forma de vida”, “significado”, “contexto”, “certeza”, “gramática”, “regra”, “dúvida”, entre outros já presentes em obras anteriores, mas que, por sua vez, dão forma e caracterizam a terceira fase do filósofo, como indicadores de uma abordagem de termos epistemológicos.

³ Epistemologia deve ser entendida no sentido de problematizações que dizem respeito ao conhecimento. Mesmo havendo controvérsias acerca de se há ou não o desenvolvimento de reflexões específicas em termos de epistemologia em DC, como afirma Michel ter Harker (p.102) as observações sobre a certeza, apesar de despertarem muitas interpretações conflitantes, são pelo menos reconhecíveis como pertencendo à epistemologia. (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 125).

⁴ As principais reflexões da presente pesquisa provêm principalmente das obras de três autores: *Moore and Wittgenstein On Certainty*, de Avrun Stroll (1994); *Wittgenstein's On Certainty: There – Like Our Life*, de D. Z. Phillips (2003); *The Third Wittgenstein: The Post-Investigations Works (2004)* e *Understanding Wittgenstein's On Certainty* (2004), ambos de Daniele Moyal-Sharrock. E objetiva-se defender, com base nestes autores, uma idéia ainda não aceita entre a maior parte dos comentadores de Wittgenstein, a saber, a existência de um “*Terceiro* Wittgenstein” presente, sobretudo em DC.

Em relação ao método de Wittgenstein, menciona-se o que ele disse de si mesmo, a saber, que sua maior contribuição foi ter introduzido na filosofia um novo método que é um mérito considerável. O filósofo não discorre sobre o que o método é: ele quer deixar claro que os interessados o descobrem ao longo da leitura de seus trabalhos. No prefácio de IF, Wittgenstein demonstra receio em relação a suas reflexões poderem ser mal compreendidas, com tentativas de forçá-las em uma direção singular contra sua inclinação natural. É por isso que o método compõe-se de uma sucessão de notas aforísticas, uma técnica que, segundo Wittgenstein, é “conectada com a natureza da investigação”. Alternadas de um tópico para outro, tais notas vão caracterizar, o que ele chama de “esboços de paisagens que surgiram nestas viagens longas e complicadas” (IF, p.11).

Wittgenstein estava consciente de que os problemas filosóficos resistem à simplificação teórica que propõe soluções generalizadas e de fácil explicação. Deve-se, pois, considerar a gama de casos a qual nenhuma definição simples acomodará a variedade deles. Por isso, tais problemas requererem uma especial sensibilidade, tanto para entender por que eles surgem nas formas labirínticas em que surgem e como, se é que podem, são “resolvidos”. Esta sensibilidade especial cristaliza-se no que Wittgenstein chama de método, e este método, em si, dá margem a mais complicações para o intérprete. Wittgenstein não explica exatamente o que deve ser concluído/realizado. E em IF, ele diz que seus temas são abordados em “esboços de paisagens” e, com esta locução, parece implicar que não tomará a forma de argumentação explícita, que leva a tipos de conclusões, conforme a pretensão da filosofia tradicional.

O método de Wittgenstein desenvolve-se num estilo aforístico, o qual é trabalhado de forma especial na obra em questão – DC -, pelo esquema quase socrático de colocar questões e frequentemente deixá-las suspensas, sem respostas. Estas questões são, às vezes, para ele mesmo e, algumas vezes, parecem não ser endereçadas a ninguém. Os mesmos temas são discutidos várias e várias vezes, sempre começando do zero, por diversos ângulos, vistos por várias perspectivas, como um caleidoscópio que nunca termina. Assim, sem existir um sumário de seções anteriores ou um sinal de onde algo se localiza naquele momento no texto, ou qualquer indicação de que estes aforismos estão gradualmente desenredando o fio de um argumento submerso, vão tomando a forma de asserções, que podem ser pensadas como indagações implícitas. De fato, é duvidoso que o processo investigativo tenha qualquer coisa que pudesse ser chamado de um fim. Talvez ele possa e deva simplesmente continuar (STROLL, 1994, p. 55).

Para entender o que Wittgenstein está tentando fazer em DC, Stroll (1994) acredita ser possível encontrar um padrão na coleção de fragmentos, uma estrutura dinâmica no trabalho.

Wittgenstein, segundo Stroll, inicia com um conjunto de comentários sobre a prova de Moore de um mundo exterior e sobre a afirmação de Moore saber, com certeza, as premissas de sua prova. A partir daí, a investigação ramifica-se em várias direções, sendo quase impossível achar uma linha reta ou contínua, através de qualquer uma delas, pois são inúmeras as variações. Mas no meio delas estão momentos súbitos: afirmações com *insights* que mostram um entendimento profundo dos assuntos, o que direciona o leitor a perceber a existência de um tipo de movimento progressivo nesta aparente aleatoriedade.

O *DC*, gradualmente, muda o foco de Moore para os papéis interpretados em “os jogos de linguagem” por “práticas” como duvidar, afirmar, declarar, saber, e daí por diante e, destas considerações, surge um novo entendimento acerca da natureza da certeza. Conhecimento e certeza são revelados como conceitos independentes, que desempenham papéis relacionados, mas diferentes na comunicação e outras formas de interação humana. Eventualmente, o foco de Wittgenstein é voltado para a certeza em si, e esta noção é explorada incansavelmente em uma série de metáforas brilhantes.

Stroll (1994) aponta três características do método de Wittgenstein, a saber, a sua íntima conexão com sua concepção da natureza da filosofia, sua manifestação em um estilo literário especial que Stroll nomeia de “texto descontínuo”, e seu propósito ou aspiração, ou seja, aquilo que Wittgenstein espera conquistar com o uso deste método.

1) Em relação à primeira característica, a mais sustentada meta-discussão de Wittgenstein sobre a natureza da filosofia e seus problemas encontra-se em IF, 89-133, quando Wittgenstein usa o termo “filosofia” de duas maneiras diferentes: uma que se reporta àquela filosofia tradicional, com seu modo de entender a natureza do mundo e dos seres que o habitam. Ela tenta facilitar tal entendimento ao achar padrões coerentes que estão nas entrelinhas, escondidos entre a confusão que todos nós confrontamos. Então a filosofia tradicional torna-se uma investigação para revelar os princípios escondidos, as essências das coisas, que nos permitirão fazer sentido do mundo tal como o encontram. “É como se tivéssemos que *penetrar* os fenômenos”, escreve Wittgenstein, (IF, 90). Esta filosofia “tem o caráter de *profundidade*” em sua tentativa de descobrir os princípios básicos da realidade. Os problemas por si mesmos são profundos. Como Wittgenstein coloca, esta é uma atividade que faz surgir “profundas inquietações”, com problemas que têm raízes “tão profundas em nós como as formas de nossa linguagem” (ver IF, 111 e STROLL, 1994, p. 83-84).

Outra concepção alternativa da filosofia destina-se a nos ajudar a ter um melhor entendimento do mundo do que a filosofia tradicional e em particular, designa-se a evitar o paradoxo. As duas concepções contrastam-se nesta passagem: “A descoberta real é a que me

torna capaz de deixar de filosofar quando eu quizer. - A descoberta que aquieta a filosofia, de tal modo que ela não seja mais açoitada por questões que coloquem *a ela mesma* em questão” (IF, 133). Esta segunda indicação mostra como o modo mais antigo (filosofia tradicional) pode ser evitado ou suprimido e pode ser substituído por um novo modo de fazer filosofia, a saber, “que aquieta a filosofia” (ver IF, 126). Wittgenstein concorda com o filósofo tradicional de que os fatos são complexos. Mas aconselha para não tentar olhar mais profundamente porque a prática diária revela que se sabe e que se tem domínio do conceito. Então a filosofia alternativa de Wittgenstein concebe que nenhum fato real está em questão, nenhum fato falta para ser explicado. Virtualmente todo mundo sabe como usar o conceito em sua vida diária e então todos sabem. Cabe à nova filosofia *relembrar* os filósofos tradicionais, que em todos os casos eles possuem tal conhecimento. E pode-se fazer isto, ‘trazendo palavras dos seus usos metafísicos para os seus usos diários’ (ver IF, 116 e STROLL, 1994, p. 86-87).

2) Stroll (1994, 88-89) define o conceito de “texto descontínuo” como um estilo literário de escrita que é não-sistemático, desconexo, divagante, descontínuo, tematicamente interrompido e marcado por transições rápidas de um assunto para o outro. O “texto descontínuo” tipicamente toma a forma de observações vigorosas, como máximas, aforismos, parágrafos curtos ou outros tipos de fragmentos dispersos. Estes ditados curtos funcionam como unidades básicas através das quais o autor deseja comunicar seus pensamentos. Neste sentido, o “texto descontínuo”, distingue-se das formas discursivas de escrita mais padrão, nas quais as idéias estão organizadas de forma coerente em unidades maiores: seções, capítulos ou até livros inteiros, caracterizando o trabalho como uma “coletânea de pedaços”.

3) Finalmente, como terceira característica, Wittgenstein não explicita o seu método e, muito menos, o que ele quer atingir. Na visão de Stroll (1994), Wittgenstein desenha este método com duas finalidades: primeiro, afrouxar ou eliminar a influência que certos modelos conceituais exercem sobre os filósofos e, segundo, tornarem explícitos através de um conjunto de recordações, os reais papéis que várias noções desempenham em nossas vidas diárias.

Tendo em vista uma melhor organização, a presente pesquisa está desenvolvida em três capítulos como se seguem:

O *primeiro capítulo* desta dissertação focaliza a estrutura e a importância da obra DC de Wittgenstein: sua forma, estilo e conteúdo. Vê-se também que Wittgenstein é um dos grandes filósofos do século XX e contribuiu substancialmente para vários campos do conhecimento, contribuições associadas ao seu novo método que ele jamais conceitua claramente. Na produção filosófica de Wittgenstein, espantosa em volume e conteúdo, destacam-se dois de

seus trabalhos: o TLP, as IF. E graças a análises recentes está crescendo o consenso entre os exegetas de que deve-se adicionar a este par um terceiro trabalho chamado DC. Esta obra é recentemente vista por analista de peso (ver nota 3) não apenas como uma extensão de IF ou um mero comentário sobre os trabalhos de Moore, mas um trabalho altamente original em que Wittgenstein se vê às voltas com preocupações filosóficas clássicas, sobre a natureza da certeza e sua relação com o conhecimento humano, o que o torna DC de relevância direta para o estado de arte nas discussões sobre epistemologia.

No *segundo capítulo* abordam-se alguns conceitos fundamentais para a compreensão do pensamento de Wittgenstein, a saber, “jogos de linguagem”, “dúvida”, “certeza”, “conhecimento”, “significado”, “semelhança de família”, “forma de vida”, “contexto”, “gramática” e “seguir uma regra”, tendo em vista a compreensão dos conceitos básicos ou pressupostos gerais do pensamento do autor. Estes conceitos serão analisados (não exaustivamente), na perspectiva de possibilitar tratar das reflexões epistemológicas de Wittgenstein em DC. Tais conceitos se acham predominantemente em IF, que permanece como um pano-de-fundo para as reflexões de DC.

O *terceiro capítulo* tem por objetivo tratar do tema do fundacionalismo em DC de Wittgenstein e analisá-los na perspectiva de localizar os pontos comuns e os contrastes entre os comentadores utilizados nesta pesquisa. O intuito é argumentar contra as posturas que defendem um Wittgenstein visto ora como cético, ora como fundacionalista a respeito da possibilidade do conhecimento. A partir do texto DC e dos comentários de Stroll, Phillips, Sharrock e Requejo procura-se evidenciar que Wittgenstein, nesta obra, mostrou o erro do cético e rejeitou o fundacionalismo.

No *quarto capítulo* trata-se de abordar a polêmica idéia de um *terceiro* Wittgenstein proposta por alguns de seus comentadores como Stroll, Wright e principalmente Sharrock. Ao abordar alguns temas enfrentados por Wittgenstein em DC quer-se argumentar contra as posturas que defendem um Wittgenstein único e tão somente terapêutico, cético e fundacionalista a respeito da possibilidade do conhecimento. A partir do texto DC e dos comentários de Stroll (1994), Phillips (2003), Sharrock (2004) e Requejo (1998) procura-se evidenciar que o *terceiro* Wittgenstein vai, nesta obra, além da atividade terapêutica, defende uma visão externalista, (compromisso com o aprendizado lingüístico e extensão do comportamento humano), mostra o erro cético e rejeita o fundacionalismo. E, por fim, após apresentar a idéia de um *terceiro* Wittgenstein, quer-se no último item, mencionar também um trabalho próprio do *terceiro* Wittgenstein: o conceito de “padrões de vida”. Sob a influência de Darwin, Wittgenstein desenvolve tal conceito para dizer que os diferentes

elementos das nossas experiências ou comportamento determinam nossos conceitos psicológicos.

Assim, com a presente abordagem, espera-se poder atingir o objetivo proposto por esta pesquisa, a saber, apresentar de modo geral a relação de Wittgenstein com a epistemologia com respeito ao DC e, de forma específica, abordar as reflexões temáticas próprias do chamado *terceiro* Wittgenstein, como a terapia, o fundacionalismo, o externalismo e o ceticismo.

1. ESTRUTURA DA OBRA “DA CERTEZA” DE WITTGENSTEIN

1.1 A IMPORTÂNCIA DE DA CERTEZA

Wittgenstein, um dos grandes filósofos do século XX, contribui substancialmente para vários campos do conhecimento, inclusive para a epistemologia, contribuições essas associadas ao seu novo método introduzido na filosofia, o qual ele jamais conceitua claramente mas pressupõe que seus leitores o detectem ao longo de seus trabalhos; esse método pode ser caracterizado como “esboços de paisagem”.

Suas obras deixam transparecer um profundo e original investigador cujo modo de explorar os problemas filosóficos é muito particular, pois sua genialidade pode ser medida pelas questões que ele levanta.

Sua produção foi grande em volume e conteúdo⁵. Nos materiais publicados de Wittgenstein, dois de seus trabalhos são considerados obras primas se destacando dos outros: a contribuição do período inicial de Wittgenstein, o TLP, e as realizações da sua maturidade, em que se destaca as IF. Porém, um consenso está crescendo entre os exegetas de que um terceiro trabalho seja adicionado a este par, chamado DC. Trabalho que ainda não tem recebido o tratamento acadêmico que merece.

Poucos analistas de Wittgenstein devotam algum espaço para DC, em geral, o foco dos estudos está em outro lugar, minimizando assim a originalidade da obra, ao dizer que as questões abordadas ali são óbvias e, portanto, dão a elas um tratamento superficial⁶. Faz-se necessária, portanto, uma correção que mostre que DC é estudo maduro, não apenas uma extensão de IF, mas um trabalho altamente original, de muitas maneiras fundamentalmente diferente. Em DC, Wittgenstein se vê às voltas com preocupações filosóficas clássicas sobre a natureza da certeza e sua relação com o conhecimento humano.

⁵ Dos 90 volumes de material que são estimados em *Nachlass* de Wittgenstein, somente uma dúzia foi editada e publicada. Alguns dos manuscritos da coleção contêm correspondência não-filosófica, mas o material puramente filosófico é surpreendente. Wittgenstein, ironicamente publicou apenas dois trabalhos em vida, o *Tractatus* e um documento curto no “*Proceedings of the Aristotelian Society*”. O impacto de tudo que ele escreveu ainda está sendo sentido. Desde a morte de Wittgenstein em 1951, uma vasta gama de artigos, monografias, coleções de ensaios, algumas biografias e até alguns romances (inclusive há um filme) foram devotados ao seu trabalho e a sua vida, e essa literatura tem aumentada enormemente (STROLL, 1994, p. 04).

⁶ Stroll (1994) diz que ninguém, com exceção de McGinn explora por extenso a relação entre Moore e Wittgenstein. Todavia, McGinn, em sua interpretação de Wittgenstein em DC, mantém-se fixa e limitada ao nível proposicional da certeza, e ignora que o filósofo está se afastando para o nível não proposicional, uma dimensão mais profunda. Por isso Stroll acentua que a interpretação de McGinn é limitada (STROLL, 1994, p. 06-07).

Não se pode negar que há em certa medida, uma continuidade no pensamento de Wittgenstein⁷. Todavia, é justificável dizer que há diferenças significativas entre DC e seu trabalho precedente, inclusive IF. E, portanto, já é hora de o importante status de DC vir à superfície e suas idéias fundamentais serem trazidas de uma maneira que foque a relação entre Moore e Wittgenstein e estabeleça em que a obra contribui para a filosofia e, em especial, a epistemologia. A ênfase se desloca da representação para a ação.

O DC de Wittgenstein, tem uma história “dramática”, devido ao modo como foi escrito, o modo de sua composição e o papel que ele desempenha no corpus wittgensteiniano (Wittgenstein estava à beira da morte quando escreveu os últimos parágrafos). Wittgenstein morreu em 1951 e dada a vasta quantidade de material deixado, foi somente em 1969 que DC foi publicado. Stroll (1994) aponta dois fatores responsáveis por isso: um é que IF publicado em 1953 estava tendo muita atenção nesse período. Outro é que DC foi visto apenas como um comentário sobre os trabalhos de Moore. Nesse sentido, DC não teve muita importância porque pode-se entender tal trabalho apenas lendo-o através dos trabalhos de Moore escritos 25 anos antes, e isto eles não tiveram interesse em fazer (STROLL,1994, p. 08).

Pode-se reverter essa situação. A prova é que nos últimos quatro ou cinco anos o status de Moore começa a ser melhor avaliado e se está ciente de que ele foi uma das maiores figuras na filosofia do século XX. Com a apreciação crescente de Moore, a interpretação de Wittgenstein tomou nova significação: um exame mais profundo das contribuições de Moore para a epistemologia, levaram alguns acadêmicos a ler DC e perceber que há mais nesta obra do que meramente um comentário sobre Moore; ela contém uma nova abordagem sobre o problema da certeza e sobre os desafios céticos que qualquer defensor da certeza deva encarar, o que a torna de relevância direta para representar a epistemologia.

Em DC Wittgenstein comenta os trabalhos de Moore sobre o mau uso das expressões “Eu sei”, “Eu sei com certeza”, “É certo”, e “Eu tenho evidências conclusivas”, mas Wittgenstein vai mais longe do que Moore, e está na profundidade e originalidade de sua inquirição a importância de DC. O resultado disto é uma obra filosófica comparável a TLP e as IF, como afirmam, por exemplo, Stroll (1994), Phillips (2003) e Moyal-Sharrock (2002).

Moore viveu ainda mais sete anos depois de Wittgenstein escrever as notas de DC, mas Moore provavelmente nunca as leu, pois elas foram editadas somente no final dos anos 60. Além do interesse nos assuntos conceituais, Wittgenstein deve ter tido outro motivo para

⁷ Daniel D. Hutto defende que há um só Wittgenstein. A visão da forma geral da proposição no TLP que foi revista não basta para caracterizar um rompimento, pois sendo as proposições quadros lógicos, há certas condições para a linguagem representar o mundo, se e quando este for o caso (ver *Two Wittgensteins Too Many*, in: MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 25-40).

escrever sobre Moore. Nos anos 30, Moore escreveu um extenso e altamente crítico comentário intitulado *Wittgenstein's Lectures in 1930-33* sobre uma série de conferências feitas por Wittgenstein pouco depois de seu retorno a Cambridge. E Wittgenstein deve ter usado DC para responder às críticas.

O período de 1930-33 representa uma época de transição no desenvolvimento filosófico de Wittgenstein. Nesta época, ele se esforça para criar um novo método para lidar com os problemas filosóficos, e a natureza da atividade filosófica é um assunto dominante. O comentário de Moore, com extensão de uma monografia, não apenas descreve as várias conjecturas de Wittgenstein, mas lida criticamente com elas, mostrando em detalhes e com força lógica que o seu pensamento está confuso em vários pontos. Moore até escreve um pequeno documento, que dá a Wittgenstein, resumindo algumas de suas objeções. Então Wittgenstein está ciente das dificuldades que Moore havia detectado.

Moore era considerado um dos melhores filósofos de seu tempo, embora tenha tido seus detratores. Foi um idealista quando jovem filósofo em Cambridge; rompe radicalmente com essa linha e sob a influência de Russel assume o realismo, uma posição intransigente que mantém que vários tipos de coisas existem, independentemente de serem compreendidas/percebidas. E chama-as de “objetos materiais” ou “objetos físicos”, e os distingue das entidades mentais (como idéias, imagens e desejos) cuja existência não depende de elas serem percebidas.

1.2 A FORMA DE DA CERTEZA

DC talvez seja a “obra mais difícil de Wittgenstein”, afirma Stroll (STROLL, 2004, p. 81). E tal dificuldade pode ser devido às circunstâncias e também ao estilo em que foi escrito. Nota-se ali um trabalho⁸ em progresso, não polido e certamente não terminado, haja vista a sua morte repentina e seus últimos parágrafos escritos nas vésperas desta. Nesta obra, presencia-se Wittgenstein envolvido em análises e interrogações filosóficas em um estilo dramático, vivo e investigativo e tendo um problema muito específico para resolver muito mais do que em qualquer outro trabalho seu.

⁸ Pode haver alguma objeção a respeito das notas que compõem DC serem chamadas de um ‘trabalho’. Caso isso aconteça, o que pode e não pode com razão ser chamado de um trabalho no corpus de Wittgenstein é discutível, e a discussão teria que incluir IF, que o próprio Wittgenstein não considera como um trabalho terminado. E qualquer definição rígida de ‘um trabalho’ nos deixaria com um corpus de Wittgenstein muito reduzido. Na verdade, isso consistiria em um trabalho único. O TLP, como Guido Frongia e Brian McGuinness escrevem, é ‘o trabalho’ propriamente dito que Wittgenstein considerou terminado suficiente para ser impresso’, e nós teríamos dificuldade em achar, depois de TLP, qualquer de seus escritos que Wittgenstein teria considerado como um ‘trabalho terminado’.

Ao abrir *DC*, o leitor percebe o esforço de um filósofo sozinho com seu tema. Somos conduzidos em uma jornada intelectual, onde são expressas e divididas tanto as questões, a perplexidade, as hesitações, as contradições, a frustração e a resignação, como também o caminho ascendente, as visões, as apreensões, os desdobramentos da evidência, as deliberações, o suspense e as soluções.

O leitor desse desenvolvimento aparentemente caótico e instável, pode dirigir-se a uma leitura desconcertante, ou até mesmo desencorajadora ou pode também dirigir-se para uma das leituras mais fortemente cativantes da filosofia. É necessário viver o texto e afinar-se com suas matizes em desenvolvimento, é preciso atentar para as sutilezas de suas alusões internas, o peso preciso de suas ênfases, o uso algumas vezes enganoso das suas palavras, a interligação obscura e ainda inevitável dos vários fios de seu pensamento, o que faz de *DC* um dos trabalhos mais fascinantes e desafiadores de Wittgenstein. Também faz disso um trabalho o qual, se o leitor não é puxado para dentro da aventura intelectual, permanece impenetrável.

O que foi posteriormente intitulado como *DC* são, na verdade, notas não revistas escritas por Wittgenstein entre 1949 e 1951. Como G. H. von Wright indica:

As anotações de Wittgenstein em seus últimos dois anos de vida (depois de Maio de 1949) nunca avançaram para o estágio datilografado. Nessas anotações, três temas principais podem ser claramente distinguidos. Um que é tratado em sua totalidade se preocupa com conhecimento e certeza, e o que Wittgenstein escreveu nesse tema foi publicado com o título de *Da Certeza* em 1969 (...) Outros dois temas são filosofia da Psicologia e filosofia das cores... (WRIGHT, 1982, p. 59)

E ainda:

Durante o último ano e meio de sua vida, Wittgenstein escreveu quase exclusivamente sobre conhecimento e certeza. Esses escritos possuem uma unidade temática que as faz quase únicas em toda a produção literária de Wittgenstein... Considerando que as observações constituem um primeiro, não revisado manuscrito, eles parecem para mim ambos extraordinariamente talentosos em forma e conteúdo. (WRIGHT, 1982, p. 166)

Apesar de não terem sido revistas, essas notas possuem uma “unidade temática” (STROLL, 1994, p. 81) incomparável com os outros escritos de Wittgenstein. Elas são uma tentativa de Wittgenstein desfazer os nós de um problema filosófico específico causado por alguns trabalhos de Moore. Com *DC*, não se está na presença de uma compilação de passagens escritas acima de um período de 20 anos, como é o caso das *IF* ou de uma compilação feita por outra pessoa que não Wittgenstein, como é *RFM* ou *Z*. Mas diferentemente, *DC* é um tratamento espantosamente intenso de um tópico em um período de 18 meses. Os editores, G.R.M. Anscombe e G.H. von Wright prefaceiam *DC* da seguinte maneira:

Pareceu-nos consentâneo publicar este trabalho isoladamente. Não houve seleção; Wittgenstein individualizou-o nos seus livros de notas como sendo um tema à parte, cuja apreciação ele parece ter retomado em quatro períodos diferentes durante esses dezoito meses. Trata-se de um único e coerente tratamento do tema. (WRIGHT, Prefácio de DC)

1.3 O ESTILO DE WITTGENSTEIN EM *DA CERTEZA*

No Prefácio de IF Wittgenstein expressa o estilo de suas observações conectado à natureza dos seus pensamentos. Tais observações, ele escreve, são como “esboços de paisagem” desenhados de perspectivas variadas, e dessa forma o livro é realmente um álbum. Uma certa dificuldade para traçar uma progressão ou continuação simplesmente linear em qualquer dos últimos trabalhos de Wittgenstein é particularmente marcada em DC, onde as últimas passagens não parecem beneficiar-se das conclusões desenhadas nas primeiras.

Avrum Stroll chama o estilo de Wittgenstein em DC como o de um ‘texto descontínuo’. Esse estilo literário, adiciona Stroll, é encontrado já em IF, [m]as em DC é especialmente severo e adiciona às dificuldade de compreender o trabalho.

Com texto-descontínuo eu quero dizer um estilo literário de escrever que é não sistemático, desconexo, divagante, tematicamente ininterrupto e marcado por transições rápidas de um assunto para outro. Isso tipicamente toma a forma de observações vigorosas, com máximas, aforismos, provérbios, parágrafos curtos e outros tipos de fragmentos dispersos. (STROLL, 2004, p. 88-89)

Uma descontinuidade no estilo, porém, não implica em disparidade no tema. Como foi dito anteriormente, para von Wright DC possui ‘uma unidade temática’ que o faz quase único em toda produção literária de Wittgenstein, e Stroll acha que as anotações aparentemente aleatórias de DC formam “uma rígida, dinâmica e coesiva estrutura lógica que não é geralmente reconhecida” (STROLL, 1994, p. 81, 89-90). Na verdade, como Stroll nota, apesar da ausência da progressão linear, há um certo movimento progressivo:

Pode algum padrão ser encontrado nesta coleção de fragmentos? Eu acredito que sim. Existe, eu sugiro, um tipo de estrutura dinâmica, que evolui com o trabalho. Ele começa com comentários críticos sobre as provas de Moore sobre um mundo externo e sobre as alegações de Moore para saber, com certeza, suas provas. Desse começo, a investigação se ramifica em várias direções, embora seja impossível achar uma linha reta ou contínua através de alguma delas. Wittgenstein volta repetidamente a comentários antigos, às vezes repetindo-os, outras vezes variando-os. Mas entremeados com esses estão momentos repentinos: frases de insights que mostram um profundo entendimento dos assuntos. Estes momentos levam o leitor adiante, de forma que os teóricos do caos iriam gostar. Há um tipo de movimento progressivo, gradativo nessa aleatoriedade aparente. (STROLL, 1994, p.81)

Este ‘texto descontínuo’⁹ não deve, impedir de perceber a unidade temática de DC, nem de reconhecer que um problema está de fato sendo examinado e resolvido. Wittgenstein faz filosofia “como uma velha que está sempre a perder qualquer coisa e a procurá-la: ora os óculos, ora as chaves” (DC, 532).

Deve-se reconhecer que essa ‘perda’ não é tão ruim. E essa imagem desfavorecida da perda tem sua importância, pois pode ser lida à luz da análise menos incriminadora de seu ‘método’ em *IF* em que “os mesmos pontos ou quase os mesmos foram tocados sempre de novo a partir de direções diferentes, e foram projetadas sempre novas imagens” (Prefácio de *IF*).

As imagens de Wittgenstein da mesma paisagem das múltiplas perspectivas não implicam em dispersão; ele desenha suas conclusões repetidamente *de vários ângulos*, não somente de um. E cada nova perspectiva, não somente a primeira, demanda uma mente aberta, uma aproximação ingênua, que não tem certeza de nada e que não aceita prévias conclusões. Ele deve começar do zero cada vez, e fazer as mesmas questões insistentemente, com somente uma variação leve ou em um diferente contexto.

Não é por simples insatisfação com prévias conclusões que Wittgenstein é conduzido às repetições, mas é o respeito pelo particular que o compele a examinar minuciosamente cada caso variante e trazer seus novos parâmetros, novas considerações e uma nova, mais informada contribuição para o entendimento de determinadas questões.

Pode-se caracterizar o estilo filosófico do último Wittgenstein por uma habilidade perpetuamente energizada para pular de volta repetidamente, embora cada vez de uma perspectiva renovada, e com uma nova série de palavras, dentro da mesma questão. Isso, é claro, faz parte de sua aversão para pronunciamentos definitivos e dogmáticos, mas também é resultado de uma investigação madura.

O trabalho de Wittgenstein não tem por objetivo informar, mas somente destacar o familiar, tão familiar de fato que não se precisa deter sobre ele. Ele procura não por “algo que se situa sob a superfície”, “oculta”, mas por “algo que já está abertamente manifesto e que se torna visível em seu conjunto mediante organização” (*IF* 92). E na verdade, a organização por si mesma está aberta para uma nova concepção; e, como se vê, Wittgenstein em DC, reflete, substitui e repõe partes do tradicional enigma epistemológico.

À primeira vista, o resultado deve transmitir as mesmas impressões de algo incompleto e confuso; mas ao capturar o espírito do trabalho, pode-se dar a ele uma sutil e envolvente direção. Pois para Wittgenstein, como ele mesmo disse, “[seu trabalho] poderia interessar um

⁹ O conceito foi sugerido a Stroll por Pellegrino D’Acerno (*STROLL*, 1994, p. 88).

filósofo, alguém que possa pensar por ele próprio. Porque mesmo que eu tenha acertado só raramente, ele reconheceria quais os alvos para que venho apontando incessantemente” (DC 387).

Portanto, as freqüentes ‘perdas’ de óculos e chaves de Wittgenstein são as lembranças de que uma pesquisa está em andamento e que há uma investigação vigorosa e insistente dentro de ressonâncias de palavras que se usa, e essa pesquisa produz sua própria reverberação de significado e sentimento.

1.4 O CONTEÚDO DE DA CERTEZA

Em DC Wittgenstein situa os pontos iniciais no fazer ao invés de no pensar. As bases de todos os pensamentos e ações não estão numa proposição mas em um modo de agir. As pessoas não nascem pensantes e se um bebê é tão humano quanto um adulto, então a língua não pode ser o que as define.

Ao nascer, as pessoas são, aos gritos, empurrados para dentro do mundo antes de aprender a falar. Outras criaturas vivas têm linguagens completamente desenvolvidas e modos intrincados de comunicação, mas não com essa sofisticação. Sua linguagem não evolui para uma capaz de especulação, abstração e falsidade. Bebês também carecem dessa sofisticação, mas não da habilidade que evolui dentro dela: a habilidade potencial de desenvolver sua linguagem expressiva básica, seus gritos e bocejos não proposicionais dentro de uma linguagem proposicional capaz de descrição e dissimulação, e sujeita a erros.

Desenvolve-se a habilidade de ordenar, de perguntar, de reconsiderar, de conversar; que “fazem parte de nossa história natural assim como andar, comer, beber, brincar” (IF 25). O potencial de desenvolver essas habilidades que os seres humanos possuem é um dote da natureza; a atualização daquele potencial é assegurada pelo reforço, e ainda mais pela cultura. Esse potencial dado aos humanos não pode ser atualizado fora do contexto da comunidade humana: “representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida” (IF 19). Uma *forma de vida*, quer dizer, organismos vivos envolvidos em uma teia complexa de atividades e práticas.

Para que uma linguagem emergja a partir de uma *forma de vida* é preciso certas condições e atividades particulares biossociais. A forma de vida humana não produz uma linguagem felina, nem uma forma de vida felina produz uma linguagem humana. Linguagem e forma de vida são internamente relacionadas: para imaginar uma linguagem humana é necessário imaginar uma forma de vida *humana*, uma maneira humana de ser e agir, que

essencialmente envolve a maquiagem biológica e o comportamento social. Para Wittgenstein, essas duas características são necessárias e, então, introduz ‘o termo *‘jogo de linguagem’* para dizer da importância do fator linguagem como parte de uma atividade ou de uma ‘forma de vida’ (IF, 23) que só pode ser imaginada *em uso*.

Não há inatismo nem primitivismo na linguagem humana¹⁰. Para Wittgenstein, linguagem é o complicado *desenvolvimento* de nossas primitivas expressões, possibilitado por nossa participação em uma forma de vida humana. E nossa linguagem, assim, é um refinamento, uma extensão de nossas reações, de nosso *comportamento* primitivo.

1.4.1 UM FALSO INÍCIO: A LINGUAGEM

Os chamados pontos iniciais do pensamento como as idéias claras e distintas, os dados dos sentidos, as categorias do puro entendimento, etc têm instigado inúmeros filósofos ao longo da história. Muitos deles foram tomados como candidatos inarticulados a esses pontos iniciais da linguagem.

Wittgenstein identifica os pontos iniciais naturais de pensamento não na linguagem, mas em nossas ações e reações instintivas. Para ele, há algo mais para nós que nossas convenções, algo que tem raiz no instinto, algo animal: Quero realmente dizer que os escrúpulos no pensamento começam com (têm raiz em) o instinto. Ou também: um jogo de linguagem não tem origem na *consideração*. A consideração é parte de um jogo de linguagem. (Z, 391)

Em DC, Wittgenstein subverte a imagem tradicional de crenças básicas. Elas não são indubitáveis ou proposições que se auto justificam, mas certezas *animais, não reflexivas, instintivas, automáticas*¹¹, *o que* convida a pensar em certas certezas em termos não proposicionais.

Wittgenstein não enfoca apenas a linguagem, como muitos de seus comentaristas – admiradores e detratores – gostam de pensar. Sua volta para a linguagem não o leva a ver a linguagem como fundamental; *o que* fizeram aqueles que tomaram a linguagem como ponto inicial ou determinante. Wittgenstein toma como início, o comportamento e, portanto, depois

¹⁰ Há, sim, um certo primitivismo interno ligado a agir e não a falar, ou seja, nos vários modos de comportamento, como o lógico, psicológico e antropológico, o ato ou os pontos iniciais do pensamento e ação, estão no começo.

¹¹ Com a palavra ‘animal’, Wittgenstein não quer reduzir essas certezas básicas para impressões brutas. Ele está dizendo que essas certezas não são reflexivas, e elas podem ser não reflexivas até naquelas que elas são certezas

de ler DC, não é possível dizer que para Wittgenstein os últimos fatos ou fundamentos são a linguagem.

1.4.2 DO FAZER PARA O PENSAR, SEM INTERMEDIÁRIOS, E NÃO O CONTRÁRIO

Wittgenstein contraria John McDowell (1994, p. 33), segundo o qual “o mundo é abarcável em pensamento”, ou seja, o primeiro contato que se tem com o mundo é através do pensamento. Wittgenstein parece ir precisamente na direção oposta: na visão deste, o mundo *não* é primitivamente abarcável em pensamento. Nós o abarcamos não intelectualmente, e então nos movemos a uma compreensão mais sofisticada.

Essa segurança não intelectual do mundo é heurísticamente ou artificialmente articulada em supostas proposições dobradiças, e essa segurança funciona como uma atitude implacável, não uma compreensão razoável. Uma atitude que, ao invés de ser não-proposicional, é uma forma de crença.

O problema com muitas interpretações atuais de DC é sua insistência em ver a certeza que apóia o conhecimento como um conhecimento. Como Michael William coloca: “O conhecimento na verdade emerge do primeiro conhecimento” (WILLIAM, 2001, p.176). Parece que Wittgenstein não concorda com esta idéia. E admiti-la não implica que o conhecimento é gerado individualmente, mas pode ser uma realização dividida e socialmente transmitida¹².

A mensagem de DC, no entanto, é precisamente que o conhecimento não tem que ser a base do conhecimento. A base para o conhecimento não são proposições que devam ser suscetíveis de justificação ou perguntas, mas certezas pragmáticas que podem ser verbalmente traduzidas por propósitos heurísticos, e cujas análises conceituais descobrem suas funções como regras injustificáveis da gramática.

Em seus esforços para obter compreensão, filósofos têm perdido o contato com a espontaneidade de nossos inícios. Em uma excessiva fixação na razão, eles racionalizam todos os nossos atos e pensamentos, procurando traçar uma argumentação propriamente dita onde ela não há.

Em DC, Wittgenstein tenta reverter o processo, libertar a filosofia (e a epistemologia) da hegemonia do intelecto e lembrar que onde procuram um pensamento ou uma razão, é

instintivas (ou inatas) (tais como ‘eu tenho um corpo’), ou naquelas que elas são, ou se tornaram, certezas automáticas (como reflexo) (por exemplo ‘Isso é (o que nós chamamos de) uma mão’).

¹² Conforme indica Glock, “A maior conquista de *Sobre a Certeza* é fornecer a pista para uma epistemologia socializada (idéia que a sociologia do conhecimento alega ter retomado)” (GLOCK, 1998, p. 78).

geralmente uma segurança, um “apoderar-se” direto (DC, 511) que ocorre. Aqui, na origem do conhecimento, não há tais preliminares como proposições, julgamentos e inferências, mas espontaneidade, automatismo, regra, reflexo e instinto. Aqui, não se vai da proposição para o ato, mas o contrário e, talvez, vice-versa: de uma compreensão não reflexiva e natural para uma reflexiva e sofisticada. Do fazer para o pensar. Não há intermediários epistemológicos necessários, nenhum protocolo ou declarações de observação, nenhuma representação mental, nenhuma proposição interveniente entre nossa percepção e ação no mundo e nossa compreensão dele.

1.4.3 UM BOM INÍCIO: A LINGUAGEM DA VIDA

Wittgenstein não deixa em DC o caráter contingente dos pontos iniciais serem reduzidos para a conversação pura e simplesmente como sujeitos humanos. A nossa comunidade não pertence a nós como indivíduos e nem pode ser por nós abandonada. Nós seres humanos não temos somente uma linguagem e convenção, temos linguagem e convenção enraizadas e representadas em um contexto natural.

E qualquer tentativa de reconstruir os fundamentos da cultura, dos pensamentos e linguagem, deve começar com a vida; não com alguma fantasmagórica e implícita gramática ou pseudo-linguagem armazenada no cérebro e esperando para emergir do interno para o externo, do não expressado para o expressado, das estruturas profundas universais ou regionais.

Não é fácil mas é necessário perceber e entender a análise da linguagem que faz Wittgenstein em sua natureza essencialmente *contextualizada em DC*. Ali ele expressa que a volta filosófica para a linguagem tem sido uma volta vazia, uma volta em si mesma, dentro de nada, como um caminhar numa rua sem saída.

Pegar a direção que supõe que o início de tudo é a linguagem é cometer uma falha óbvia. O resultado mais prejudicial da recusa desta linha proposicional é que isso obstrui nossa visão da assimilação *pragmática* e essencialmente não intelectual e não inferida que está na fundação da assimilação epistemológica. Esse cisco no olho impede o desalojamento que Wittgenstein fez da *proposição* (ou do pensamento) como a fundação do pensamento e da ação e sua substituição com o seu *ato* mais instintivo.

1.5 DA CERTEZA ENTRE O CORPUS WITTGENSTEINIANO

Ao comentar a última obra escrita por um filósofo, é normal relacioná-la com o conjunto de seus escritos. É evidente que DC contém numerosas dívidas com conclusões alcançadas em escritos anteriores por Wittgenstein que devem ser conectadas com o conjunto de sua obra.

Sem dúvida, a trajetória intelectual de Wittgenstein foi densa e sinuosa, trajetória essa que descreve mudanças importantes em que abandona teses anteriores e encaminha-se para novas direções. Daí vem a freqüente defesa das profundas diferenças existentes entre o ‘primeiro Wittgenstein’ (do TLP), ‘o segundo Wittgenstein’ (das IF) e um terceiro período que corresponde a DC¹³. É possível, no entanto, encontrar uma linha unitária tanto nos pressupostos como nos objetivos do projeto filosófico de Wittgenstein.

Assim, apesar das relocalizações das questões que abandonam posições anteriores, o interesse de Wittgenstein durante sua carreira esteve voltado em fixar os limites da linguagem, a fim de precisar que âmbitos da realidade são suscetíveis de serem abordados e, mediante estes, quais não são. Neste sentido, DC se encaixa em seu projeto filosófico global e não pode ser considerado independentemente do resto de suas obras.

O recurso de relacionar o que disse Wittgenstein em DC com suas obras anteriores pode facilitar a compreensão desta obra, sobretudo se se pensa na brevidade das reflexões ali incluídas. Uma aproximação exclusiva a esta obra, mostra que a concisão de suas notas é, na realidade, o resultado de uma síntese. E uma leitura atenta descobre como umas observações jogam luz sobre outras e como todas elas, exibem uma concepção que se sustenta por si só.

Ao final da vida, Wittgenstein é capaz de separar os pseudo-problemas dos problemas epistemológicos e concentra todas as suas energias em moê-los cuidadosamente. Uma razão que justifica a escolha da obra DC como tema central deste trabalho é pelo fato de parecer ser neste livro que Wittgenstein desenvolve com maior intensidade e precisão suas idéias originais acerca do ceticismo e dos limites do conhecimento. Além disso, outra razão que deriva desta é por ser muito instigante e atrativo comentar uma obra relativamente pouco estudada do corpus wittgensteiniano.

Não é fácil encontrar um ponto de partida para a posição de Wittgenstein em DC em relação aos seus escritos anteriores. O desenvolvimento de uma questão exige mencionar alguma outra questão relacionada, e assim sucessivamente e entrar numa amplitude interminável e inabordável.

¹³ Sobre o terceiro período que corresponde um “*Terceiro Wittgenstein*” ver as obras de Danièle Moyal-Sharrock, principalmente duas obras citadas na introdução desta pesquisa e que será comentada no final da mesma: *The Third Wittgenstein and the category mistake of philosophical scepticism in Understanding*

Provavelmente, qualificar o pensamento de Wittgenstein como “sistema” desgostaria profundamente a seu autor. Apesar desse receio, o estudioso de seus escritos não pode senão concluir a existência de um âmbito temático unitário em suas investigações. Este aspecto, leva a avaliar a tese central de DC no sentido de que não há crenças, conhecimentos ou argumentos fora de um sistema.

1.6 A TAREFA DA FILOSOFIA E SEU MÉTODO

A concepção que desenvolve Wittgenstein da tarefa da filosofia e seu método, constitui um bom ponto de partida para introduzir o resto de suas teses mais representativas. Uma dessas maneiras da explicação da natureza da filosofia é por contraste com as ciências naturais que aparecia no TLP. Ali ele distingue os pressupostos, métodos e objetivos da filosofia e das ciências. Dizia: “a filosofia não é uma das ciências naturais” (TLP, 4.111). “A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais)” (TLP, 4.11). Queria dizer com isso, que a ciência se ocupa com a explicação dos estados de coisas mediante a formulação de hipótese e teorias. Pelo contrário, o objetivo da filosofia não consiste em andar a procura, mas em elucidar nossas interpretações com o que descobrimos em nosso mundo, “o esclarecimento lógico dos pensamentos” (TLP, 4.112). Assim, pois, a filosofia é uma atividade conceptual e sua tarefa é a crítica da linguagem.

Conseqüentemente, a compreensão que a filosofia alcança não pretende explicar a formulação de uma teoria, como no caso das ciências naturais, ao invés disso, pretende realizar uma descrição das relações conceptuais que existem entre as expressões. Assim, a filosofia e a ciência são caracterizadas a partir do contraste entre elas: enquanto a ciência investiga as relações causais entre os eventos, a filosofia se ocupa das relações lógicas entre os conceitos.

Como já foi dito, há uma evolução por parte de Wittgenstein no que diz respeito ao método filosófico ao longo de sua trajetória intelectual. E a questão do ceticismo o acompanha por toda a sua vida e está presente tanto no TLP, nas IF e DC. E o fato de Wittgenstein decidir dedicar o final de sua vida a discutir sobre o ceticismo, mostra a relevância de tal assunto. Para ele, na realidade o verdadeiramente importante não é que o ceticismo não seja significativo, mas entender porque não o é. E as conclusões a que chega, estão influenciadas por sua particular concepção de método filosófico. Daí que Wittgenstein

não se volta para um tipo de investigação direta com vistas a encontrar uma prova dos fundamentos últimos do conhecimento.

Seu método consiste em traçar uma espécie de círculos concêntricos com os quais vai roçando o assunto que o interessa em sucessivas aproximações, às vezes mais próximo do núcleo da questão que outras. Desta maneira, se produz resultados em torno do ceticismo de forma que a análise lingüística permite desmontar a base sobre a qual se apóia o cético e assim mostrar a fragilidade de seu discurso.

1.7 A INVESTIGAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

No que diz respeito à investigação epistemológica de Wittgenstein em *DC*, pode-se dizer que há uma relação entre sua concepção de filosofia e seu método com sua aproximação da epistemologia como disciplina filosófica. No *TLP*, as questões epistemológicas são apenas elaboradas. A epistemologia é relegada a um segundo plano, se ocupa então, do estudo dos processos possíveis de pensamento e de sua relação estrutural com os fatos.

Wittgenstein em *IF* critica essa visão representacionista e aborda a linguagem com suas diferentes práticas e regras. Através de uma filosofia da psicologia Wittgenstein analisa a gênese de nossos conceitos e suas relações.

É em *DC* que Wittgenstein aborda diretamente questões-chave para a epistemologia como, por exemplo, se existe uma perspectiva do mundo própria do senso comum, e se esta tem um caráter proposicional, qual é a conexão entre a perspectiva do senso comum e noções tais como “certeza”, “conhecimento”, “crença”, ou “dúvida”; quando é verdade ou apropriado dizer que se tem conhecimento, quando é relevante pedir e oferecer evidências; o que conta como prova de nossas afirmações.

Em *DC* Wittgenstein centra-se por completo em descrever qual é a estrutura de nosso conhecimento a partir da estrutura de nosso vocabulário epistêmico. É o momento de extrair as conclusões epistemológicas, de suas análises lingüísticas. A esta altura Wittgenstein se convence de que, apesar de não se poder cultivar a epistemologia à margem da semântica, é importante discutir diretamente determinadas questões epistemológicas.

2. ANÁLISE DE ALGUNS DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE “DA CERTEZA”

Abordam-se, neste capítulo, alguns conceitos fundamentais para a compreensão do pensamento de Wittgenstein, a saber: “jogos de linguagem”, “dúvida”, “certeza”, “conhecimento”, “significado”, “semelhança de família”, “formas de vida”, “contexto”, “gramática” e “seguir uma regra”. Faz-se necessário certo domínio dos mesmos para poder falar das reflexões epistemológicas em sua obra final.

2.1 JOGOS DE LINGUAGEM (*SPRACHSPIELE*)

A noção de jogos de linguagem (*Sprachspiele*) é central na filosofia do Wittgenstein das IF. Ela vem empregada em distintas ocasiões (calcula-se que há 98 em IF) e com diversas matizes. Essa analogia entre linguagem e jogos (inclusive no TLP), adquire novas conotações conforme o desenvolvimento de seu pensamento. A história do conceito “jogos de linguagem” leva desde uma primeira visão dos jogos, centrada em seus aspectos formais - regras que regem o jogo, sistema de cálculo - até concepções mais amplas que incorporam a atividade prática humana, evolução essa que ocorre paralelamente à ampliação progressiva do conceito de “gramática”.

Em conversas mantidas com membros do Círculo de Viena, são feitas comparações entre sistemas axiomáticos e o jogo de xadrez:

O que há de verdade no formalismo é que toda sintaxe se pode considerar como um sistema de regras para um jogo (...) Não importa como seja um peão. O que importa muito mais é que a totalidade das regras do jogo determina o lugar lógico de um peão. Um peão é uma variável, como o X em lógica... Se você me pergunta: Onde está a diferença entre o xadrez e a sintaxe do jogo?, eu o replico: Só em sua aplicação...” . (WITTGENSTEIN, 1979, (WVK), p. 104, citado por Kenny, 1982, p. 144)

De acordo com o esclarecimento anterior, já nos anos 1930, Wittgenstein começa a trabalhar com a analogia entre linguagem e jogos. Entretanto, deve-se precisar que sua observação está centrada na sintaxe, e não ainda em uma pragmática. Diz respeito a um elemento essencial do jogo, analogamente da linguagem, as regras que o regem. Todavia, deve-se ressaltar que além destas e outras analogias, entre sintaxe da linguagem e sistemas de regras, essa idéia carece de uma noção geral dos jogos de linguagem, e está longe de uma consideração da multiplicidade dos jogos possíveis.

Nas *Ocasiones Filosóficas* (1997), mesmo que ainda não apareça a expressão “jogos de linguagem” de forma explícita, percebe-se uma concepção das regras e gramática mais ampla, mas que ainda se refere estritamente à sintaxe. A afirmação abaixo pressagia uma concepção ampla, rumo a uma futura teoria do significado, na qual as regras formais como essencial da linguagem exerce menor influência: “Contarei cada fato que seja uma pressuposição para que uma sentença tenha sentido como pertencendo a linguagem” (WITTGENSTEIN, 1997, 45, p. 78).

A *Gramática Filosófica* (1992) representa um sinal na evolução da expressão “jogos de linguagem”, pois é nela que o termo *Sprachspiele* aparece pela primeira vez como tal, superando assim a noção de “cálculo de linguagem” e substituindo-a por “jogo”. Encontram-se também, nesta obra, duas idéias que Wittgenstein irá desenvolver em IF, que são a multiplicidade de “jogos de linguagem” e a existência de “semelhanças de família”.

No *Livro Azul* (1968) encontra-se a noção de “jogos de linguagem” como “formas primitivas de linguagem”, entre elas, estão aquelas que são características da aquisição da linguagem na infância, sentido que Wittgenstein conservará em IF. Estas linguagens primitivas constituem a base sobre as quais edificam-se linguagens mais complexas, ao referir-se a formas de práxis lingüísticas.

No *Livro Marrom* (1992), Wittgenstein introduz a caracterização dos “jogos de linguagem” como unidades funcionais (CM, 115) que compõem a totalidade da linguagem. Nesta época o autor já considera uma grande variedade de “jogos de linguagem” e aplicações deste conceito. (CM, 99 ss).

Wittgenstein oferece uma elaboração mais acabada da analogia entre jogos e linguagem em IF (1994). A analogia é empregada, nesta obra, com uma grande diversidade de matizes, com diferentes propósitos, consolidando-se como um elemento central em sua filosofia.

A melhor caracterização que ele fornece do conceito encontra-se em IF (§23), em que descreve vários jogos de linguagem como ordenar, descrever um objeto, relatar um acontecimento, inventar e contar histórias, cantar, resolver um cálculo, pedir, agradecer, rezar, entre outros. E todas elas são atividades inseridas numa “forma de vida”.

A idéia de Wittgenstein é que os jogos de linguagem são partes integrantes de uma forma de vida, são indissociáveis, e são também “a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada” (IF, 7 e 23).

No parágrafo 18 de IF, Wittgenstein ressalta a idéia de que a multiplicidade dos jogos de linguagem não são alguma coisa fixa no tempo, mas que se modificam: “... Podemos ver nossa linguagem como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas velhas e novas, e

casas com remendos de épocas diferentes; e isto tudo circundado por uma grande quantidade de novos bairros, com ruas retas e regulares e com casas uniformes” (IF, 18).

Em DC (1990) sua concepção parece ir na mesma direção que IF: ele afirma que “o jogo de linguagem muda com o tempo” (DC, 256) e “quando os jogos de linguagem mudam, há uma modificação nos conceitos e, com as mudanças nos conceitos, os significados das palavras mudam também” (DC, 65).

Caberia então perguntar como Wittgenstein emprega a noção de “jogos de linguagem” em IF, para que se possa relacionar sua concepção com o conjunto de suas obras e entender o papel que este desempenha no “seu jogo”. Diz ele:

Nossos jogos de linguagem claros e simples não são estudos preparatórios para uma regulamentação futura da linguagem, - não são, por assim dizer, aproximações preliminares, sem levar em conta o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem estão aí muito mais como *objetos de comparação*, os quais, por semelhança e dessemelhança, devem lançar luz nas relações de nossa linguagem. (IF, 130)

Nesta citação, Wittgenstein emprega os jogos de linguagem no sentido que poderíamos chamar de metodológico, no sentido de possibilitar imaginar ou considerar alguns jogos de linguagens (IF, 248), encontrar ou inventar casos intermediários (IF, 122), inventar uma história natural fictícia (IF, 523) e investigar uma expressão mediante a investigação de uma expressão relacionada gramaticalmente (CA, p. 27 ss). Pois são múltiplos e diversos os jogos, elementos diferentes, diferentes gramáticas que, através da comparação, Wittgenstein pretende clarear o funcionamento de nossa linguagem. Nesse sentido, os jogos de linguagem são instrumentos que Wittgenstein utiliza para desenvolver sua idéia da filosofia como “terapia”, (IF, 90, 133, 255, 309), desmascarando os usos incorretos da linguagem que estão na base da confusão filosófica, presentes desde o TLP. Desta forma o conceito “jogos de linguagem” serve em Wittgenstein para analisar os diferentes usos deste e desmascarar o que considera “o enfeitiçamento de nosso intelecto pelos meios de nossa linguagem” (IF, 109), pela falta de compreensão em saber continuar o jogo, e sair da confusão.

O conceito “jogos de linguagem” é uma das grandes contribuições de Wittgenstein para o pensamento filosófico, é uma idéia inovadora e especial para a compreensão do filósofo. Tal noção se encontra dentro de uma concepção pragmática da linguagem, na qual o significado de uma palavra ou expressão se dá a partir do seu emprego lingüístico diário. A idéia de jogo de linguagem se desenvolve a partir de uma analogia entre “linguagem” e “jogos”. Tal analogia revela algumas características semelhantes compartilhadas entre esses termos: ambos são atividades reguladas por regras do jogo e gramática da linguagem, e seus elementos vão

receber significação pela forma com que serão usados em situações cotidianas. De uma maneira geral, poderíamos dizer que os jogos de linguagem podem ser definidos como um conjunto de inúmeras práticas lingüísticas que constituem uma vasta rede em que se cruzam e se entrecortam.

Em DC Wittgenstein analisa certos jogos de linguagem como “eu sei”, “eu creio que” e que tipo de afirmações podem ser justificadas. A dúvida filosófica do cético, neste sentido, está fora do jogo de linguagem.

2.2 A DÚVIDA

Uma boa maneira de entender as reflexões epistemológicas, contidas em DC, é deter-se na análise da noção de dúvida que Wittgenstein desenvolve, neste texto, em oposição ao uso do termo, por parte de Moore e do cético. Estes ao identificarem a dúvida confundem-na com qualquer estado interno (ou processo) e com a chamada “dúvida filosófica”, e ignoram assim as conexões profundas que há entre a “dúvida” e o “saber”, sendo que, para Wittgenstein, ambos os conceitos pertencem ao jogo de linguagem e envolvem um conjunto de práticas de acordo com regras estabelecidas.

A esse respeito, insiste Wittgenstein, a análise de qualquer conceito deve realizar-se tendo em conta seu modo de uso, o contexto e suas implicações práticas. Nesse sentido, a análise do termo “dúvida” se realiza em paralelo com a análise da própria atividade de duvidar.

Surgem, portanto, algumas inevitáveis interrogações a serem feitas: Que é uma dúvida? Em que consiste a atividade de duvidar? Qual é seu objeto? O que distingue a dúvida cotidiana da dúvida cética? Até que ponto é possível a dúvida cética? Trata-se na verdade de uma dúvida?

Como veremos nesta análise, as suspeitas do dia a dia devem, em algum momento, ter fim; as dúvidas cotidianas são solucionáveis, uma vez que se dirigem a um objeto particular, enquanto que as dúvidas céticas estendem-se sem limites ao geral, o que as impedirá de serem levadas a sério e não terem solução. Veremos, por fim, que há, entre elas, não uma diferença quantitativa, mas qualitativa.

De acordo com Kenny (1982, p.180), Wittgenstein analisa o conceito de dúvida e seu papel na linguagem e suas conclusões são que: (a) a dúvida precisa de fundamentos; (b) a dúvida deve traduzir-se em comportamento; (c) a dúvida pressupõe o domínio de um jogo de linguagem; (d) a dúvida universal é impossível; e (e) a dúvida pressupõe a certeza. A partir

dessas condições necessárias para que a dúvida faça sentido, Wittgenstein concluirá que a dúvida cética é impossível. Vejamos:

2.2.1 A DÚVIDA PRECISA DE FUNDAMENTOS

Ao longo de DC Wittgenstein insiste em diversas ocasiões que a incredulidade necessita de uma razão de ser, de um contexto que explique satisfatoriamente sua introdução no jogo de linguagem. Diz ele:

Se Moore diz que sabe que a Terra existia, etc., a maioria das pessoas concordaria com ele em que ela existiu durante todo esse tempo, e também acredita nele quando diz que está convencido desse fato. Mas terá ele também tido *fundamento* adequado para a sua convicção? Porque, caso contrário, afinal ele não *sabe*. (DC, 91)
Uma pessoa duvida com fundamentos específicos. A questão é esta: como é que a dúvida se introduz no jogo de linguagem? (DC, 458)

Para Wittgenstein é imprescindível que se tenha razões para sustentar a dúvida, assim como o tipo de fundamento válido e o critério adequado para que faça sentido duvidar. “Há casos em que a dúvida é insensata, mas outros em que parece logicamente impossível. E não parece haver demarcação clara entre eles” (DC, 454).

Afirma ainda que existe uma limitação para distinguir as dúvidas logicamente possíveis das dúvidas razoáveis, pois não dispomos de normas precisas para identificá-las. Moore sugere que se pode rechaçar as hipóteses de sonho ou de um gênio maligno, mediante uma crítica à noção de possibilidade lógica. Mas Wittgenstein não pode explorar esta opção, tendo em vista a dificuldade de identificar se a dúvida cética é ou não é o caso de uma possibilidade lógica.

Porém esta tese não está isenta de problemas, posto que, se bem cabe pensar que não é razoável sustentar o que é logicamente impossível, não parece, de imediato, que o que não é razoável, seja também logicamente impossível. Assim, ainda que seja aceitável passar do logicamente impossível para o não razoável, o caminho inverso parece mais controvertido. (REQUEJO, 1998, p. 122)

Não precisaremos de razões fundamentadas para duvidar? (DC, 122)

Na visão de Wittgenstein, logicamente impossível, engloba aquilo que se pode sustentar, não por juízos subjetivos, mas por razões gramaticais. Por isso, faz-se necessário um aprofundamento em sua análise lingüística. Daí a dificuldade acima mencionada.

2.2.2 A DÚVIDA DEVE TRADUZIR-SE EM COMPORTAMENTO

Ainda de acordo com Kenny (1982, p.180), outra característica que Wittgenstein assinala é que a dúvida demanda algum tipo de comportamento. Para Wittgenstein é

importante que a dúvida esteja associada a um comportamento correspondente, fazendo com que não se trate apenas de uma afirmação verbal, mas sim de uma atitude de coerência frente ao mundo. Não se poderia acreditar, convictamente, naquele que age diferentemente do que diz. “Comportamento de dúvida e de não dúvida. Só há o primeiro se houver o segundo” (DC, 354).

Wittgenstein acusa o ceticismo cartesiano de ser um exercício simplesmente especulativo, que carece de repercussões práticas, já que para as tradições cartesianas e empiristas, as “proposições evidentes” são aquelas que dizem respeito a aparências subjetivas.

Pode-se questionar estas afirmações com a comparação de que o próprio ato de formular uma dúvida decorreria de uma consequência prática, ou uma conduta específica de duvidar. Wittgenstein se opõe veementemente a esta afirmação, pois ao cético cabe a dúvida e em nenhum momento nada o impede de comportar-se como se não tivesse a dúvida, tornando-se irrelevante a compreensão de seu comportamento.

Deve-se considerar que se o cético duvida, é necessário que seu comportamento se distinga, ou então de que serviria duvidar, se nada do que faz seria afetado pelo ato de duvidar? E também, o que importa aos demais que o cético duvide? Não parece então que se deve se preocupar com as dúvidas céticas, já que o comportamento do cético não parece refletir suas verdadeiras intenções.

Para o cético, a dúvida pode ser um ato privado que somente diz respeito a ele. Desta premissa, surgem duas conclusões: uma, em se tratando da dúvida ser um ato privado, que reflete uma linguagem privada acessível a um único interlocutor, ela pode ser desconsiderada e deixada de lado. A outra conclusão, fundamental para Wittgenstein é de que não devem existir atos de significação privados, já que não existe uma linguagem privada. Apesar destes argumentos não serem mencionados diretamente em DC, não há dúvida de que estas referências são a base de sua crítica frontal à dúvida cética.

Para que melhor se possa entender a crítica à linguagem privada de Wittgenstein, é necessário entender que qualquer atribuição de desejos, intenções ou dúvidas substituem, na realidade, a uma conduta expressiva, o que vale dizer que uma atribuição constitui uma manifestação. Sendo assim, já que os comportamentos são públicos e não privados, uma atribuição de dúvida não pode se restringir apenas à manifestação verbal, mas deve vir sempre acompanhada de um comportamento que a justifique. Consta-se que a base de seu argumento é a afirmação de que os conteúdos intencionais são determinados exclusivamente por nossos comportamentos. E conclui-se, com a tese de Wittgenstein, que a dúvida não é

produto apenas de uma reflexão ou de uma mera introspecção, mas faz parte de um jogo de linguagem que exige um comportamento significativo.

2.2.3 A DÚVIDA PRESSUPÕE O DOMÍNIO DE UM JOGO DE LINGUAGEM

Como foi dito no item *jogos de linguagem*, estes jogos de linguagem são a base da filosofia wittgensteiniana principalmente a partir de IF. São conceitos que se distinguem como proposta inovadora, e que consistem em associar a idéia de um “jogo” a um conjunto de regras. Assim se cruzam os jogos de linguagem mutáveis e evolutivos, num processo contínuo, onde os “atos de fala”, tais como o comando, o relato, o contar histórias, a dúvida, etc., são considerados “partes integrantes” de uma “forma de vida”, que por sua vez refere-se ao “entrelaçamento entre cultura, visão do mundo e linguagem” (GLOCK, 1998, p.173-174).

Assim, é a idéia da totalidade da linguagem com as atividades às quais ela está interligada que promovem, a partir de regras estabelecidas e grupos definidos por semelhanças, a discussão de questões e a dissolução de problemas filosóficos decorrentes de um mau uso da linguagem.

Para Wittgenstein, sustentar a dúvida cética exige deixar de lado as práticas lingüísticas, em virtude da impossibilidade de imaginar a situação descrita pelo cético. “Como seria duvidar agora de que tenho duas mãos? Porque será que não o posso imaginar de modo algum? Em que acreditaria, se não acreditasse nisso? Até agora não tenho sistema algum que pudesse incluir essa dúvida” (DC, 247).

A dúvida faz parte, portanto, de um “sistema” e nele é que tem ou não sentido duvidar. Diante desse fato, Wittgenstein estabelece a impossibilidade de integrar a visão cética num conjunto de crenças. E ter de escolher entre as próprias crenças ou a hipótese cética, pressupõe descartar todas as crenças que formam o sistema de pensamento. Assim, ao dotar de sentido a formulação da dúvida, seria necessário mudar toda uma linha de pensamento e raciocínio, o que invalidaria o conjunto de crenças e suas derivações. Como diz Wittgenstein: “‘Eu não sei se isto é uma mão’. Mas saberá você o que significa a palavra ‘mão’? E não diga ‘Eu sei o que significa agora para mim’. E não é um fato empírico que *esta* palavra é usada *desta* maneira? (DC, 306).

Este comentário estabelece a premissa de que para se poder duvidar de uma proposição, é necessário compreender o seu significado e compreendendo-o, torna-se possível negá-lo ou não.

2.2.4 A DÚVIDA UNIVERSAL É IMPOSSÍVEL

Entende-se que a dúvida passa a ter sentido quando estabelece um jogo de linguagem, o que refuta toda a premissa em contrário. A saber, a partir de duas características da dúvida, qual seja cotidiana ou filosófica, que seriam a extensão da dúvida e o contexto de sua aplicação, é possível, na visão de Wittgenstein analisá-las minuciosamente.

Imagine-se que o rapaz punha em causa a verdade da história (e tudo que se relaciona com isso) – e mesmo se a Terra de fato existia há cem anos. (DC, 311)

Neste ponto, a minha sensação é como se esta dúvida fosse vazia de sentido. Mas nesse caso – não será o *crer* na história também vazio? Não; tanto está ligado a isso. (DC, 312)

Então, é *isso* que nos faz crer numa proposição? Bem, a gramática de ‘crer’ tem a ver com a gramática da proposição em que se acredita. (DC, 313)

No que se refere à extensão da dúvida, é importante ressaltar, diante destes exemplos, que a dúvida deve terminar em algum ponto, o que destaca uma distinção entre a dúvida cotidiana e a filosófica. Enquanto que a primeira tem solução, a segunda não é hipoteticamente solucionável, gerando um questionamento sem fim.

Sendo assim, Wittgenstein enfatiza o conceito de duvidar como uma atividade que exige ter fim, pois diante do fato de não se ater às regras de comunicação estaria quebrando um conjunto de regras que deveria ser, de antemão, respeitadas. Isto leva a concluir que, segundo Wittgenstein, o cético se confunde e tenta confundir os demais, considerando as suas dúvidas como um mero exercício de duvidar. “Uma dúvida sem fim nem sequer é uma dúvida” (DC, 625).

A segunda característica a ser analisada é a questão do contexto da dúvida. Enquanto que a dúvida cotidiana parece vir sempre em um contexto específico, a dúvida cética não está vinculada a contexto algum. Seria o mesmo que dizer que enquanto, em determinados aspectos, pode-se explicar a dúvida cotidiana, estas não explicariam a dúvida filosófica. Wittgenstein insiste na inconsistência da dúvida fora de qualquer contexto.

Para Requejo (1998) esta é uma questão que se remete a uma reflexão: a dúvida cética pode estar fora de lugar num contexto cotidiano, mas seria o mesmo num contexto filosófico? O jogo lingüístico seria o mesmo? O modo cotidiano seria diferente daquele em que se encontra quando faz filosofia? Se não há diferença entre os dois contextos, Wittgenstein teria razões para renegar a dúvida cética. Mas cabe a possibilidade de que sejam distintos, explicando assim um contexto para a dúvida cética (REQUEJO, 1998, p. 130).

Na visão de Wittgenstein, não existe um jogo de linguagem filosófico que justifique a dúvida cética, pois as interrogações filosóficas surgem quando a linguagem “está de férias”. Assim, ao invés dos fundamentos e das verdades últimas, a filosofia passa a ter uma “função terapêutica”, ou seja, vai refletir numa terapia que dissolve os usos de conceitos fora do contexto normal, tornando-se uma atividade de dissolução dos problemas. Isso quer dizer que “a gramática”, tal como está independente de uma análise lógica, está em ordem e “satisfaz às finalidades da compreensão lingüística praticada por nossas formas de vida” (ARAÚJO, 2004a, p.101).

Dessa forma, há mais uma razão contra a dúvida universal, pois com base nas práticas lingüísticas, o não por em dúvida todas as coisas é condição da aprendizagem. Se duvidar de tudo, não é possível aprender nada. E se há aprendido é porque, desde criança aprende-se a confiar e aceitar aquilo que os adultos ensinam.

Quero dizer: a nossa aprendizagem segue o padrão “aquilo é uma violeta”, “aquilo é uma mesa”. Admite-se que uma criança ouvisse pela primeira vez a palavra “violeta” na frase “talvez aquilo seja uma violeta”; mas então ela poderia perguntar “o que é uma violeta”? Evidentemente, a isto poderia responder-se mostrando-lhe uma *imagem*. Mas como seria se uma pessoa dissesse “aquilo é ...” somente quando mostrasse uma imagem e, de outro modo, apenas dissesse “talvez aquilo seja...” – Que conseqüências práticas teria isso?

Uma dúvida que duvidasse de tudo não seria uma dúvida. (DC, 450)

Sendo assim, Wittgenstein recorre à aprendizagem e às práticas lingüísticas para mostrar que se pode duvidar de certos fatos em determinadas circunstâncias, mas não se pode duvidar de todos os fatos a um só tempo. “‘Poderíamos duvidar desses fatos isoladamente, mas não duvidar de *todos* eles’. Não seria mais correto dizer: ‘não duvidamos de *todos* eles’? O fato de não duvidarmos de todos é simplesmente o nosso modo de julgar e, portanto, de atuar” (DC, 232).

A crítica de Wittgenstein à pretensão cética de argumentar a respeito de uma dúvida universal baseia-se nas regras da linguagem. Sabe-se que a dúvida geral ataca as bases das práticas comunicativas, ou seja, a forma como se refere a todas as coisas, a todos os objetos existentes, sendo esta a maneira de se comunicar. Sendo assim, não tem porque invalidar nossa comunicação. Por conseguinte, a dúvida cética passa a não ter sentido para nós, o que leva a não sustentar a dúvida universal. “Todos os jogos de linguagem se baseiam no repetido reconhecer de palavras e ‘objetos’. Aprendemos com a mesma inexorabilidade que isto é uma cadeira e que $2 \times 2 = 4$ ” (DC, 455).

2.2.5 A DÚVIDA PRESSUPÕE A CERTEZA

Wittgenstein diz: "Quem tentasse duvidar de tudo, não iria tão longe como se duvidasse de qualquer coisa. O próprio jogo da dúvida pressupõe a certeza" (DC, 115). Segundo Stroll (1994, p. 119-137) e Requejo (1998, p. 88-94), em DC (225, 227, 247, 249-251) Wittgenstein argumenta contra Moore sobre uma distinção entre o sono e a vigília para demonstrar que a situação imaginada pelo sonho era logicamente impossível. Ao final, Moore teve que reconhecer que seu argumento não era suficiente para a comprovação da situação imaginada.

Para Wittgenstein, se não conheço nenhuma das coisas que me rodeiam, pode ser que não existam as coisas que eu creio que existam. Desta forma, estaríamos nos equivocando em todas as possibilidades, ou seja, nos equivocamos sempre a cada vez que formos jogar determinado jogo, ou temos nos equivocado sistematicamente ao aplicar mal as regras de linguagem. "Será então possível a *hipótese* de que todas as coisas que nos cercam não existam? Não seria isso como a hipótese de termos errado em todos os cálculos?" (DC, 55).

Racionalmente, para que se possa afirmar estar em erro, tem de saber antes o que é calcular corretamente. Mas para saber o que é calcular corretamente, tem que ser capaz de demonstrar um caso de cálculo correto. Se, pela mesma hipótese, não se é possível demonstrar nenhum caso de cálculo correto, então não tem sentido dizer que se erra.

O problema apontado por Wittgenstein com estas palavras é o seguinte: Se estou sonhando, então a proposição "é possível que esteja sonhando" está sendo, por sua vez, sonhada e, portanto, também está sendo sonhado o significado destas palavras. É impressionante comprovar que a última anotação escrita por Wittgenstein, apenas dois dias antes de sua morte, retorna a esta mesma questão:

Mas, mesmo se nestes casos não posso estar enganado, não será possível que esteja drogado? Se estiver e se a droga me tornou inconsciente, então realmente não estou a falar e a pensar. Não posso supor seriamente que estou a sonhar neste momento. Alguém que disser, a sonhar, 'estou a sonhar', mesmo se o disser audivelmente, ao fazê-lo, não tem mais razão do que se disser 'está a chover', enquanto chove realmente. Mesmo se o seu sonho estiver, na verdade, ligado ao ruído da chuva. (DC, 676)

Acredita-se que a proposição tem sentido, porque se pensa que posso acordar repentinamente, e dizer: "Agora me dou conta de que estava sonhando". Então, ter que aceitar que é igualmente imaginável que se possa despertar mais tarde, e declarar que havia sonhado com o primeiro despertar: "Mas, suponha-se que alguém suscitava a questão: então se eu, repentinamente, por assim dizer, acordasse e dissesse 'Veja-se só, eu tinha imaginado que me chamava L.W.!' – bem, quem dirá que não acorda outra vez e que chama a *isto* um sonho extraordinário, etc?" (DC, 642).

Se tomar esta linha de argumentação, e puser todas as experiências em dúvida, então não ficará nenhuma que possa servir como parâmetro para as demais. Mas se não é possível contrastar, então duvidar nada significa, não há porque duvidar.

Provavelmente, Wittgenstein responderia que esta crítica mostra que não se entendeu bem o núcleo de seu argumento. A crítica apresentada supõe que se pode ter a noção de erro independentemente do que se pode assinalar como um caso de erro. Mas esta suposição é equivocada. Posto que saber que é *x* exige poder identificar o que seria um caso de *x*. Não se trata de que não se pode identificar o que seriam casos de erro, mas que não poderia entender o que “erro” significa se não tivesse exemplos do que é errar.

Para poder entender determinada palavra, necessita-se poder aplicá-la, isto é, precisa-se ter a regra de sua aplicação. Por conseguinte, é impossível definir uma regra à margem de sua aplicação. Daí que a noção de erro está intimamente ligada às práticas em errar. Então, se a hipótese cética não pode ser verificada, se ela fosse verdadeira não a identificaríamos, o que iria nos levar a uma conclusão de que tudo o que até hoje se tem acreditado do mundo é errado. Segundo Wittgenstein, não poderia dar conta de que sempre estivemos errados.

Wittgenstein diz ainda que tratar a dúvida filosófica do mesmo modo como se trata a dúvida cotidiana e com os mesmos tipos de recursos é uma estratégia equivocada. A dúvida cética não pode ser vista como um erro, e tratá-la assim é um desatino a que incorreram numerosos filósofos, entre eles, Moore. Por isso não se pode negar ou verificar as hipóteses céticas. Ou seja, não se pode provar nem que seja um erro nem que não o seja. A impossibilidade de negar a hipótese cética para solucioná-la suporia defender a existência de um padrão de medida, a partir do qual se validam nossas afirmações.

Assim então, a reação ante a dúvida cética é, segundo Wittgenstein, dar-se conta de que não se deve perguntar qual *deve* ser a reação, mas qual *é*, de fato a nossa reação. A tarefa do epistemólogo é, então, descrever qual é a nossa reação típica frente à dúvida cética.

Para Wittgenstein, a respeito de algumas proposições pode-se equivocar ou ter dúvidas; a respeito de outras, a dúvida e o equívoco não são possíveis. O sentido desta postura está em distinguir um caso de erro de um caso de uma perturbação mental. “Mas qual é a diferença entre erro e perturbação mental? Ou qual é a diferença entre eu tratá-las como um erro ou como uma perturbação mental”? (DC, 73).

Para entender como se podem distinguir aqueles casos em que a dúvida é um erro daqueles casos que indicam perturbação mental, deve-se fixar em qual é nossa reação quando nos expomos a um caso de perturbação mental. Quando se enfrenta um caso de erro tem-se uma bateria de procedimentos para tentar dissuadir as pessoas que estão num erro. Ao

contrário, frente a uma perturbação mental, não se tem nem idéia de como se poderia tentar persuadir a pessoa de que tem uma crença falsa.

Veja-se agora: não seria possível conceber ‘Eu sei, não estou apenas a supor, que está aqui a minha mão’ como uma proposição da gramática? Portanto *não* temporalmente.

Mas, nesse caso, não será como *esta*: ‘Eu sei, não estou apenas a supor, que estou a ver vermelho’?

E não será a consequência ‘Assim, há objetos físicos’ idêntica a: ‘Assim, há cores’? (DC, 57)

Wittgenstein sustenta que o fato de que não se saiba como convencer a pessoa que sofre deste tipo de perturbação mental, se deve, na realidade, finalmente compreender o que ele disse: “Suponha-se que um homem não conseguia lembrar-se se tinha tido sempre cinco dedos ou duas mãos. Compreendê-lo-íamos? Teríamos a certeza de o compreender?” (DC, 157).

Mediante tais interrogações Wittgenstein chega a uma nova afirmação, a saber, a falta de sentido das dúvidas céticas. Assim ela, a dúvida cética, não deve ser considerada uma dúvida em absoluto, pois o cético está fora do jogo de linguagem, fora das atividades, costumes e instituições que definem as práticas humanas, entre elas, a prática de duvidar. Assim, enquanto o equívoco pertence ao jogo de linguagem, e pode ser resolvido, o transtorno mental se situa completamente a margem do jogo de linguagem, não se pode compreendê-lo nem, muito menos, começar a discuti-lo.

Resumindo o que foi dito sobre o tema “dúvida”, considera-se o seguinte: No processo que vai desde a dúvida concreta até a dúvida geral, a dúvida vai perdendo gradualmente seu sentido e, chegado certo momento, deixa, inclusive, de ser concebível. Seu despropósito é tão grande que se traduz em aberração conceitual.

Porque não é verdade que um erro apenas se torna cada vez menos provável quando passamos do planeta para a minha própria mão. Pelo contrário, a determinado ponto não é mais concebível.

Isso já é sugerido pelo seguinte: se não fosse assim, seria também concebível que errássemos em *cada* afirmação que fizéssemos sobre objetos físicos; que todas as afirmações que alguma vez fizéssemos estivessem erradas. (DC, 54)

A partir do que foi visto até aqui a respeito do tema “dúvida”, pode-se considerar que, ao detectar que a utilização da linguagem por parte do cético não é correta, Wittgenstein faz uma grande descoberta. Ele nota que em algum momento tem-se tocado o solo, e que não se pode seguir perguntando.

Um aluno e um professor. O aluno não deixa que lhe expliquem nada porque interrompe continuamente com dúvidas, por exemplo, acerca da existência das coisas, significado das palavras, etc.. O professor diz: ‘Deixa de me interromper e faz como eu te digo. Até agora as tuas dúvidas não fazem sentido algum’. (DC, 310)

Há certas proposições de nossa linguagem que estão assentadas de um modo firme para todos nós, de maneira que não são questionáveis. Desta forma, o argumento de Wittgenstein contra o ceticismo leva-o a análise da dúvida cética, de seus pressupostos e conseqüências, e conduz Wittgenstein à demonstração de que qualquer dúvida pressupõe a certeza e, portanto, que o ceticismo não pode ser a última palavra.

2.3 A CERTEZA

Moore percebeu a existência de um tipo especial de proposições que não podiam ser postas em dúvida nem apoiadas com razões. Wittgenstein discorda de Moore segundo o qual se tem conhecimento dessas proposições, e prefere reservar o termo “conhecimento” para aqueles casos em que é possível a dúvida e em que existem razões para vencê-la. E as proposições especiais descobertas por Moore, Wittgenstein as descreve como “certeza”.

Faz-se necessário evitar a idéia de que o que está em jogo na discussão seja unicamente que Moore e Wittgenstein aplicam um nome distinto a uma mesma coisa. A objeção de Wittgenstein é muito mais radical que uma mera questão terminológica, e isto tem por base a constatação de que as proposições especiais que Moore considera “conhecimentos” desempenham, na realidade, um papel muito peculiar em nossa linguagem, diferente do que jogam nossos conhecimentos: “‘Saber’ e ‘certeza’ pertencem a diferentes *categorias*” (DC, 308).

O conhecimento aparece apenas quando surge a possibilidade de dúvida e encontram-se as razões para vencê-la. Pelo contrário, das proposições especiais tem-se certeza, não dúvidas ou razões. Além disso, elas são inamovíveis e permanecem firmes ante nós, como uma rocha sólida sobre a qual os jogos de linguagem estão como que assentados: “Isto é, as *perguntas* que formulamos e as nossas *dúvidas* dependem do fato de certas proposições estarem isentas de dúvida serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram” (DC, 341).

O motivo pela qual não cabe dúvida ou prova deste tipo de proposições especiais é que qualquer pergunta ou resposta que se propõe fazer, deve-se erigir tendo como premissas sua validade. Assim, as proposições que Moore considera conhecimento são para Wittgenstein proposições certas. E qualquer investigação sobre os limites do conhecimento deve aceitá-las e tê-las como apoio. Essa é simplesmente a maneira como se investiga: “Eu diria: Moore não *sabe* aquilo que afirma que sabe, contudo é ponto assente para ele assim como é para mim; considerar isso como matéria assente faz parte do nosso *método* de dúvida e investigação” (DC, 151).

Estas proposições especiais não são empíricas estritamente falando, pois não são resultantes de uma investigação, mas formam a base do discurso e fundamentam as demais proposições que se enuncia: “Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa” (DC, 96).

Assim, enquanto as proposições empíricas mudam sua validade com relação às proposições especiais, estas (proposições especiais) não necessitam nenhuma justificação, mas sustentam-se a si mesmas. O jogo de linguagem não permite que revisem nem que provem determinadas questões como, por exemplo, a existência de nossas mãos ou da Terra. A presença de uma dúvida nesse caso significa que “a linguagem está de férias” ou que “caminha no vazio”, visto que o jogo de linguagem em que se está imerso pressupõe a existência de um conjunto de proposições certas as quais regem as práticas comunicativas com regras do discurso.

Todavia, se as proposições especiais se comportam como normas do discurso, então não se tratam de proposições empíricas, mas de proposições gramaticais. E o termo “gramática” faz referência, em Wittgenstein, ao conjunto de regras que descrevem a utilização de expressões de uma linguagem e, assim, constituem a gramática de nossa linguagem. “Veja-se agora: não seria possível conceber ‘Eu sei, não estou apenas a supor, que está aqui a minha mão’ como uma proposição da gramática?” (DC, 57).

Pode-se perceber, segundo Stroll (1994), certa “ambigüidade” na caracterização que Wittgenstein oferece do termo “certeza”. Ao abordar esse tema, em suas primeiras notas de *DC* Wittgenstein pensa a certeza em termos proposicionais. Isto provavelmente se deva à influência dos escritos de Moore e de Malcolm. Mas conforme avança na leitura da obra, dá-se conta de que Wittgenstein começa a pensar a certeza de uma forma completamente nova e radical. Suas intuições passam então a sugerir que enquanto a dúvida e o conhecimento pertencem ao jogo de linguagem, a certeza está fora dele, sendo precisamente o que os fundamenta (STROLL, 1994, p. 170).

Porém, se tal certeza é o que dá sentido ao resto das orações da linguagem, ela dificilmente tem um caráter estritamente lingüístico. Assim, se é, com Wittgenstein, encaminhado a abrir a porta de uma consideração não proposicional da certeza. A aparição da caracterização não proposicional da certeza dará lugar a uma grande inflexão no pensamento de Wittgenstein, e isso fará com que algumas das idéias desenvolvidas em *DC* sejam caracterizadas como originais e uma novidade com relação às obras anteriores.

2.3.1 CARACTERIZAÇÃO DA CERTEZA EM TERMOS PROPOSICIONAIS

Sendo assim, precisamente nas primeiras anotações de DC, encontra-se um enorme esforço de Wittgenstein para dar um sentido às proposições especiais como as do tipo que Moore usa. Como exemplo, tome-se uma de suas afirmações que diz que numa mesma frase se pode ter significados diferentes, dependendo do contexto no qual estão inseridos estes mesmos significados.

Desta forma, uma proposição como “Sei que aqui está uma mão” tenha ou não sentido, tudo vai depender das circunstâncias em que se encontre. Requejo (1998, p.155) mostra estes exemplos:

a) Numa conversa cotidiana, se uma vítima diz: “Sei que aqui está uma mão” depois de abrir uma carta bomba, então esta afirmação terá sentido (*sinnig*) e um valor de verdade correspondente, pois ela estará sendo pronunciada numa ocasião pertinente.

b) Numa discussão filosófica, se a interpreta como uma proposição empírica - ao modelo Moore -, a mesma proposição será sem sentido (*unsinnig*). Dependendo do contexto, ela pode ser apenas uma oração gramatical.

c) Ao modo wittgensteiniano, se a proposição se encontra num contexto filosófico e se a interpreta como regra gramatical, então ela vai precisar de sentido, pois é desprovida dele (*sinnlos*). É o caso da oração “Há objetos físicos”, onde nenhum contexto poderia dotá-la de significado.

Esta é a classificação tripartida de Wittgenstein para as orações da linguagem. De um lado, estão as orações exclusivamente empíricas que se utilizam em contextos específicos, cujos sentido e valor de verdade dependem deles. E o principal argumento nesta fundamentação é justamente mostrar que uma oração pode ter sentido ou carecer dele. De outro lado, estão as orações aparentemente empíricas, que em determinados contextos, deixam de sê-lo para transformar-se em orações gramaticais. E no terceiro tipo, estão certas orações que poderiam ser denominadas filosóficas e que nenhum contexto poderia dotá-las de significado.

Estas discussões a respeito da forma com que uma oração tenha ou carece de sentido, desempenha um papel fundamental na argumentação de Wittgenstein. Não há nenhuma dificuldade de interpretação com relação às proposições empíricas quando pronunciadas em circunstâncias adequadas, pois aí elas possuem um claro sentido. As orações denominadas filosóficas também não, visto que elas são claros absurdos lingüísticos. O verdadeiro

problema surge em relação às chamadas proposições gramaticais. Entretanto, uma maneira de entender a forma como Wittgenstein resolve tal problema, é, como aponta Requejo (1998,156), fazendo um paralelismo entre a função das proposições gramaticais em DC e as das proposições lógicas em TLP. Lembra ela que:

[...] no Tractatus, Wittgenstein havia explicado que as proposições lógicas não teriam sentido. Mas a propósito delas introduzia uma distinção muito importante entre carecer de sentido (*sinnlos*) e serem sem-sentido (*unsinnig*). As proposições lógicas não são absurdas ou sem-sentido, mas carecem de sentido tanto que são a-significativas. Para entender essa distinção, é necessário atender a caracterização de Wittgenstein das ‘proposições lógicas e tautológicas’ (TLP, 61), e ‘certas’ (TLP, 4.464). Esta caracterização supõe que nada do que ocorra no mundo poderá ‘afetá-las’, nem a modo de ‘confirmação’ nem de ‘refutação’ (TLP, 6.1222). Daí que sustenta que as proposições lógicas ‘não dizem nada’, ou seja, que carecem de conteúdo semântico (TLP, 6.11). (REQUEJO, 1998, p.156)

Com estes elementos apontados por Requejo (1998), é possível entender as proposições gramaticais de DC. Esta comparação mostra que, enquanto em TLP, Wittgenstein dotava de relevância ontológica as proposições lógicas e construía com elas o esqueleto formal do mundo, tais proposições mesmo sendo a estrutura certa e tautológica não transmitem nenhuma informação, pois são a-significativas. E que, de maneira semelhante, em DC, Wittgenstein utiliza as proposições gramaticais para levantar o esqueleto sintático da linguagem, mas como estrutura certa e inamovível, tais proposições também não transmitem informação alguma, pois são consideradas também a-significativas, visto que sua significatividade depende do contexto.

Pode-se pensar que em IF e em DC, a expressão “gramática” desempenha a função realizada no TLP pela expressão “lógica”. Há diferenças importantes entre os dois papéis que indicam dificuldades que a caracterização proposicional da certeza comporta.

Uma das divergências é que o fato de as proposições gramaticais serem certas não implica que sejam verdadeiras ou falsas. Além disso, supõe que as proposições gramaticais de DC não são tautológicas como as proposições lógicas do TLP. Wittgenstein está agora convencido de que uma discussão acerca da verdade ou falsidade não corresponde às proposições gramaticais.

Um outro aspecto a ser sublinhado é o fato de que enquanto as proposições lógicas não podem servir-se do contexto de aprendizagem, certas proposições gramaticais servem a este fim, e as regras funcionam para regular os jogos de linguagem e estabelecer o sentido do conjunto das proposições da linguagem. As proposições gramaticais, neste sentido, não são a-significativas ou carentes de sentido, mas transmitem informação acerca do modo como se deve usar determinados termos. Por isso pode ser até difícil chamá-las de “proposições”.

Com efeito, ao refletir sobre as proposições do tipo das de Moore, Wittgenstein percebe que o verdadeiramente importante não é que estas tenham aspecto de proposições, mas que se de fato transmitem ou não as normas do discurso e das atuações. Assim, o que até agora foi chamado de proposições especiais, não pertencem à linguagem, mas é precisamente o que permite haver linguagem e comunicação. Daí que se percebe “o vão” aberto por Wittgenstein para avançar na redação das notas e distanciar-se cada vez mais da caracterização proposicional da certeza.

As pesquisas de Wittgenstein levam a constatar um âmbito anterior na linguagem, que ocorre com uma grande variedade de fenômenos. E, a partir de então, ele referirá com o termo “certeza” a tudo aquilo que está na base de todos os pensamentos, expressões e ações, ou seja, ao limite externo da maneira de estar no mundo.

2.3.2 CARACTERIZAÇÃO DA CERTEZA EM TERMOS NÃO-PROPOSICIONAIS

Foi feita, no item anterior, uma descrição negativa da certeza, dizendo que a mesma não é nem verdadeira nem falsa. A partir desta perspectiva, entende-se a definição clássica de proposição como algo suscetível de ser verdadeiro ou falso, e se conclui também que em Wittgenstein não há um predomínio da certeza nesse sentido proposicional.

O sentido da certeza de não ser suscetível à dúvida ou conhecimento se dá pelo fato de que não se pode revisá-la, nem justificá-la e nem prová-la. A certeza é, definitivamente, tudo o que não entra no âmbito epistêmico. E se há algo claro em DC é que não se pode confundir conhecimento com a certeza. E, de fato, uma das razões pelas quais Wittgenstein abandona a caracterização proposicional da certeza é porque quando se pensa assim, termina-se por sustentar que se conhece o que é certo.

Sobre as cinzas desta caracterização negativa da certeza Wittgenstein descreve a caracterização positiva da mesma. Uma dificuldade que surge é como caracterizar o que está na base de todo o sistema de pensamento. Wittgenstein, nesse intuito, sugere em vários lugares de DC, que esse âmbito, a que ele se refere, é identificado com fenômenos que, inicialmente, são diferentes como a lógica, nossa visão de mundo, nossas ações, a tradição herdada, a comunidade ou nossa animalidade. Tomados literalmente, tais fenômenos não significam a mesma coisa, apesar de existir conexões entre eles, o que leva a pensar se Wittgenstein queria ou não desenvolver uma descrição unitária de certeza que abarcasse a todos eles.

O âmbito da certeza não está composto por diversos elementos que podem ser considerados independentemente, mas refere-se a um “conjunto de proposições” de forma que quando se incorpora uma delas em especial, se incorpora todas elas de uma vez: “Aquilo a que me agarro não é *uma* proposição, mas um conjunto de proposições” (DC, 225).

Assim, pelo fato de Wittgenstein referir-se a elas como algo inserido em outros como se fossem colados, leva a entender que o que ele entende por certeza equivale a uma imagem de mundo, ou seja, é certo para nós tudo aquilo que constitui nossa maneira de interpretar o que ocorre ao nosso redor: “... Tenho uma imagem do mundo. É verdadeira ou falsa? Sobretudo, é o substrato de todas as minhas perguntas e afirmações...” (DC, 162).

Para entender a idéia básica desta colocação, precisa-se afirmar o seguinte: Definitivamente, a fundamentação das afirmações reside nas práticas. Ou seja, compreende-se que o âmbito da certeza não consiste em determinadas teses, mas no conjunto de regras que regulam as práticas: “Mas a fundamentação, a justificação da evidência tem um fim – mas o fim não é o fato de certas proposições se nos apresentarem como sendo verdadeiras, isto é, não se trata de uma espécie de *ver* da nossa parte; é o nosso *atuar* que está no fundo do jogo de linguagem” (DC, 204).

A noção de “prática” está intimamente unida à noção de “comunidade”. Por um lado, as práticas refletem a maneira que se realizam na comunidade em que se vive. Ou seja, a comunidade fundamenta as práticas. Por outro lado, as práticas constituem uma determinada comunidade. Isso significa que as práticas remetem a uma comunidade e a comunidade remete a umas práticas (o que vai constituir na refutação da idéia de um Wittgenstein fundacionalista defendido por Stroll, conforme o Capítulo 3). O resultado fundamental desta perspectiva é que a idéia de um sujeito auto-suficiente, criador e responsável por criar suas crenças e conhecimento é reprovada, uma vez que se herda uma certa visão de mundo: “Mas eu não obtive a minha imagem do mundo por me ter convencido da sua justeza, nem a mantenho porque me convenci da sua justeza. Pelo contrário, é o quadro de referência herdado que me faz distinguir o verdadeiro do falso” (DC, 94).

Para expressar claramente que a certeza está à margem da epistemicidade, Wittgenstein ilustra com a introdução do termo “mitologia”. Um mito não é verdadeiro nem falso, é como é, não pode ser provado, nem refutado. É uma simples narração, porém de relevância essencial para a comunidade a que se dirige uma vez que transmite as chaves de interpretação e entendimento de suas ações: “As proposições que descrevem esta imagem do mundo poderiam pertencer a uma espécie de mitologia. E o seu papel é semelhante ao das regras de

um jogo. E o jogo pode ser aprendido puramente pela prática, sem aprender quaisquer regras explícitas” (DC, 95).

Outra maneira ilustrativa que Wittgenstein usa para expressar que o sentido comum não é uma teoria e que, portanto, carece de valor de verdade e não é revisável, é apelando para o termo “animalidade”. Refere-se ao conjunto de ações organizadas pela comunidade que constituem o âmbito da certeza, configuram um estrato muito primitivo do comportamento humano: “Mas isto significa que a pretendo conceber como algo situado além de ser justificado ou injustificado; portanto, como que uma coisa animal” (DC, 359). E ainda: “Quero encarar aqui o homem como um animal; como um ser primitivo a quem se reconhece instinto, mas não raciocínio. Como uma criatura num estado primitivo. Qualquer lógica suficientemente boa para um meio de comunicação primitivo não é motivo para que nos envergonhemos dela. A linguagem não surgiu de uma espécie de raciocínio” (DC, 475).

As citações anteriores mostram um distanciamento, por parte de Wittgenstein, de uma caracterização da certeza em termos estritamente proposicionais. Pode-se dizer, finalmente, que todos estes conceitos, mencionados anteriormente, sobre o âmbito da certeza estão constituídos pela facticidade. Desta forma, a existência da Terra e da comunidade não são como peças descartáveis. Herda-se tal visão de mundo com o nascimento e não se está em condições de descartá-la. Wittgenstein alude à comunidade, a nossas práticas, à mitologia, a nossa animalidade e, definitivamente, a tudo aquilo que constitui a nossa vida, em seus múltiplos aspectos sociológicos, culturais e biológicos, pretendendo focar a questão da certeza a partir de uma perspectiva que tenta ir além da linguagem, rompendo com uma concepção limitada da linguagem.

Tem-se tentado descrever, nesta seção, o desenvolvimento dos distintos tratamentos da certeza. A primeira tentativa abordou a noção de certeza sob uma concepção proposicional. Esta concepção aparece no início de DC quando Wittgenstein fala de “proposições-dobradiças” para se referir as proposições do tipo que Moore usa. Wittgenstein descobre que tais proposições são de um tipo especial uma vez que são não-suscetíveis de prova ou justificação, verdade ou falsidade, de serem conhecidas ou não. Tais características indicam que Wittgenstein está usando o termo familiar “proposições” para algo que não é na realidade uma proposição, que não pertence ao jogo de linguagem, mas o possibilita.

Numa segunda tentativa, Wittgenstein abandona a concepção de certeza em termos proposicionais e, conforme avança na leitura da obra DC, nota-se esta concepção não-proposicional como predominante. Vários candidatos são postos no palco, tal como a ação, a comunidade, o mito, a animalidade, entre outros que, sendo distintos, possuem em comum a

característica de serem fenômenos não-intelectuais. Wittgenstein, segundo Stroll, infelizmente não teve tempo suficiente para trabalhar estas características e chegar a formular uma idéia mais completa e consistente, acerca do caráter não-proposicional da certeza.

2.4 O CONHECIMENTO

Wittgenstein realiza, em sintonia com a análise da noção de dúvida, uma análise do status epistêmico das chamadas proposições empíricas ou científicas, ou seja, daquelas proposições que postulam, em geral, que “X é um objeto físico” ou, em particular, que “X é p”, onde p é uma classe determinada de objetos físicos. Requejo (1998, p. 141) distingue três tipos de atitudes epistêmicas em relação com as proposições que relatam fatos do mundo. São elas:

Crença: “creio que isto é uma oliveira”.

Conhecimento: “Sei que isto é uma oliveira”.

Certeza: “Tenho certeza de que isto é uma oliveira”.

Segundo Requejo (1998), em uma opinião generalizada, todas as proposições acerca do mundo exterior seriam suscetíveis de estarem envolvidas em uma, duas, ou talvez três dessas atitudes epistêmicas. Assim, as diferentes atitudes a respeito de uma proposição empírica dependem das distintas circunstâncias, tais como a posição do falante, o estado da investigação, as razões e demais fatos do mundo. Desta perspectiva, pode-se imaginar certo estado de coisas em que é apropriada a descrição de crença, de conhecimento ou de certeza de certa proposição empírica.

Para Wittgenstein, defende Requejo (1998), não é o caso que todas as proposições empíricas possam integrar-se em alguma dessas atitudes proposicionais. Essa tese parece nova. Todavia, numerosos epistemólogos têm sustentado que sempre é possível crer em qualquer proposição empírica, sem que se possa ter dela conhecimento ou certeza. Inclusive céticos e dogmáticos negam que pode haver certeza quanto a tais proposições. Enquanto os céticos dizem que não se pode passar da crença ao conhecimento nem à certeza, os dogmáticos argumentam que às vezes essa ascensão hierárquica é possível. De acordo com essa idéia, negar que as proposições empíricas possam integrar qualquer das atitudes epistêmicas, equivaleria dizer que nem todas, talvez nenhuma, pertença aos níveis mais altos da hierarquia epistêmica.

Esta justamente não é a tese de Wittgenstein. Ele está de acordo que nem todas as proposições empíricas possam ocupar o nível mais alto dessa hierarquia, mas o

verdadeiramente revolucionário em sua postura é que algumas proposições ocupam o nível mais alto da hierarquia, sem nunca poder fazer parte o nível médio. Segundo esta tese, pode-se sustentar com certeza uma proposição, ainda que dela não se tenha conhecimento.

Assim, Wittgenstein defende que algumas das proposições que a perspectiva anterior associava sem reparos ao nível da crença talvez pertençam ao âmbito da certeza, mas não do conhecimento. Esta surpreendente afirmação desempenha um papel chave no conjunto de sua postura.

Vejam-se: em primeiro lugar, como é possível que uma proposição seja tida como certa sem que seja ao mesmo tempo conhecida? Obviamente, para que tal posição seja possível, acarretará uma mudança na maneira de entender os termos da definição de conhecimento. Com efeito, Wittgenstein realiza a análise destes termos tendo em vista seu emprego nos jogos de linguagem em que estão imersos, o que o permitirá concluir que tanto o dogmático quanto o cético fazem usos equivocados deles.

Em segundo lugar, como entender a afirmação de que algumas proposições empíricas pertençam ao âmbito da certeza? Para tanto, é necessário desenvolver algumas questões, como por exemplo, é óbvio que nem todas as proposições empíricas possam gozar do privilégio que se supõe pertencer ao âmbito da certeza. Daí, a necessidade de clarear quais são as proposições que se apresentam como inamovíveis, e em que sentido elas são, e explicar em que sentido se diz que elas são empíricas.

Geralmente, considera-se que proposições empíricas são o resultado de realizar experimentos ou de manipular os objetos do mundo, ou seja, são frutos da atuação no mundo; aquelas que possam ser verificadas ou refutadas pelos acontecimentos. Contrariamente a essa idéia, Wittgenstein assegura que esse tipo de proposições são inamovíveis, ou seja, que não se pode modificá-las com nossa intervenção. Para avançar nesta questão, é necessário acompanhar Wittgenstein em DC, e descrever o que ele caracteriza com os termos “crença”, “conhecimento” e “certeza”.

Do que Wittgenstein disse sobre as crenças, destaca-se somente aquilo que tem relação com as questões epistemológicas. Para isso, a expressão “crer que” não deve ser confundida com “crer em” que Wittgenstein sublinha em *“Lecciones y Conversaciones sobre Estética, psicología y creencia Religiosa: “Num discurso religioso, usamos expressões como ‘Creio em que isto e aquilo acontecerá’, e as usamos de maneira diferente da que as usamos em Ciência”* (WITTGENSTEIN, 1992, p. 95). E ainda: “Outrossim, há este uso extraordinário da palavra ‘acredito’. “Fala-se de acreditar e ao mesmo tempo não se usa ‘acredito’ como se costuma

usá-la ordinariamente...” (WITTGENSTEIN, 1992, p. 99). Portanto, esse tipo de “crer” não será analisado aqui, pois não é propósito do presente trabalho.

Em relação a “crer que”, destacam-se duas características essenciais que qualquer crença possui: a primeira assinala que crença tem um caráter proposicional, ou seja, que se aplicam as proposições, visto que, proposição é um conjunto de símbolos com sentido, suscetíveis de serem verdadeiros ou falsos. Entretanto, mesmo que se fale de crenças verdadeiras ou falsas, a verdade ou falsidade não são aplicáveis à crença, mas à proposição contida nela. A segunda observa que a crença é um estado mental e que, portanto, se tem contato com ela via introspecção. O que dá a alguém o direito de, se a tiver, afirmar algo frente ao mundo, sem equívoco. Pode-se dizer que, assim, crença tem um caráter subjetivo.

Parte-se do pressuposto de que as crenças são fenômenos mentais de caráter proposicional para entender as conclusões epistemológicas de Wittgenstein. Na realidade, o mais interessante de sua exposição não está em sua definição de crença, mas em caracterizar o conhecimento e a certeza de maneira que se excluam mutuamente. É o que se desenvolve a seguir.

Começa-se com a distinção entre dois usos distintos do termo “conhecimento”: o “saber que” e o “saber como” de caráter proposicional. Geralmente, o conhecimento proposicional diferencia-se da crença em que se requerem razões. Wittgenstein insiste numerosas vezes na necessidade de aportar razões para se ter conhecimento: “Se alguém acredita nalguma coisa, não teremos sempre de poder responder à pergunta ‘porque acreditará ele nisso’; mas se ele sabe qualquer coisa, então a pergunta ‘como é que ele sabe?’ terá de ter uma resposta” (DC, 550).

Uma concepção típica do conhecimento é aquela que associa conhecimento com certeza, como fez Descartes. Segundo esta aproximação, uma proposição é conhecida quando é conceitualmente impossível conceber dúvidas acerca dela. O fato de não poder negá-la é, precisamente, a razão que se aporta para classificá-la como conhecimento. Nesta perspectiva pode-se entender a afirmação de Moore de que as proposições do sentido comum, as indubitáveis, constituem conhecimentos, o que leva a supor que a junção da dúvida e conhecimento é contraditória.

A postura de Wittgenstein diverge desta concepção. Por isso é original. Ele sustenta, em troca, que só pode falar de conhecimento ali onde pode surgir a dúvida. A questão de que a existência de razões seja uma condição necessária para se falar de conhecimento revela a pista de uma questão essencial, a saber, que se fala de conhecimento ali onde pode haver

dúvida equivale a dizer que onde as razões que se propõe para apoiar as crenças poderiam ser “más” razões.

Nesta perspectiva, o conhecimento tem como seu corolário a dúvida. O fato de que se duvide indica que a proposição duvidosa poderia, futuramente, formar parte do conhecimento, se puder eliminar a dúvida. E, inversamente, quando não se pode por algo em dúvida, quando não pode equivocar-se acerca dele, não pode dizer que se trata de conhecimento, mas de certeza. Dito de outro modo, o âmbito do conhecimento não cobre as proposições de antemão indubitáveis, pois, saber se diz em oposição a crer quando há algum tipo de dúvida e esta se resolve dizendo que se têm razões. Mas se não há sombra de dúvida, não tem sentido usar o termo “saber”. Interroga Wittgenstein: “Poderá alguém dizer: ‘Onde não há dúvida, também não há conhecimento’?” (DC, 121).

As discussões entre as distintas teorias do conhecimento surgem ao tentar descrever como devem ser as razões que apóiam o conhecimento. No caso de Wittgenstein, estas razões devem ser objetivas, isto é, públicas ou comunicáveis. Com isso, Wittgenstein refuta uma caracterização subjetiva do conhecimento e se inclina por uma intersubjetiva: “E se alguém, de fato, responder a essa pergunta, terá de o fazer de acordo com axiomas geralmente aceites. É *assim* que é possível conhecer alguma coisa do gênero” (DC, 551).

As razões que Wittgenstein considera como válidas têm caráter probatório, ou seja, devem servir para apoiar a afirmação de conhecimento. Disso se deduz que a confiança no que atua como razão deva ser maior que a própria proposição que se afirma conhecer: “Diz-se ‘Eu sei...’ quando se está pronto a indicar razões soberanas. ‘Eu sei’ relaciona-se com a possibilidade de demonstrar a verdade. É possível mostrar que uma pessoa sabe uma coisa, na condição, porém, de ela estar convencida dessa coisa que sabe. Mas se aquilo em que se acredita é de tal natureza que os fundamentos que se pode indicar não são mais seguros do que a sua afirmação, então não se pode dizer que sabe aquilo em que acredita” (DC, 243).

É precisamente a existência de razões que possam ser públicas, o que faz com que o conhecimento não possa ser considerado um estado mental. “Saber e certeza”, diz Wittgenstein, “[...] não são dois ‘estados mentais’ como, por exemplo, ‘supor’ e ‘estar seguro’” (DC, 308).

Pode-se até estar em determinado estado mental quando se conhece. Todavia, para conhecer, deve-se ser capaz de ir além e dar razões do conhecimento, razões essas que devam ser reconhecíveis publicamente. Tais razões não podem ser, em nenhum caso, apelação a uma disposição ou atitude psicológica, uma vez que o conhecimento não é uma experiência

peçoal e não pode ser descoberto simplesmente por introspecção: “Uma experiência interior não pode mostrar que eu *sei* qualquer coisa” (DC, 569).

A crítica que Wittgenstein faz ao conhecimento como estado mental está relacionada com o problema da identificação de casos de conhecimento. Se admitir a introspecção como garantia da existência de conhecimento, então basta crer que se tem conhecimento para tê-lo. Mas isso não teria sentido.

Há um problema aqui: parece não haver uma regra que determine como deva ser a solidez que nossas razões devam ter para se assegurar que haja conhecimento. Cada caso é diferente e, em qualquer momento, “Sei que p” pode transformar-se em um “Creio sabê-lo”. Com efeito, se tem razões, pode-se dizer que tem conhecimento, mas nunca pode afirmar que está livre de equívocos. Em Wittgenstein há sempre aberta uma possibilidade de erro na reivindicação de conhecimento.

A colocação da dúvida e a necessidade de razões para reivindicar o conhecimento trazem outra implicação importante, a saber, quando alguém afirma ter conhecimento está dizendo algo sobre si mesmo, mas que implicativamente ele possui uma informação que nem todo mundo tem, ou seja, que tem acesso a determinados dados que fundamentam seu conhecimento, e que pode pôr a disposição a qualquer momento. Assim, está havendo uma declaração de posse de razões. E nesse sentido, pode-se dizer que os enunciados de conhecimento são individualizados.

Além disso, na perspectiva de um determinado sujeito, os enunciados que expressam conhecimento devem pronunciar-se em determinadas circunstâncias, o que permitirá que tal exclamação de conhecimento seja inteligível e tenha sentido. Desta forma, as exclamações que predicam conhecimento, como “Sei que tenho duas mãos” ou “Sei que isso é uma árvore” devem vir em um contexto adequado.

Concluindo o que foi visto até aqui, pode-se dizer que para Wittgenstein o conhecimento tem caráter objetivo, público e intersubjetivo. E enquanto tal deva vir apoiado por razões que possam ser avaliadas pela comunidade a que se pertence, e que leve em conta o contexto em que se proclama o conhecimento.

As anteriores considerações de Wittgenstein a respeito do conhecimento permitirão estudar a maneira como Moore utiliza a proposição “Sei que p”. Wittgenstein não está absolutamente de acordo com as declarações de conhecimento por parte de Moore, como por exemplo, “Sei que tenho duas mãos” (MOORE, 1974, p. 358) ou “Sei que a Terra tem existido há muito anos” (MOORE, 1974, p. 309-310). A seguir, recortam-se algumas das dificuldades que, segundo Wittgenstein, as afirmações de Moore nos apresentam.

A primeira crítica que Wittgenstein faz a Moore é por esse distanciar-se radicalmente do uso que as expressões de conhecimento têm em nossa linguagem cotidiana, ao pretender omitir a existência de razões como condição necessária para conhecer. Recordar-se que Moore sustentava conhecer algumas proposições, ainda que não fosse capaz de provar que sabia¹⁴. Moore estava motivado pela idéia de que nenhuma razão aduzida poderia trazer maior segurança que a que acompanha a afirmação de conhecimento. Já para Wittgenstein, como se vê, as razões para o conhecimento devam ser mais seguras do que a afirmação de que conhece. Caso contrário, não pode haver conhecimento. A existência de razões é inerente ao conhecimento.

Wittgenstein insiste que o termo “saber” joga um papel muito preciso em nossa linguagem, o que permite discriminar as afirmações justificadas das afirmações, como as de Moore. A carência de razões é, pois uma das críticas que Wittgenstein faz à maneira como Moore emprega o termo “saber”.

A segunda crítica é sobre a anulação de Moore da distinção entre “saber” e “crer saber”:

As idéias de Moore levam realmente ao seguinte: o conceito ‘saber’ é análogo aos conceitos ‘crer’, ‘supor’, ‘duvidar’, ‘estar convencido’, pelo fato de a declaração ‘Eu sei...’ não poder ser um erro. E se isto é assim, então pode inferir-se dessa expressão a verdade de uma afirmação. Nesse ponto, a forma ‘Eu pensava que sabia’ não está a ser considerada. – Mas se esta última é inadmissível, um erro na *afirmação* tem de ser logicamente impossível também. E qualquer pessoa que conheça o jogo de linguagem tem de compreender isso; a declaração, proferida por alguém fidedigno, de que *sabe*, não acrescenta nada. (DC, 21)

Houve um equívoco por parte de Moore por pensar que a lógica que governa “sei que p” é equivalente a “creio que p” ou a “Tenho dor”: “O uso errado que Moore faz da expressão ‘Eu sei...’ reside em encará-la como uma declaração tão pouco passível de dúvida como ‘Eu sofro’. E como a ‘Eu sei que é assim’ se segue ‘É assim’, também não se pode duvidar desta última” (DC, 178).

As crenças e a dor pertencem àquela classe de estados mentais cujas declarações acerca deles são infalíveis. Mas as declarações de conhecimento não são infalíveis. Isto é, dizer “Sei que p”, não prova que sei que *p*: “Qual é a prova de que eu sei qualquer coisa? Muito certamente, não é eu dizer que sei” (DC, 487).

A terceira crítica de Wittgenstein é sobre a importância da proposição dita por Moore. Quando Moore disse que sabe algo, não tem relevância alguma o fato de que seja ele quem o

¹⁴ Moore disse em “*Prova ...*” Como provarei agora que ‘aqui está minha mão e aqui está a outra?’ Não acredito que possa fazê-lo. Para fazê-lo, eu precisaria provar primeiro, como Descartes mostrou, que não estou agora sonhando; tenho evidência conclusiva de que estou acordado: mas isso é uma coisa muito diferente de ser capaz de prová-lo. Eu não poderia dizer-lhes qual é toda a minha evidência; e eu requereria a realização de pelo menos

disse. A sugestão de Wittgenstein é de que se trata de um enunciado sobre uma pessoa e de que transmite uma informação que os demais não possuem, é equivocada, uma vez que sua posição em relação a essa proposição é a mesma de todos: “As verdades que Moore diz que sabe são, mais ou menos, as mesmas que todos nós sabemos, se é que ele as sabe” (DC, 100).

Quando se diz “Sei que p” é necessário que a exclamação tenha um tom pessoal, e que remeta à possibilidade de levar a uma explicação. Caso contrário, dizer “sei que p” e dizer “p” teria o mesmo significado. Mas se a primeira frase menciona uma pessoa enquanto a segunda não e dá iguais efeitos de conteúdo informativo, deve-se suspeitar então que não se está diante de um caso de conhecimento. Definitivamente, Wittgenstein sustenta que não tem sentido chamar conhecimento a algo em que todos estão de acordo: “[...] Por que é que ele [Moore] não menciona um fato que ele sabe e não *todos* nós?” (DC, 462).

A quarta crítica de Wittgenstein às afirmações de conhecimento por parte de Moore é por elas não virem a caso nas circunstâncias adequadas. Como foi visto, para Wittgenstein, o significado de uma oração está intimamente ligado ao cumprimento das condições adequadas reguladas pelo contexto. Fora disso, as orações perdem seu sentido. O problema que aparece com esta tese é identificar quando um contexto é adequado e, portanto, quando é que uma oração tem sentido. Para Wittgenstein, parece ter sentido introduzir uma afirmação de conhecimento exclusivamente ali onde possa colocar uma dúvida seriamente.

Dizer “Sei que p” tem sentido quando também tem sentido dizer “Não sei que p” ou “Duvido que p” ou “Posso demonstrar que p”. Todas estas atitudes epistêmicas são aplicáveis ao mesmo tipo de orações e aos mesmos tipos de contextos. A crítica de Wittgenstein a este ponto consiste em assinalar que Moore incorre em um erro inverso ao do cético, pois enquanto o cético pretende duvidar ali onde a dúvida carece de sentido, Moore pretende afirmar ali onde a afirmação carece de sentido. Porém, é fundamental salientar que as orações de Moore não têm sentido nas circunstâncias em que ele as enuncia. Como diz Wittgenstein: “Relativamente a cada uma dessas frases posso imaginar circunstâncias que a tornem um lance de um de nossos jogos de linguagem, e assim ela perde o seu caráter surpreendente em termos filosóficos” (DC, 622).

Concluindo este ponto a respeito da crítica que Wittgenstein faz das afirmações de conhecimento por parte de Moore, pode-se dizer que tal crítica se deve ao fato de que as orações de Moore não comunicarem o que pretende comunicar, pois ao reivindicar conhecimento, Moore viola as condições de significatividade do discurso.

isto para dar-lhes uma prova (MOORE, G. E. *Prova de um mundo exterior* in Os Pensadores, Abril cultural, 1974, p.360. Ver também STROLL, 1994, p. 24).

No entanto, apesar de suas objeções a Moore, Wittgenstein reconhece que Moore, erra o alvo, mas havia apontado na direção correta para responder ao cético. Moore havia dado a chave ao considerar a crença “Isto é uma mão” como indubitável, ou seja, ao sustentar que não se pode descartá-la. “Em vez de ‘eu sei’, não poderia Moore ter dito: ‘É ponto assente para mim que...’? Ou ainda: ‘É ponto assente para mim e muitos outros que...’?” (DC, 116).

Wittgenstein discorda de Moore quanto a utilização do termo “conhecimento” para denotar o indubitável. E a razão é que este termo é reservado para transmitir as conotações que tem em nossas conversações diárias para aportar possíveis razões para superar a dúvida: “Eu reservaria a expressão ‘Eu sei’ para os casos em que é utilizada no intercâmbio lingüístico normal” (DC, 260).

O que foi dito anteriormente leva a concluir que Moore está na pista certa, ainda que a perca. Por um lado, ele se dá conta de que não se pode jogar o jogo do cético. Por outro lado, ele segue jogando tal jogo por um longo período. O valor da sua postura é vista pela defesa de que a dúvida não é aplicável a todos os objetos. Mas contra-atacar a dúvida cética com sua afirmação de conhecimento foi o seu grande erro. Pois tal estratégia não leva a lugar algum, uma vez que afirmações de conhecimento não têm sentido nos contextos que Moore pronuncia. A maneira de falar, as regras de uso dos conceitos e toda estrutura da linguagem impedem que tenha sentido.

Daí que Wittgenstein concorda com Moore de que certas proposições empíricas possuem um status especial, mas que não podem ser postas em dúvida. Ele emprega o termo “certeza” para descrever o caráter singular de tais proposições. Com o descobrimento da existência do termo “certeza” Wittgenstein introduz uma visão particular do mundo e nossa posição nele. A seguir vamos ver que há algo inquestionável para todos, de que tenham crenças irreversíveis tem importantes conseqüências para a epistemologia.

2.5 SIGNIFICADO

A analogia com o jogo dá-se na década de 1930, quando Wittgenstein passa a comparar os sistemas axiomáticos ao jogo de xadrez e, inspirando-se nos formalistas, elabora o conceito de “significado”. Segundo Glock (1998), para Wittgenstein, “o ‘significado’ de um signo matemático, assim como o de uma peça de xadrez, é a soma das regras que determinam os seus ‘lances’ possíveis” (GLOCK, 1998, p. 125).

De acordo com Wittgenstein, aprende-se o significado das palavras ao aprender a utilizá-las e, tal qual um jogo de xadrez, faz-se necessário não apenas uma associação de

palavras, mas sim um aprendizado dos movimentos possíveis. “Não acredite sempre que você lê as suas palavras a partir dos fatos e reproduz estes em palavras de acordo com regras! É que, num caso especial, você teria que fazer a aplicação das regras sem guia” (IF, 292). Sendo assim, aprender o significado de uma palavra consiste na aquisição de uma regra (ou um conjunto de regras) que governa seu uso.

Ocupando um lugar central e de extrema importância, o conceito de significado sustenta a idéia de que os problemas filosóficos estão enraizados na linguagem. Segundo a visão agostiniana de linguagem, o significado de uma expressão é o objeto a que se refere. Wittgenstein rejeita essa concepção referencial, pois “uma expressão não deixa de ter significado por não se referir a um objeto, sendo um erro categorial tratar o objeto a que uma palavra se refere como seu significado” (GLOCK, 1998, p. 359).

A posição de Wittgenstein em DC é de alerta contra o perigo de querer encontrar uma ‘entidade’ que determine o significado de uma expressão: “Há sempre o perigo de querer encontrar o significado de uma expressão considerando a própria expressão e a disposição de espírito em que ela é usada, em vez de pensar sempre na prática” (DC, 601).

Sendo assim, o que estabelece o significado de um objeto é a sua dependência de um uso determinado assentado por regras, e a possibilidade de ele ser empregado em atos lingüísticos dotados de significado. De fato, aprende-se o significado das palavras aprendendo como utilizá-las. Desta forma, pode-se considerar que não se aprende a jogar xadrez associando peças a objetos e sim aprendendo como as peças podem ser movidas.

A multiplicidade das linguagens e dos significados pode ser compreendida através dos “contextos” e das “semelhanças de família”. O uso de um termo e, portanto, seu significado, depende das necessidades, dos desejos e das emoções, que vão sugerir qual o conceito mais adequado de uso. Tudo isso dependerá também das circunstâncias.

Wittgenstein é severamente criticado por não apresentar uma teoria do significado, pois elucida o significado de uma palavra descrevendo o uso. Isto pressupõe uma concepção de significado, já que não são as noções técnicas formais que pretende elucidar e sim o conceito ordinário de significado. Segundo Glock, Wittgenstein costumava dar um conselho metodológico: “Não pergunte pelo significado, pergunte pelo uso” (GLOCK, 1998, p. 360).

Apesar das objeções, Wittgenstein segue dizendo que o significado de uma palavra é o que é significado por uma explanação do significado, que deve especificar como a palavra pode ser usada em uma determinada linguagem. Sendo assim, o significado vem do uso, de acordo com as regras gramaticais.

Pode-se concluir que, segundo Wittgenstein, o significado de uma palavra não é somente verbal ou lingüístico. Parte do significado de uma palavra determina uma produção combinada com outras palavras dentro de um texto, que deve ser considerado pelo ponto de vista segundo o qual o sistema de texto contém outras palavras que interagem, cujo significado está, em parte, determinado pelo sentido que recebe no código, o dicionário, e, em parte, pelas interações com os demais elementos do texto. Sendo assim, um texto tem um significado próprio, com seu próprio sentido.

2.6 SEMELHANÇAS DE FAMÍLIA

Em seu *Dicionário Wittgenstein*, Glock (1998) afirma que a noção de ‘semelhanças de família’ (*familienähnlichkeit*) “é crucial para o ataque que Wittgenstein faz ao essencialismo” (GLOCK, 1998, p. 324). Visão essa de que é necessário haver algo ‘comum’ a todas as instâncias de um conceito que explique por que elas caem sob esse conceito e de que a única explicação adequada ou legítima para uma palavra é uma definição analítica que estabeleça condições necessárias e suficientes para sua aplicação, o que implica que, as explicações com base em exemplos são inadequadas (*Gramática Filosófica*, 2003, p.74-75 e p. 87-88).

Em IF (1-64), Wittgenstein elucida os conceitos de linguagem e de proposição, com o auxílio de uma série de jogos de linguagem. O interlocutor de Wittgenstein protesta que, embora Wittgenstein tenha falado muito sobre jogos de linguagem, não chega a enunciar o que é um jogo de linguagem e explicar a sua essência. Wittgenstein rejeita tal exigência com base no fato de que não há essência da linguagem, mas somente diferentes fenômenos relacionados de maneiras diversas.

E quando Wittgenstein utiliza pela primeira vez a noção de jogo querendo ilustrar a idéia de comparar linguagem e jogo (IF, 66-7), diz que, ao olhar para os jogos vemos que os mesmos possuem algo em comum que se unem não por um único traço definidor comum, mas por uma complexa rede de semelhanças que se sobrepõem e se entrecruzam, do mesmo modo que os diferentes membros de uma família se parecem uns com os outros sob diferentes aspectos. Diz Wittgenstein:

Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que por meio das palavras “semelhanças familiares”; pois assim se sobrepõem e se entrecruzam as várias semelhanças que existem os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, andar, temperamento, etc., etc. E *eu direi*: os ‘jogos’ formam uma família. (IF, 67)

Desta forma, esta compreensão se alarga na analogia de tecer um fio, traçar fibra por fibra. A resistência do fio não consiste apenas que qualquer fibra perpassa toda a sua

extensão, mas sim em que todas as fibras se sobreponham umas às outras. Assim, o conceito é sustentado não por um “fio único” que percorre todos os casos, mas há uma sobreposição de diferentes fibras, como em uma corda. Conclui-se então que a linguagem é uma ferramenta comum, regular, cotidiana, cujas regras apontam a direção e estabelecem as semelhanças.

Observe, por ex., os processos a que chamamos “jogos”. Tenho em mente os jogos de tabuleiro, os jogos de cartas, o jogo de bola, os jogos de combate, etc. O que é comum a todos esses jogos? - Não diga: “*Tem que* haver algo que lhes seja comum, do contrário não se chamam ‘jogos’” - mas olhe se há algo que seja comum a todos. - Porque, quando olhá-los, você não verá algo que seria comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, aliás uma boa quantidade deles. Como foi dito: não pense, mas olhe! - Olhe, p.ex., os jogos de tabuleiro com seus variados parentescos [...]

E o resultado desta observação é: vemos uma complicada rede de semelhanças que se sobrepõem umas às outras e se entrecruzam. Semelhanças em grande e em pequena escala. (IF, 66)

Wittgenstein refere-se aos “jogos de linguagem” como “procedimentos”, ou atividades, sem constituir efetivamente uma definição, uma vez que há muitas atividades que não são jogos. Distinguindo-se de uma visão analítica, o padrão que Wittgenstein nos oferece são as semelhanças que se encontram relacionadas.

Nesta mesma linha, Moreno (1994) menciona que “Wittgenstein procede com a aplicação do seu estilo filosófico da exemplificação que tem por finalidade fornecer uma ‘visão panorâmica’ (*übersehen*) dos usos das palavras que mostra as ‘conexões’ (*Zusammenhänge*) entre os jogos de linguagem aparentemente muito afastados entre si” (MORENO, 1995, p. 114). E diz ainda que “esta ‘visão panorâmica’ das relações entre os jogos de linguagem conduz Wittgenstein a apontar para uma organização dos usos conceituais que tem semelhanças e diferenças entre si” (MORENO, 1995, p.125).

Foi sugerido que “a noção de ‘semelhança de família’ tem a tarefa de fornecer uma solução geral para os problemas dos universais”, mas isso não quer dizer que todos os conceitos são determinados pelas semelhanças. Isso significa que “pelo menos algumas das ramificações de um conceito de semelhança de família vinculam-se por condições necessárias e suficientes” (GLOCK, 1998, p. 327).

2.7 FORMA DE VIDA (*LEBENSFORM*)

A noção de “forma de vida” (*Lebensform*), em Wittgenstein, é um tema controvertido entre os intérpretes de sua obra. Sua aparição é escassa: são cinco vezes em IF¹⁵ e quatro vezes

¹⁵ IF, 19, 23, 241, p. 233 e p. 292.

em outros escritos¹⁶, o que tem sido suficiente para provocar um extenso debate acerca do sentido em que Wittgenstein o emprega e acerca de sua relação com outras noções, como os “jogos de linguagem” e “gramática”, por exemplo.

Este termo, como afirmam Black (1980) e Garver (1994) é um termo crítico e vagamente formulado por Wittgenstein e sua rara aparição leva Rudolf Haller (1988) a dizer que o conceito não é tão importante. Por outro lado, Glock (1998), Conway (1989), Trigg (1973), por exemplo, consideram o conceito como central na filosofia de Wittgenstein, uma vez que não pode ser dissociado dos jogos de linguagem que são as atividades compartilhadas por comunidades lingüísticas. Comentaristas de Wittgenstein têm lançado diversas hipóteses a respeito. Max Black (1980), por exemplo, diz que o autor chega ao termo *Lebensform* ao final de uma evolução teórica. E diz ainda Black que a noção de “forma de vida” deixa a obra de Wittgenstein como um amplo território ou uma “terra incógnita”, que estaria na fronteira, ou seria um último avanço de suas investigações sobre a linguagem.

Para Moreno (1995), por exemplo, os conceitos, que são para Wittgenstein, formas convencionais de organizar a experiência, são o quadro de referência que se estabelecem para comparar os objetos, devem responder a finalidades suficientemente bem distintas e fixadas para que possam ser erigidas em instituições e fazer parte de formas de vida (MORENO, 1995, p. 113).

A noção de forma de vida parece ser incorporada por Wittgenstein como resultado de sua visão pragmática da linguagem e remete a conjuntos de práticas compartilhadas pela comunidade de falantes. Com esta colocação, uma outra questão aparece, a saber, estas práticas e esta comunidade devem ser consideradas no sentido naturalista ou sociológico, como uma forma de vida (*Lebensform*) ou como uma pluralidade de formas de vida (*Lebensformen*)? Uma coisa, portanto, parece certa: “forma de vida” refere-se a algo que se depreende da noção de jogo de linguagem.

Wittgenstein afirma em IF, (p. 292): “O que deve ser aceito, o dado – poder-se-ia dizer – são *formas de vida*”. Essa passagem é problemática por se tratar do termo (*Lebensformen*) no plural. Mas o que é “o que deve ser aceito”, que é “o dado”? Garth Hallett (1977) tem rastreado este conceito em outras obras de Wittgenstein na intenção de clarear seu sentido em IF, e diz que “o que se deve aceitar” refere-se aquilo que fica fora de toda tentativa de justificação: “Nalgum ponto temos de passar da explicação para a mera descrição” (DC, 189). E ainda: “O perigo aqui, creio, é o de dar uma justificação de nosso procedimento onde não há

¹⁶ Cause and Effect: Intuitive Awareness *Philosophia*, vol. 6, / p. 404 ; ou sua tradução em espanhol *Ocasiones Filosóficas*, p. 368-404; *Remarks on the foundations of Mathematics VIII-47*; *Remarks on the Philosophy of*

tal coisa como uma justificação e deveríamos simplesmente haver dito *assim é como o fazemos*” (RFM, 1956, 98).

Jogos de linguagem se dão em formas de vida: não se pode dar razão última deles, mas simplesmente aceitar como evidente nossa participação no jogo de linguagem.

Segundo Garth Hallett (1977), Wittgenstein fala de “o dado” em IF para referir-se não à realidade sensível, mas à ação; “é o nosso atuar que está no fundo dos jogos de linguagem” (DC, 204, 402). Desta forma, para Wittgenstein essa práxis se dá em forma de vida que estabelece no marco dentro do qual se joga.

Resumindo o que já foi dito até aqui, o que caracteriza a noção de forma de vida, enquanto é “o que deve ser aceito”, se trata de algo que só se pode descrever, está além de toda possibilidade de justificação, mas que, pelo contrário, serve de condição de possibilidade para os jogos; enquanto o que é “o dado” se trata de atuação ou práxis.

Em outra parte de IF Wittgenstein diz:

‘Assim você está dizendo, portanto, que a concordância entre os homens decide o que é certo e o que é errado?’ – Certo e errado é o que os homens *dizem*; e os homens estão concordes na *linguagem*. Isto não é uma concordância de opiniões mas da forma de vida. (IF, 241)

E em DC:

As crianças não aprendem que existem livros, que existem poltronas, aprendem a ir buscar livros, a sentarem-se em poltronas, etc. (DC, 476)

Em que sentido será que os homens concordam na linguagem? Wittgenstein sugere que na aprendizagem de um jogo de linguagem o que se aprende primeiro é uma resposta de conduta, uma forma de atuar, em que a dúvida do tipo Moore não entra (DC, 371) uma vez que impossibilitaria qualquer tipo de instrução (DC, 160). Desta forma, a aceitação de determinadas proposições, como as do sentido comum, é consequência do modo de nos comportar ao aprender os jogos de linguagem, como uma condição necessária para o estabelecimento dos mesmos. Aquilo que não se pode duvidar é o que tem que aceitar e constitui a nossa forma de vida.

Para Garver, Wittgenstein em IF, (241) afirma que “o que os homens *dizem*”, que “somos uma espécie lingüística” é que “concordamos em uma conduta que é comum à humanidade”. E o fato de sermos “homens falantes” é o “dado”, “o que tem que ser aceito”. Wittgenstein está apontando na direção de que o fato da existência de um substrato de práxis comum a toda a humanidade, algo que não pode justificar, mas que se vê obrigado assumir.

Garver (1994), Hallett (1977) e Malcolm (1991) dizem parecer claro que Wittgenstein demonstra a ausência de dúvida com a “história natural” em DC, quando menciona:

Eu encararia esta certeza, não como aparentada com a precipitação ou superficialidade, mas como uma forma de viver (isto está muito mal expresso e, provavelmente, também mal raciocinado). (DC, 358)

Mas isto significa que a pretendo conceder como algo situado além de ser justificado ou injustificado; portanto, como que uma coisa animal. (DC, 359)

Nesta história natural, segundo Malcolm, há a conduta instintiva, em sentido primário, que se refere às reações espontâneas (como reagir a uma dor ou expressar verbalmente uma sensação) e no sentido secundário, quando essa conduta instintiva designaria a forma da confiança, ausência de dúvida a respeito da existência dos objetos que entram no jogo (como o aprender a empregar palavras para uma criança).

A aprendizagem e posterior prática de qualquer jogo de linguagem requer acordo dos participantes numa série de proposições. Mas não é em primeira instância, um acordo num sentido cognitivo, mas algo que se assume de forma prática, além do lingüístico, que possibilita a linguagem.

Esta interpretação naturalista da forma de vida estaria em consonância com a seguinte passagem de IF: “A expressão ‘jogo de linguagem’ deve salientar aqui que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (IF, 23). Mas de que forma de vida Wittgenstein está falando? Ele compara a vida animal e a humana para destacar os modos próprios da forma de vida de uma espécie lingüística e que a linguagem é uma atividade natural da espécie humana:

Muitas vezes se diz: os animais não falam porque lhes faltam as faculdades espirituais. E isto significa: ‘eles não pensam, por isso não falam’. Mas: eles simplesmente não falam. Ou melhor: eles não empregam a linguagem – se não levarmos em conta as formas de linguagem mais primitivas. – Ordenar, perguntar, contar, conversar, fazem parte de nossa história natural assim como andar, comer, beber e brincar. (IF, 25)

E há outras passagens em que Wittgenstein contrasta as formas de vida entendidas em termos de espécie, comparando a vida animal e a humana, como em IF (p. 233 e 289), quando diz que o “esperar” é um “modo” próprio da forma de vida de uma espécie lingüística e que “se um leão pudesse falar, nós não seríamos capazes de entendê-lo”, por se tratar de condutas radicalmente diferentes.

Black sustenta que Wittgenstein quando em IF, (19), diz que “representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida” ele está indicando que não só deve-se considerar as palavras e suas regras de combinação, mas também tudo aquilo que não é estritamente lingüístico - a concordância entre os falantes em sua vida, o que possibilita que tais palavras e regras tenham um uso na linguagem.

Mas quando Wittgenstein fala de forma de vida, ele está referindo a uma forma de vida natural ou do tipo social? Refere-se a uma forma de vida no singular (*lebensform*) ou a formas de vida plurais (*lebensformen*)?

Segundo Garver parece claro que Wittgenstein alude a uma forma de vida natural. Neste sentido a linguagem se contempla como uma ferramenta biologicamente preparada, característica da espécie humana. Para este autor, neste sentido, a noção de “forma de vida” deve ser entendida em Wittgenstein como algo sociobiológico, mas não sociocultural.

No que se refere ao uso singular ou plural, Garver está consciente que a obscuridade com que Wittgenstein emprega o termo forma de vida – formas de vida (*lebensform* – *lebensformen*) tem levado a interpretações equivocadas do termo, e vai dizer que Wittgenstein refere-se a formas de vida no plural no sentido hipotético, aludindo a formas de vida imaginárias, para contrastar com a forma de vida humana com outras formas de vida não humana.

Com respeito à primeira questão, a interpretação mais convincente de sua noção de “forma de vida” é a que Garver propõe, a saber, que com essa expressão Wittgenstein se refere que o ser falante é o distintivo do homem como espécie, esta é sua forma de vida.

Recorre-se a Glock (1998) para concluir este item. Para este autor, a interpretação naturalista, apoiada na passagem de IF, de que Wittgenstein afirma ter fornecido “observações sobre a história natural do homem” (IF, 415) sustenta que nossas formas de vida fazem parte da nossa natureza antropológica inflexível, que determina rigidamente a forma como alguém age e reage. E as atividades “partes de nossa história natural, assim como andar, comer, beber, jogar” (IF, 25) são culturais, são formas de interação social. Essa história é a “história das criaturas culturais, usuárias de linguagem”. Wittgenstein enfatiza não a nossa natureza biológica inflexível, mas sim nossa prática histórica de modo que “uma forma de vida é uma formação cultural ou social, a totalidade das atividades comunitárias em que estão imersos os nossos jogos de linguagem”. E ainda, “forma de vida é um jogo de linguagem, e que, assim como há inúmeros jogos de linguagem há também incontáveis formas de vida” (GLOCK, 1998, 174-175).

Além disso, Moreno (1995) usa o termo no plural, e menciona que “a descrição dos usos não se lança aquém das formas de vida: parte delas, e descreve seu funcionamento efetivo e possível. E diz ainda que se o conhecimento dos fatos empíricos e a necessidade matemática repousam igualmente sobre convenções lingüísticas, isso não implica que o conhecimento científico e o cálculo sejam arbitrários. Isso implica, simplesmente, que não se pode encontrar fundamentos fixos e inalteráveis para eles, aquém das formas de vida sem

adentrar nos confusos caminhos dos jogos de linguagem que operam com conceitos epistemológicos” (MORENO, 1995, p.128-129).

2.8 CONTEXTO

O conceito de contexto diz respeito à concepção de que “juízos, sentenças ou proposições têm prioridade sobre as palavras”. De acordo com o pensamento de Frege, pode-se considerar a “primazia dos pensamentos sobre os conceitos”, ou seja, os pensamentos são derivados a partir da análise dos conceitos (GLOCK, 1998, p. 99).

Dentro desta linha, surge o princípio do “contexto”: “jamais pergunte pelo significado de uma palavra tomada isoladamente”. E “somente no contexto de uma proposição que as palavras possuem um significado”. Este princípio tem três conseqüências:

- 1) Para que uma palavra tenha significado, é necessário que ela atue, expressando um juízo;
- 2) O significado de uma palavra é a sua contribuição para o conteúdo da sentença em que ocorre, fazendo com que a sentença seja composta do significado de seus elementos;
- 3) As palavras só possuem um conteúdo lógico dentro de uma sentença que expressa um juízo.

Frege divide ainda o conteúdo em “sentido” e “significado”, considerando que o sentido e o significado de uma sentença são determinados pelos sentidos e significados de seus elementos constituintes, estabelecendo uma distinção entre os nomes “saturados” e os “não saturados” de funções. (Ex: “Paris é a capital da França” é saturado).

Wittgenstein discorda da saturação de todos os nomes, postulando que os nomes só possuem significado ao se combinarem com outros nomes e vai negar que as proposições possuam significado e os nomes possuam sentido. Para ele, só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado.

O primeiro Wittgenstein encontra a solução que agrada os filósofos da linguagem contemporânea. Consistiu em compreender um número ilimitado de proposições, baseadas nas expressões primitivas (nomes) e suas regras. Esta compreensão sustenta a compreensão da proposição através dos significados de seus elementos constituintes e seu modo de composição. Segundo Glock (1998),

O sentido de uma proposição elementar é uma função dos nomes que a constituem; tanto de seus significados – os objetos que representam – quanto de sua forma lógica, suas possibilidades combinatórias. Da mesma forma, a função dos nomes é

contribuir para a determinação do sentido de proposições elementares. (GLOCK, 1998, p. 101)

Mais tarde, Wittgenstein rejeita esta idéia, sustentando que “o sentido de uma proposição” não é determinado exclusivamente pelos significados de seus constituintes e por seu modo de combinação; depende antes, pelo menos em parte, de seu papel, da forma como essa proposição é usada em uma situação discursiva particular.

Wittgenstein, segundo Glock (1998, p. 102), admite a primazia das proposições sobre seus elementos constituintes, com novas razões, tais como:

a) O que confere significado às palavras não é o fato de estarem imersas numa forma lógica, mas sim o fato de terem sido incorporadas em um jogo de linguagem.

b) “A palavra só tem um significado no contexto de uma frase” (IF, 49).

A conclusão a que Wittgenstein chega é que uma palavra precisa ser capaz de ocorrer em proposições. Desta forma, seguem as seguintes etapas:

a) A proposição é a unidade mínima capaz de promover um lance no jogo de linguagem; somente as proposições podem dizer algo. Não há meias proposições, no sentido em que diz haver meia bisnaga de pão.

b) Nomear um objeto não constitui um lance em um jogo de linguagem, assim como não é um lance de xadrez colocar uma peça sobre o tabuleiro. A nomeação pressupõe um contexto sentencial, no sentido de que é essencialmente uma “preparação” para o uso sentencial (IF, 49).

c) Um nome só pode ser utilizado em separado se existir um “jogo de linguagem”, em que tais lances sejam realizados: “WC”, por exemplo, não poderia ser um rótulo se não falássemos sobre banheiros.

d) Compreender uma palavra implica saber como utilizá-la em sentenças.

Assim, chega-se à idéia de que as sentenças só possuem significado no contexto global de uma língua, associando-as às formas de vida. E uma proposição só pode configurar um lance no contexto global de um “jogo de linguagem”. Conclui-se que compreender uma proposição faz parte do “domínio de uma técnica” (IF, 199).

2.9 A GRAMÁTICA

A analogia que Wittgenstein faz entre linguagem e jogos ressalta outra característica que ambas possuem em comum, a saber, o fato de que elas são atividades socialmente pautadas por regras. Tanto em um caso, como em outro, os participantes em um jogo ou os

falantes de uma linguagem, devem observar uma série de regras do jogo, que no caso da linguagem são as regras da gramática.

A noção de gramática em Wittgenstein, segundo Max Black (1980), evolui desde uma consideração restrita ao que constituem regras do jogo até alcançar um caráter amplo e inclusivo nos últimos escritos. Black diferencia dois tipos de regras nos trabalhos de Wittgenstein, a saber, as constitutivas e as pragmáticas. As primeiras referem-se aos elementos do jogo e suas relações formais (no xadrez, por exemplo, as peças e movimentos possíveis) enquanto as regras pragmáticas referem-se aos participantes (decidir, por exemplo, quem movimenta por primeiro uma peça).

Depois de diferenciar os dois tipos de regras, Black diz que há duas possíveis descrições de um jogo ou de uma prática social em geral: uma descrição formal, estreita, em que só se consideram regras constitutivas, e uma descrição ampla em que entram as regras constitutivas pragmáticas, inclusive o fundo cultural onde ocorrem as interações.

Uma formulação restritiva da gramática aplicada à linguagem, só considera as regras constitutivas que regem o jogo de linguagem e deixam de fora os participantes; obtém-se, assim, um sistema formal de normas, similar a outros sistemas axiomáticos (lógica, matemática, regras dos movimentos de xadrez, por exemplo). Esta consideração restritiva da gramática é encontrada em *Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle* (1979) (quando se considera a sintaxe como sistema formal) ou nas *Wittgenstein's Lectures de Cambridge* (1930-32) (1980) (onde a gramática é contemplada como regras para combinar símbolos com sentido) e que está presente na *Gramática Filosófica* (1992).

Nos escritos posteriores, Wittgenstein inclui sob a denominação de “gramática” não só as regras constitutivas formais, mas também as regras pragmáticas, aquelas atentas ao padrão de atividade dos participantes no jogo.

Em IF, Wittgenstein incorpora os aspectos não verbais e o contexto de atividade em que se usam as palavras. Ele mantém nesta obra uma concepção ampla da gramática que chegará a sua máxima expressão em DC. Nesta obra, ele assinala que existem proposições, as proposições do sentido comum, não fundamentadas de Moore (Como por exemplo, “Tenho duas mãos”, “No momento presente há um corpo humano vivo que é meu”, “A Terra existia antes que eu nascesse”, etc) que têm de ser aceitas uma vez que a possibilidade de nossa gramática assenta sobre o acordo acerca delas. Uma espécie de “background” cultural é incorporada aqui para sustentar as interações do jogo.

Segundo López de Santa Maria (1986), Wittgenstein, em suas concepções mais acabadas emprega a palavra “gramática” em sentido que implica nos aspectos lingüísticos, a

semântica que, em Wittgenstein, se vincula às regras para o uso dos signos extralingüísticos, o contexto de atividade não lingüística em que se usa o termo.

López diferencia dois sentidos no uso que Wittgenstein faz do termo gramática: um sentido normativo em que a gramática é o conjunto de normas que se deve observar no emprego da linguagem (IF, 371 e 373); outro sentido é o descritivo/científico, em que o estudo da gramática permite conhecer o funcionamento da linguagem, a qual encontra no CM, (p.34), quando Wittgenstein vai dizer que ao estudar as regras não precisa dizer “o que é uma regra”, mas observar as aplicações da palavra “regra”. Este método puramente descritivo da gramática será seguido em IF (ver 496 p. 186).

Wittgenstein faz a distinção entre uma gramática superficial e uma gramática profunda. A gramática superficial de uma palavra é aquela que rege o modo de usar uma palavra em uma frase, fazendo referência a aspectos diretamente percebidos pelo ruído (IF, 664). A gramática profunda se capta pelo sentido que vem dada pelo uso (IF, 422) da palavra no jogo de linguagem:

No uso de uma palavra, poder-se-ia fazer a distinção entre uma ‘gramática superficial’ e uma ‘gramática profunda’. No uso de uma palavra, o que se fixa em nós, imediatamente, é o modo de sua aplicação na *construção da frase*, a parte de seu uso – poder-se-ia dizer – que se pode apreender com o ouvido. – E compare agora a gramática profunda, p. ex., da palavra ‘ter em mente’ com aquilo que sua gramática superficial nos faria supor. Não é de admirar que se julgue difícil estar por dentro. (IF, 664)

Wittgenstein analisa em algumas passagens das IF (665, 692), alguns exemplos de confusão gerada pelo não entendimento da gramática do termo em seu sentido profundo. Portanto, Wittgenstein está afirmando que o sentido de um termo é dado pela forma com que se usa, pelo papel desempenhado no jogo de linguagem em que participa, uma vez que atende às regras gramaticais a que tal jogo está sujeito.

2.10 SEGUIR UMA REGRA

Afirma-se que a gramática é um conjunto de regras ou sistema normativo que rege a linguagem. Mas, deve-se perguntar agora: o que entende Wittgenstein por “regras”? Esta é uma questão muito importante tendo em vista que a caracterização delas caracteriza a própria visão de Wittgenstein da linguagem. Acredita-se que a resposta esteja em IF (142-242), onde o autor analisa a noção de “regra” a partir de uma consideração pragmática do significado.

O fato da existência de regras na linguagem é uma condição necessária para a própria existência do termo e seu significado, uma vez que elas estabelecem qual é o uso do termo, a forma correta e incorreta de aplicá-lo concretamente em nossa linguagem.

A noção de regra coloca algumas questões importantes que Wittgenstein vai tentar clarear, como a justificação das regras, de onde vem seu caráter normativo, como ele determina se está seguindo-a ou não, a generalidade de sua aplicação, entre outras.

Em IF, (143-184), Wittgenstein critica a postura que sustenta que a compreensão (esta entendida como um estado ou um processo mental) do significado possibilita que a regra seja seguida. Wittgenstein conclui que a compreensão e o significado não têm os traços dos processos mentais (cujas características estão em ter uma duração no tempo, início e fim, e podem ser interrompidos), nem dos estados mentais genuínos (cujas características são ter uma duração genuína e estar completos desde o princípio), mas que estes verbos indicam uma capacidade ou disposição. Compreender uma palavra significa dominar uma técnica ou ter uma habilidade para saber aplicá-la corretamente, compreensão que se atualiza mediante sua manifestação quando necessária.

Em IF, (185-242), Wittgenstein critica a concepção mentalista das regras, ou seja, a idéia de que as regras recebem seu sentido do fato de existir uma “regra-em-si”, abstrata contrária a qualquer expressão empírica dela. Tal concepção mentalista pretende ser uma explicação da relação entre uma regra e suas aplicações, fundamentando uma formulação geral da regra a partir de exemplos e casos concretos. A explicação mentalista pressupõe que, tendo em vista as múltiplas aplicações para as regras, há uma “interpretação última” que vai determinar seu sentido e sua aplicação nos casos empíricos.

A crítica de Wittgenstein pode resumir-se em dois pontos, primeiro, que não se pode justificar o seguimento ou o sentido de uma regra apelando à outra regra, pois teria que apelar para uma nova regra sem saber de onde derivam suas aplicações; segundo é que Wittgenstein afirma em IF, (201), que “interpretar uma regra” é o mesmo que substituir a expressão de uma regra por outra, deixando, como afirma no parágrafo 198, qualquer interpretação “suspensa no ar junto com o que interpreta”, sem justificar a forma pela qual a regra determina suas aplicações.

Finalmente, Wittgenstein dirá que a aplicação de uma regra não é algo injustificável, posto que a busca de razão para justificar uma ação leva a um processo interminável até recuar a algum tipo de razão primitiva não raciocinada.

Seguir uma regra é análogo a cumprir uma ordem. Treina-se para isto e reage-se à ordem de uma maneira determinada. Mas como entender isso se a reação das pessoas tanto diante da ordem como diante do treinamento é diferente: um reage assim e o outro de modo diferente? Quem está então com a razão?

Imagine que você fosse como pesquisador a um país desconhecido cuja língua você desconhece completamente. Em que circunstâncias você diria que as pessoas de lá dão ordens, entendem as ordens, cumprem as ordens ou insurgem contra elas, etc.?

O modo de agir comum dos homens é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma língua estrangeira. (IF, 206)

De acordo com a citação acima, Wittgenstein afirma que a possibilidade de existência de regras remete à presença de reações primitivas humanas que se produzem ante determinados estímulos, como adestramento social, a um modo de atuação humana comum a uma prática, algo entrelaçado com a “forma de vida”.

Neste sentido, as regras apresentam-se como necessariamente públicas e implicam uma concordância nas práticas (IF, 241).

O que denominamos “seguir uma regra” é algo que apenas um homem poderia fazer apenas *uma vez na vida?* – Trata-se, naturalmente, de uma observação para a *gramática* da expressão “seguir a regra”.

Não é possível um único homem ter seguido uma regra uma única vez. Não é possível uma única comunicação ter sido feita, uma única ordem ter sido dada ou entendida uma única vez, etc. - Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são *hábitos* (usos, instituições)

Compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica. (IF, 199)

Por isso, ‘seguir a regra’ é uma prática. E *acreditar* seguir a regra não é: seguir a regra. E por isso não se pode seguir a regra ‘privadamente’, porque, do contrário, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra. (IF, 202)

Em outra de suas obras, *Fichas (Zettel)* (1989), Wittgenstein insiste no caráter não fundamentado dos jogos de linguagem e na idéia que primeiro há a atividade, como as formas de raciocínio, o instinto, que são compartilhadas pelos seres humanos.

Não consigo descrever como (em geral) aplicar regras, exceto *ensinando-te, treinando-te* a aplicar regras. (Z, 318)

Toda explicação tem o seu fundamento no treino. (Os educadores deviam lembrar-se disto.). (Z, 419)

Imagina que alguém explica deste modo como uma criança aprende o uso da palavra dor: quando uma criança se comporta de tal ou tal modo em determinadas ocasiões, penso que está a sentir o que eu sinto nesses casos; e se assim é, a criança associa a palavra com o que sente e emprega a palavra quando essa sensação reaparece. – O *que é* que esta explicação explica? Interroga-te: *que* tipo de ignorância afasta? – Ter a certeza de que alguém tem dores, duvidar de se tem ou não, etc., são outros tantos tipos de comportamento naturais e instintivos para com os outros seres humanos, e a nossa linguagem é apenas um auxiliar e uma extensão suplementar desta relação. O nosso jogo de linguagem é uma extensão do comportamento primitivo. (Com efeito, o nosso *jogo de linguagem* é comportamento.) (Instinto.). (Z, 545)

Finalmente, deve-se perguntar o que Wittgenstein entende por “adestramento” ou “treinamento”. Esta reflexão aparece nos *Livro Azul e Livro Marrom* (1968) em que o autor diz: “emprego a palavra treinamento em um sentido estritamente análogo a quando se fala de um animal sendo ensinado a fazer certas coisas” (CA e CM, 1968, p. 111). Wittgenstein está

contemplando ali o caráter não fundamentado da gramática. Além disso, ela, diz ele, é “arbitrária”:

Pode-se chamar as regras da gramática de ‘arbitrárias’, se com isso se deve dizer que a *finalidade* da gramática é apenas a finalidade da linguagem. (IF, 497)

Porque não chamo às regras de cozinha arbitrárias e sou tentado a chamar às regras de gramática arbitrárias? Porque ‘cozinhar’ se define pelo seu fim, enquanto ‘falar não. Por isso, o uso da linguagem é autônomo num certo sentido em que cozinhar e lavar não são. Cozinhas mal, se te guiarem por regras que não são corretas; mas se seguirem regras que não são as do xadrez estás a *jogar outro jogo*; e se seguirem outras regras gramaticais que não sejam tais e tais, nem por isso dizes algo de errado, mas estás a falar de outra coisa. (Z, 320)

Não há nada mais além da gramática que indique ou sirva como critério de sua correção ou incorreção, isso porque, por um lado, a gramática dos jogos de linguagem é o marco que possibilita dizer o que é correto ou não conforme o contexto e, por outro lado, a gramática e os jogos segundo uma perspectiva wittgensteiniana formam sistema autônomo, isto é, elas definem o jogo.

Lopéz de Santa Maria precisa que as regras gramaticais, para Wittgenstein, são arbitrárias (não justificáveis) em si mesmas, mas uma vez estabelecidas tem de ser aceitas pelos participantes do jogo. Assim, seu funcionamento e uso constante têm por base o acordo na obediência a regras de aplicação repetida (IF, 240 e CM, p. 131 ss).

No final deste segundo capítulo cumpre lembrar que a investigação, teve por objetivo identificar e analisar (não exaustivamente) alguns dos principais conceitos do pensamento de Wittgenstein que se considera como “base” ou “pressupostos gerais” necessários daquilo que poderia chamar-se de reflexões epistemológicas de Wittgenstein. É claro que Wittgenstein não tem intenção teórica alguma de elaborar uma epistemologia propriamente dita. Pelo contrário, como mostra sua crítica a Moore. Porém, suas reflexões em DC e também já na segunda parte de IF, evidenciam uma crítica aos pressupostos tradicionais do empirismo, do idealismo e do realismo, dissolvendo-os pela noção de gramática, de uso do “eu sei”, “eu creio”, “estou certo”, etc, o que pode ser interpretado como concernindo a uma nova perspectiva para a epistemologia. Como já foi dito, todo tipo de conhecimento requer uma prática aprendida. Não é possível generalizar para “o” problema epistemológico. Como diz Moreno (1995), “A descrição que Wittgenstein qualifica de “gramatical” não corresponde a um projeto epistemológico. Está mais próxima a uma semântica pragmática que não é transcendental, nem tampouco empírica: não procura princípios *a priori*, assim como não se detém em fatos lingüísticos. O domínio do gramatical parece ser para Wittgenstein, o das relações entre os jogos de linguagem – isto é, o das relações entre as palavras e as diferentes práticas lingüísticas que com elas estão interligadas” (MORENO, 1995, p. 124).

Assim, ao trabalhar a fase tardia de Wittgenstein, destaca-se que o mesmo faz uso de conceitos fundamentais, como jogo de linguagem, forma de vida, significado, contexto, certeza, gramática, regra, dúvida, entre outros, que por sua vez dão forma e caracterizam a *terceira* fase do filósofo, como indicadores de uma futura epistemologia, uma epistemologia wittgensteiniana.

De acordo com o que foi visto até aqui, Wittgenstein lança mão de uma multiplicidade de conceitos para fins argumentativos e que tornam claro que, na evolução geral de seu pensamento, há também certa evolução destes conceitos. Obviamente o uso de tais termos por parte de Wittgenstein mostra a relevância destes para o filósofo vienense em todo o seu pensamento desde o TLP passando por IF até DC onde ele constrói o que se pode considerar como uma concepção revolucionária da noção de epistemologia.

Portanto, todos estes conceitos são pressupostos indispensáveis para as reflexões epistemológicas que Wittgenstein se encontra envolvido ao final de sua vida. Todos eles, de alguma forma, encaixam no pensamento geral do autor e são, por assim dizer, contribuições importantes para a filosofia, e em especial, para a epistemologia. Alguns deles são gerados no TLP e desenvolvidos em escritos posteriores, enquanto outros são frutos de IF e, outros ainda, são resultados de um tratamento intenso dos temas epistemológicos em DC.

3. ANÁLISE DO FUNDACIONALISMO EM “DA CERTEZA” SEGUNDO ALGUNS DE SEUS PRINCIPAIS COMENTADORES

O presente capítulo tem por objetivo abordar o tema do fundacionalismo em DC de Wittgenstein e analisá-los na perspectiva dos comentadores utilizados nesta pesquisa. O intuito é argumentar contra as posturas que defendem um Wittgenstein visto como fundacionalista a respeito da possibilidade do conhecimento. A partir do texto DC e dos comentários de Stroll, Phillips, Sharrock e Requejo procura-se evidenciar que Wittgenstein, nesta obra, rejeitou o fundacionalismo.

3.1 PROPOSIÇÕES EMPÍRICAS E PROPOSIÇÕES GRAMATICASIS (O DILEMA FUNDACIONALISTA)

Este item diz respeito às proposições empíricas e às proposições fundacionais tratadas por Wittgenstein em DC. Considera-se como ponto de partida as afirmações de Stroll (1994) de que Wittgenstein é portador de um tipo de fundacionalismo, fraco, minimalista (de certo tipo) tal, que faz uma ambígua descrição da certeza, uma proposicional, referindo-se ao que está no interior do jogo de linguagem, e outra não proposicional, que funciona como algo externo, como suporte e fundamento do jogo de linguagem, o que Stroll vai identificar como ‘o que insiste para nós’, a saber, a comunidade. A seguir leva-se em consideração as objeções de Phillips (2003) e Sharrock (2004) para refutar a idéia de fundacionalismo em Wittgenstein sustentada por Stroll. Phillips vai dizer que não se trata de ‘uma classe de proposição’ ou de algo que possua status ‘fixo’, mas pelo contrário, de ‘um conjunto de proposições’ que desempenha papéis diferentes dependendo do contexto. Sharrock, por sua vez ressalta a confusão terminológica do termo ‘proposição’ enfatizando que embora o caráter de fundação da certeza é encaminhado direta e claramente em DC, e os comentaristas de Wittgenstein tem enfatizado tal idéia quando hipnotizados pelo metafórico componente imutável do ‘leito do rio’, e diversas imagens e metáforas, mas elas não levam a concluir que Wittgenstein é um fundacionalista.

3.1.1 A LEITURA DE STROLL

Em sua obra *Moore and Wittgenstein On Certainty*, Stroll diz que “Wittgenstein desenvolve no DC uma forma altamente original de fundacionalismo” (STROLL, 1994, p.

138). Tal idéia parte da noção de que “A fundação do jogo de linguagem fica *fora*, numa espécie de *apoio/suporte* para este” (STROLL, 1994, p.138) e que tais fundações são identificadas em uma série de metáforas como “‘as dobradiças’ aonde elas se abrem”, “o fundo das nossas convicções”, “o substrato de todo o meu inquérito”, e mais persuasivamente “aquilo que insiste para nós”, entre outras (ver *Wittgenstein’s Foundational Metaphors*, in MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 16-18).

Para Stroll todas as expressões metafóricas para a certeza de Wittgenstein no DC têm como tese principal, que o que “insiste para nós” não está sujeito a justificação, prova, adução de evidência ou dúvida e não é nem verdadeiro nem falso, uma vez que não pertence ao jogo de linguagem.

As expressões de certeza não estão assim sujeitas a justificação e nem a dúvida por não pertencerem ao jogo de linguagem, ficam fora deste, e “insistem para nós”; e faz isso de duas formas diferentes, uma relativa e outra absoluta. A forma relativa da certeza é vista quando uma proposição está isenta de dúvida em alguns contextos e em outros pode tornar-se sujeita à dúvida e, quando isso ocorre, ela desempenha um papel dentro do jogo de linguagem. A forma absoluta da certeza é vista quando algumas proposições como, por exemplo, “A Terra existe”, e “A Terra é muito antiga” estão além de qualquer dúvida. Nesse sentido elas são absolutas.

No DC Wittgenstein escreve a relação entre dúvida, conhecimento e certeza de várias maneiras diferentes. Stroll (p. 139) aponta algumas delas: “Algumas proposições são isentas de dúvida” (DC, 341); “A dúvida em si repousa apenas no que está além da dúvida” (DC, 519); “Conhecimento e certeza pertencem a categorias diferentes” (DC, 386).

Nesta análise parte-se do pressuposto de que o conhecimento e a certeza são radicalmente diferentes um do outro. Nesse sentido, Moore faz confusão entre tais termos. Ele se refere a algo que “insiste para nós”, mas está erradamente usando a linguagem epistêmica para tentar caracterizá-lo. Está assim usando a linguagem apropriada apenas àquelas práticas que ocorrem no interior do jogo de linguagem para referir-se a algo externo a ele. Wittgenstein está, portanto, em DC, corrigindo este erro de Moore: “Dizer do homem, no sentido de Moore, que ele *sabe* alguma coisa, que o que ele diz é, portanto, incondicionalmente verdade, parece-me errado. É verdade só na medida em que é uma base inamovível nos seus jogos de linguagem” (DC, 403).

Tal correção deve ser identificada como discernimentos profundos e originais, uma vez que Wittgenstein está desenvolvendo uma tese filosófica sobre a atividade humana diária e suas condições de possibilidade.

Alguém poderia fazer objeção a essa idéia e dizer que Wittgenstein parece estar envolto em uma visão similar àquela encontrada em Descartes e Locke, principalmente, que sustentam uma estrutura epistêmica humana que repousa sobre itens fundacionais imunes a dúvidas. Wittgenstein parece aqui um cartesiano à procura de fundações impecáveis para o conhecimento e, assim preso a sua própria armadilha. Só parece. O “fundacionalismo de Wittgenstein” como é chamado por Stroll, consiste na visão de que a certeza descansa em uma relação fundacional com o próprio jogo de linguagem (STROLL, 1994, p. 141).

Como evidência desse fundacionalismo, Stroll (p.142) descobre mais de 60 lugares (mais que 10% da obra) em que Wittgenstein usa explicitamente a linguagem fundacional onde ele traça o contraste entre o jogo de linguagem e a fundação (ou fundações), o que o suporta. Segundo Stroll, Wittgenstein usa vários termos (*Gerust, Feststehen, Ursache, festhalten,* etc) para o mesmo efeito fundacional; ele usa três palavras germânicas, a saber, *Boden* (chão, solo), que ocorre raramente, *Grund* (solo, base, fundações, fundamentação), que ocorre frequentemente; e *Fundament* (fundação, base), que ocorre mais frequentemente que *Boden* e menos que *Grund*. E algumas variações gramaticais delas como *Fundamental, Grundlage, grundlos, unbergründet, Grundlegung e bodenlos*¹⁷. Dois exemplos do uso por parte de Wittgenstein dos termos mencionados acima são, por exemplo:

Mas a fundamentação, a justificação da evidência tem um fim – mas o fim não é o fato de certas proposições se nos apresentarem como sendo verdadeiras, isto é, não se trata de uma espécie de *ver* da nossa parte; é o nosso *atuar* que está no fundo (*am Grund*) do jogo da linguagem. (DC, 204)

Se o verdadeiro é o que é fundamentado (*Begründete ist*), então o fundamento (*der Grund*) não é verdadeiro nem falso. (DC, 205)

Estas passagens falam sobre *der Grund* (fundo) do jogo de linguagem e o distingue daquilo que ocorre dentro do jogo, o que pode ser verdadeiro ou falso, justificado ou não, mas o que fundamenta esse jogo não é nenhum deles.

Nos parágrafos 253 e 359 encontra-se esse mesmo tema com algumas variações. Em 253, por exemplo, ele diz, “Na raiz de uma convicção bem fundamentada encontra-se uma convicção não fundamentada”. E em 359 adiciona: “Mas isto significa que a pretendo conceber como algo situado além de ser justificado ou injustificado; portanto, como que uma

¹⁷ As passagens correspondentes às três palavras ou suas cognatas são apontadas por Stroll como sendo as seguintes: 87-88; 94; 103; 110; 112; 162; 166; 167; 204-205; 211; 225; 234; 245-246; 248; 253; 295-296; 307-308; 337; 341; 343; 347-348; 353; 358-359; 370-371; 380; 403; 411; 414-415; 449; 474; 475; 477; 492; 509; 512; 514; 516; 519; 558-560; 614; 670. Tais passagens, segundo Stroll, mostram que o fundacionalismo é o maior tema nesta obra.

coisa animal”. Nota-se aqui uma continuidade na idéia de certeza não proposicional expressa no parágrafo 204, acrescentando agora que é algo além da intelecção:

Quero encarar aqui o homem como um animal; como um ser primitivo a quem se reconhece instinto, mas não raciocínio. Como uma criatura num estado primitivo. Qualquer lógica suficientemente boa para um meio de comunicação primitivo não é motivo para que nos envergonhemos dela. A linguagem não surgiu de uma espécie de raciocínio. (DC, 475)

A ruptura entre o jogo de linguagem e as fundações parece clara nesta passagem. A linguagem não emerge de algum tipo de “raciocínio”, mas do “instinto” e de um “estado humano primitivo”. Wittgenstein está enfatizando que as fundações do jogo de linguagem não nascem da deliberação ou da aplicação de uma teoria, mas de fatores muito mais primitivos. E é por isso que elas não são suscetíveis à avaliação epistêmica.

Após identificar e citar algumas passagens de DC em que Wittgenstein usa termos que expressam temas fundacionais, Stroll se fixa no significado mais profundo que a sua postura assumiu com relação ao fundacionalismo de Wittgenstein. E ele reserva uma boa parte da obra para explorar a natureza deste tipo de fundacionalismo não convencional.

Wittgenstein difere da tradição filosófica por rejeitar a tese das fundações homogêneas, ou seja, a idéia de que o fundacional é suscetível à prova, adução de evidência, verdade ou falsidade, justificação ou não-justificação. Stroll comenta:

A genialidade de Wittgenstein consiste em construir uma avaliação do conhecimento humano cujas fundações que suportam as pressuposições não estão no mesmo caminho do conhecimento. O conhecimento pertence ao jogo de linguagem, a certeza não. A base e a mansão que repousa nela são completamente diferentes. É por isso que ele [Wittgenstein] vai dizer que ‘conhecimento e certeza pertencem a categorias diferentes’. (STROLL, 1994, p. 145)

Como foi visto no item “certeza”, há certa ambigüidade por parte de Wittgenstein quanto a caracterização que ele oferece do termo “certeza”. Ele aborda esse tema em suas primeiras notas em termos proposicionais e conforme avança começa a emergir no texto uma caracterização não proposicional da certeza.

Esta segunda caracterização chega a ser dominante no final do texto. E há vários candidatos para fundação, e todos eles são não-intelectuais, como, ‘agir, ser treinado em práticas comunais, instinto, etc’ (STROLL, 1994, p. 146).

É importante notar, e Stroll ressalta esse ponto, que “Wittgenstein está usando um termo familiar, por razões especiais, para se referir a algo que não é uma proposição” (STROLL, 1994, p. 146). No TLP para considerar seu status ‘peculiar’ ele as chama de ‘pseudo-proposições’. Em IF ele pensa nelas como insights/dicernimentos lógicos e/ou como ‘regras gramaticais’. O conceito de ‘proposições dobradiças’ em DC é sua mais nova tentativa de indicar seu status. Elas estão nesta última caracterização do tipo não proposicional, e elas

não são verdadeiras nem falsas, nem sujeitas a evidência, prova, confirmação ou desconfirmação. “Elas, portanto, não são proposições” (STROLL, 1994, p.146-147).

Segundo Stroll há varios tipos de fundacionalismos tradicionais, todos eles diferentes um dos outros e Wittgenstein difere de qualquer um deles. Historicamente os fundacionalistas têm adotado uma ou mais linhas das quais Stroll cita nove, a saber, (1) a estratificação, (2) aberração,(3) não-dependência, (4) particularismo ou metodismo, (5) publicidade, (6) absurdidade negacional, (7) absorção, (8) certeza e (9) insistir¹⁸. Esta última noção é, segundo Stroll, dividida em versões proposicionais e não proposicionais. E Wittgenstein adota todas estas linhas (STROLL, 1994, p. 148).

Stroll vai estender um pouco a reflexão sobre a certeza e insistir. Diz ele que ser certo é uma condição necessária para ser fundacional. Aí Wittgenstein e Moore estão de acordo. Eles diferem é na questão de se as fundações são cognoscíveis. Wittgenstein descarta essa possibilidade. Ele traça o curso dessa rejeição em DC de maneira fascinante.

Esse não é o único ponto de desacordo entre Wittgenstein e Moore. Wittgenstein começa a afastar-se da avaliação proposicional e passa a conceber primeiro a proposição dobradiça como não-proposicional e depois a certeza como um modo de agir. Essa é, para Stroll, uma nova e radical concepção da certeza que o separa da tradição. A certeza provém da imersão de alguém em uma comunidade humana, em que o treino e a inculcação de hábitos

¹⁸ Estratificação: esta é uma condição necessária (no sentido de que nenhum filósofo pode ser um fundacionalista sem sustentar que algum conhecimento tem um status diferente do que outros pedaços ou porções dele.) mas não suficiente para o fundacionalismo. Trata-se da noção de que o corpo epistêmico não é uma totalidade mas tem diferentes níveis ou estratos. Aberração: Trata-se de que estar errado sobre as proposições fundacionais não se está cometendo um erro, mas está sofrendo de uma aberração com respeito ao nosso conhecimento do mundo. Wittgenstein e Descartes estão de acordo aqui, por exemplo, de que, quando disse Descartes, estou pensando agora e que portanto eu existo. Se eu estou ciente de que estou pensando e ainda nego que ele existe, esta seria uma aberração conceitual e não um engano. Não-dependência: indica que as proposições fundacionais por especulações não podem depender de outras proposições ou partes de conhecimento. Esta característica é uma condição necessária. Particularismo ou metodismo: Metodismo trata-se de alguém que acredita que existe um método, técnica ou procedimento que irá gerar ou estabilizar certas coisas para serem fundacionais; particularismo, em contraste, é a visão de alguém que fala sobre proposições e julgamentos formando um sistema, como Moore e Wittgenstein por exemplo, mas nunca sugere que existe um método para determinar quais proposições devem ser consideradas como fundacionais. Publicidade: Trata-se de um critério que Wittgenstein estipula e enfatiza contra os cartesianos, a saber, o que quer que seja fundacional deve não apenas ser certo mas mais do que privado ou pessoal também. Absurdo negacional: Trata-se de uma característica das proposições fundacionais as quais sua falsidade ou negação constituiriam um absurdo. Absorção: Contrário aos epistemologistas tradicionais que argumentam que o nosso conhecimento das proposições fundacionais é uma questão de intelecção ou raciocínio, Wittgenstein enfatiza que nós herdamos, adquirimos tal conhecimento mediante práticas comunais, como ser um falante nativo, por absorção melhor do que por aprendizado explícito. Certeza: Este é um princípio, segundo Stroll, compartilhado por todos os fundacionalistas, inclusive Wittgenstein, a saber, que algo certo é uma condição necessária para ser fundacional. Wittgenstein vai diferenciar-se da tradição ao discordar que tais fundações são cognoscíveis. Insistir: É uma das metáforas usadas por Wittgenstein em DC. É um conceito ambíguo, segundo Stroll, e denotam duas diferentes noções empregadas por Wittgenstein, a saber, de um lado, são as proposições articuladas que são ditas insistir e, de outro, cada uma em um conjunto da características não-proposicionais é dita insistir. Todos estas características são condições necessárias mas não suficientes (STROLL, 1994, p. 148-159).

criam o substrato no qual repousa o jogo de linguagem.

Uma metáfora que Wittgenstein usa para a certeza, como citado acima, é “insistir”. Este conceito, acredita Stroll, é ambíguo em seu emprego. De um lado, são proposições dobradiças que são ditas como algo que insiste¹⁹, de outro, cada uma em um conjunto de características não-proposicionais é dita insistir (“*stand fast*”).

A avaliação proposicional é marcada por três características: elas (proposições fundacionais) formam um sistema; algumas proposições dobradiças insistem apenas relativamente e não absolutamente; algumas proposições dobradiças insistem absolutamente, como “a Terra existe”. Para Wittgenstein quando uma proposição está funcionando como uma proposição dobradiça ela não é parte do jogo de linguagem e é certa. Ele compara proposições a aparelhos, como quando se examina o céu noturno com telescópio, o qual se presume como digno de confiança, e ficam firmes em tais circunstâncias. É neste caso, como uma proposição dobradiça. Mas se algo dá errado com o procedimento, ela não mais insiste e se torna um objeto de inquirição. Insistir é, portanto, relativizado ao contexto: não é intrinsecamente certa, mas é assegurada pelo que a rodeia.

Evidência segura é a que *aceitamos* como segura, é a que nos orienta quando agimos com segurança e sem qualquer dúvida.

O que chamamos ‘erro’ desempenha um papel muito especial nos nossos jogos de linguagem, e o mesmo acontece com o que consideramos evidência segura. (DC, 196)

Mas se alguém dissesse ‘Assim também a lógica é uma ciência empírica’, essa pessoa erraria. Contudo, isto é certo: a mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar pela experiência, outra vez como regra de verificação. (DC, 98)

A outra avaliação, a não-proposicional, por contraste, é absolutista, e não sistemática. Wittgenstein, segundo Stroll, não tinha esta visão em mente quando começa a escrever as notas que compõem DC, provavelmente porque o foco dele estava no trabalho de Moore, com sua ênfase proposicional. Esta segunda visão emerge ao longo do trabalho e torna-se dominante nas últimas passagens. Estas duas visões são, para Stroll, inegavelmente contrastantes, uma tem o impulso relativista, e a outra não; uma toma a forma não intelectual, a outra não. Esta segunda avaliação toma muitas diferentes formas dependendo do contraste particular que Wittgenstein deseja realçar (STROLL, 1994, p.157).

Existem três formas principais: (1) a certeza é algo primitivo, instintivo ou animal; (2) ela é agir; e (3) deriva de treino em práticas comunais. Em todas elas o que insiste não é produto de raciocínio ou intelecção (DC, 475, 204, 538, 128, 298).

Se Wittgenstein tivesse tido tempo de polir tais notas, diz Stroll, os diferentes conceitos

como instinto, agir, e treinar poderiam entrar em tensão um com o outro; o contrário do que Wittgenstein disse, eles são parte de uma única idéia complexa que ele deseja contrastar com a avaliação proposicional. Para Stroll é possível achar uma interpretação que as une intimamente em uma única concepção daquilo que insiste (STROLL, 1994, 158).

Fundacional para Wittgenstein é uma visão de mundo que se herda como membros da comunidade humana. Se é treinado desde o nascimento em caminhos de agir que são não reflexivos para aceitar a visão de mundo que é implacavelmente realista. Visão essa manifestada na ação (DC, 449, 283,374,476,493).

Wittgenstein está preocupado com o problema de dar uma avaliação positiva daquilo que insiste para nós. Em vários contextos ele usa diferentes metáforas: ‘nossa visão de mundo’, ‘nosso fundamento herdado’, ‘a armação dos nossos pensamentos’, etc. Tomadas literalmente elas não são logicamente equivalentes. Mas o que ele está querendo dizer em cada caso é que a metáfora descreve algo que não é parte do jogo de linguagem e então não é suscetível de certos tipos de avaliações. Então quando Wittgenstein chama a nossa visão de mundo de ‘o substrato de todo o meu inquirimento e asserção’ ele quer dizer que a descrição do mundo feita por alguém, alcançou seu nível mais profundo. Não se pode ir para a frente; chegou-se a base (outra metáfora). Mas Stroll identifica essa coisa que poderia apoiar atividades como inquirir e asserir, como as de “uma comunidade humana” da qual fazem parte tais atividades. Nestas atividades se está engajado desde a infância, elas são absorvidas ao invés de apreendidas por tentativas e erro. Neste sentido, se herdam os fundamentos (background). “É portanto a comunidade que insiste para nós” (STROLL, 1994, p. 170).

3.1. 2 A LEITURA DE PHILLIPS

A leitura de Phillips difere da leitura fundacionalista que Stroll propõe sobre Wittgenstein em DC. Phillips lembra algumas passagens importantes: “Aquilo a que me agarro não é *uma* proposição mas um conjunto de proposições (DC, 225)”, e “O que dizemos adquire o seu significado a partir do resto dos nossos procedimentos (DC, 229)”.

Ele pede que não se esqueça que as proposições referidas podem mudar seu papel no jogo de linguagem – segundo o qual proposições sólidas se tornaram fluidas e fluidas se tornaram sólidas. Elas não têm papel de princípios lógicos; mesmo que observações isoladas dêem a impressão à primeira vista de se tratar de princípios lógicos (PHILLIPS, 2003, p. 65).

Não são sempre as mesmas proposições que determinam a certeza do jogo de

¹⁹ “*to stand just*” pode ser traduzido por “insistir”, “ficar firme” ou “resistir”.

linguagem. Naturalmente poderia dar uma lista de frases e dizer, ‘*Essas* são as fundações sem as quais nenhum jogo de linguagem seria possível’. Não poderia olhar para ‘os princípios da possibilidade de jogos de linguagem (ou da prática de falar)’ (PHILLIPS, 2003, p. 65).

Não se está dizendo que há certa classe de proposições de fatos que não podem ser postas em dúvida. Pelo contrário. Wittgenstein refere-se ao “papel lógico peculiar daquelas proposições empíricas” (PHILLIPS, 2003, p. 66). Mas o que é seu papel lógico? Não há uma resposta única. Ele difere de uma proposição para outra. Isso não significa dizer: Há uma classe de proposições acerca das quais não se pode duvidar (DC, 572). Wittgenstein adverte contra pensar nelas como uma coleção de proposições que são a fundação da linguagem:

Mas como um jogo de linguagem é algo que consiste nos processos recorrentes do jogo ao longo do tempo, parece que não se pode dizer num caso *individual* que isto e aquilo têm de ser indubitáveis para que haja um jogo de linguagem, mas pode dizer-se que, *em regra*, alguns juízos empíricos têm de ser indubitáveis. (DC, 519)

Wittgenstein fala dessas proposições como formando uma “base”, ou mesmo uma “fundação”, mas ele não está antecipando hipóteses complexas ou princípios lógicos para a significação das expressões que se usa. Quando ele fala do seu papel peculiar lógico de proposições empíricas, isso não é para ser equiparado como fornecendo uma fundação lógica para a linguagem (PHILLIPS, 2003, p. 79).

Wittgenstein diz que os modos pelos quais um cientista chega a conclusões de experimentos formam parte de uma imagem de mundo. Mas sugere que as pessoas em diferentes períodos históricos ou em diferentes partes do mundo *vivem muito diferentemente* (PHILLIPS, 2003, p. 80). O que é a fundação em um modo de viver não precisa ser no outro. Não há classe específica de proposições indubitáveis, que seriam as fundações de toda nossa linguagem (PHILLIPS, 2003, p. 109).

Deve-se enfatizar que nenhuma proposição tem sua posição nem status ‘fixados’ por sua própria conta, mas somente junto com outras em um ‘cesto’ de proposições (PHILLIPS, 2003, p. 83). “É claro que nem todas as nossas proposições empíricas têm o mesmo estatuto, já que se pode formular uma proposição e convertê-la de proposição empírica em norma de descrição” (DC, 167).

A citação acima se refere a duas coisas: (1) não é que aqueles sejam fatos que não podem ser postos em dúvida; mas, eles são ‘retirados’ da dúvida e da asserção; foram afastados para um desvio não utilizado: E ainda: (2) essas proposições retiradas (“*withdrawn*”) da dúvida são ‘fundamentais’ no sentido que se, através de alguma situação dificilmente imaginável, duvidar de qualquer uma delas, isso produziria um terremoto nas fundações de ação e pensamento, destruindo todos os critérios (PHILLIPS, 2003, p. 104).

Em DC Wittgenstein está discutindo sobre o ‘papel peculiar’ que certas proposições têm na linguagem. Ele nega que exista uma distinção exata entre proposições lógicas e empíricas. Segundo Phillips²⁰, “muito antes do seu último trabalho, contudo, Wittgenstein está negando que nossos jogos de linguagem têm bases. Ele diz que “os jogos de linguagem são imprevisíveis, nem razoáveis nem não razoáveis; que eles estão aí como nossa vida” (PHILLIPS, 2003, p. 136).

Contra os critérios fundacionalistas de Stroll, Phillips comenta:

Algumas vezes, Stroll entretém certos critérios para o que ele considera como proposições fundacionais. Em todos os casos, contudo, o preço de fazer isso é ignorar algumas proposições que Wittgenstein discute. Primeiro, deve ser dito que as proposições devem ser caracterizadas por uma certa indecisão, e não ser algo específico. Dessa forma, nessa visão, embora digam que a Terra existiu por muitos anos antes do meu nascimento, nenhum número específico de anos é mencionado. Mas o critério claramente exclui proposições como ‘Eis uma mão’, ou ‘Isso é uma árvore’, que são bem pouco específicas se não de todo vagas. Segundo, deve ser dito que proposições funcionais são aquelas que a maioria dos seres humanos sabe que é verdade. Assim, ‘Há seres humanos’ seria tal proposição, mas não ‘Eu sou um ser humano’. Mas a parte de excluir a última proposição, esse critério também exclui proposições como ‘Existe um corpo humano vivo que é o meu corpo’, e ‘Eu nasci’. Terceiro, deve ser dito que essas proposições não podem ser negadas sem absurdo, mas nós já discutimos contra-exemplos para aquela afirmação. Quarto, deve ser dito que proposições fundacionais não são descobertas empíricas, mas nós também temos visto que isso precisa não ser o caso. Quinto, deve ser dito que proposições fundacionais não são sujeitas a mudar. Wittgenstein, por outro lado, discute mudanças no leito do rio de nossos pensamentos, alguns de uma natureza mais radical que os outros. (PHILLIPS, 2003, p. 156)

Winch, segundo Phillips, critica a idéia de tratar do mesmo modo as analogias das proposições certas (como ‘dobradiças’, como ‘eixo’, como ‘leito do rio’). Para ele, estas analogias são exemplos, nem todos funcionam do mesmo modo. Segundo Phillips, para Winch (1958):

Uma dobradiça existe em uma posição fixa independentemente e em um sentido anterior de movimento de uma porta que está presa nela; a dobradiça é uma condição causal do movimento da porta. E embora as ‘dobradiças teóricas’ têm de modo geral, eu acho, a ver como um exemplo do anti-fundacionalismo de Wittgenstein, me parece um mau exemplo para a proposta e esconde a natureza radical da proposição de Wittgenstein. Isso sugere que Wittgenstein não tinha *abandonado* a pesquisa por uma ‘fundação’, mas está simplesmente apontando para uma ‘fundação’ de um tipo diferente do usual. Uma dobradiça é um tipo de fundação. (PHILLIPS, 2003, p. 157)

Antes, em DC, Wittgenstein diz: “Não aprendo explicitamente as proposições que são ponto assente para mim. *Descubro-as* subsequentemente como o eixo em torno do qual roda um corpo. Este eixo não está fixo no sentido de haver alguma coisa a segurá-lo, mas o movimento em torno dele determina a sua imobilidade” (DC, 152).

²⁰ Phillips é editor e responsável pelo prefácio da obra *Wittgenstein’s On Certainty*.

Winch pensa e Phillips concorda que essa analogia é muito melhor e mais adequada para expressar o que Wittgenstein quer dizer. Ele [Wittgenstein] se opõe à alternativa que lhes oferecem. Para ele, o apelo para o pré-linguístico, instintivo, ou comportamento como uma fundação da linguagem, ou como aquilo de que emerge a linguagem, é totalmente confuso e não leva em conta o que Wittgenstein enfatiza (PHILLIPS, 2003, p. 158-159).

Stroll argumenta através de analogias de dobradiças, eixos e andaimes, que Wittgenstein ao referir-se ao que fica firme para nós, está se referindo a ‘algo que não é parte do jogo de linguagem’ e, por conseguinte, não é suscetível de certos tipos de avaliação epistêmica. Esse ‘fora’ que Stroll se refere é a comunidade, ou a base que nós herdamos como o substrato de nossos jogos de linguagem.

Stroll acredita explicar que a existência da comunidade possibilita todas as nossas práticas possíveis. Se a comunidade não existisse, as práticas também não existiriam. Mas isso não basta como explicação. Então ele continua: Por outro lado, há uma relação lógica importante na direção oposta. Essas práticas são essenciais para a existência da comunidade: pode-se pensar nelas como condições necessárias. Não está claro o que é pressuposto e nem por que.

Churchil (1988), segundo Phillips, aponta:

Embora Wittgenstein use repetidamente o termo ‘fundação’, ele explicitamente nega a noção de que o conhecimento começa com uma base ‘dada’. Wittgenstein escreve que as certezas centrais de um sistema podem ser descobertas somente depois do fato, “como o eixo em torno do qual roda um corpo” (DC, 152). Ele inverte a imagem fundacional da estrutura do conhecimento: ‘Cheguei ao fundo das minhas convicções. E poderia praticamente dizer-se que esses alicerces são suportados pelo conjunto da casa (DC, 248). (PHILLIPS, 2003, p. 165)

Phillips então se propõe a uma reformulação da questão levantada por Stroll em termos de relação entre os jogos de linguagem e a comunidade. Quando Wittgenstein escreve

Toda verificação, confirmação e invalidação de uma hipótese ocorrem já no interior de um sistema. E este sistema não é um ponto de partida, mais ou menos arbitrário e duvidoso, para todos os nossos argumentos: não, pertence à essência daquilo a que chamamos um argumento. O sistema não é tanto o ponto de partida, como o elemento onde vivem os argumentos. (DC, 105)

parece soar como se ‘o sistema’ fosse ‘um ponto de partida’, em vez de ‘o elemento onde vivem os argumentos’. Mas, de acordo com Winch, a principal ênfase de Wittgenstein é que ‘processos e imagem de mundo ficam juntas’ e, portanto, ela (a comunidade) não pode ser a fundação dos processos, já que são os processos que fazem delas as imagens que elas são’ (PHILLIPS, 2003, p. 176), ou melhor, dizendo, “é mais natural dizer que a imagem de mundo não é a fundação das vidas que se leva, já que é a vida que se leva que faz a imagem de

mundo como ela é. ‘Imagem de mundo’ e ‘nossa vida’ ficam juntas. Essa é a ênfase central do trabalho de Phillips” (PHILLIPS, 2003, p.176).

Há um grande acordo em interpretar que em DC Wittgenstein reconhece esse ‘entrelaçamento’, embora algumas vezes chamando de ‘um sistema’, não é de um tipo formal; embora, é claro, processos de um tipo mais ou menos formal serão parte disso (PHILLIPS, 2003 p. 177).

3.1.3 A LEITURA DE SHARROCK

Para Sharrock, tratar as dobradiças como proposições por razões que não sejam heurísticas constitui uma fonte de confusão:

Na verdade, embora Wittgenstein com frequência se refira a nossa ‘dobradiça’ ou crenças básicas como ‘proposições’, nós devemos ver que uma das realizações cruciais de *Da Certeza* é que isso é um resultado enganoso quando nós as colocamos em palavras. E a razão para colocarmos essas certezas animais dentro de palavras é heurística. Isto é, nós fazemos isso por análises filosóficas (tais como Moore e Wittgenstein estão fazendo) ou instrução lingüística (como um pai faz quando ensina seu filho: ‘Isto é (o que nós chamamos de) uma mão’. (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 08)

Outra fonte de confusão, segundo Sharrock, está na terminologia da palavra ‘proposição’, mas aqui a confusão é geralmente devido à tradução. Ao examinar o significado que o termo ‘proposição’ tem para Wittgenstein, ela conclui que o que tem sido chamado de ‘proposição dobradiça’ não é proposição.

Diz ainda que Wittgenstein não pensou ser possível dar uma definição geral para a palavra: ‘proposição’. Como Sharrock recorda Moore dizendo:

[Wittgenstein] ...pareceu para mim usar geralmente as palavras ‘proposição’ e ‘sentença’ como se elas significassem a mesma coisa, talvez em parte porque a palavra alemã ‘Satz’ pode ser usada para qualquer uma; e por conseguinte geralmente falada como se as sentenças pudessem ser ‘verdade’. (MWL, 1954-61 e GLOCK, 1998, p. 287)

Embora a língua alemã possa certamente explicar em parte, o uso liberal de Wittgenstein do termo ‘proposição’ em DC, Wittgenstein pode estar ainda no processo de determinar se um certo tipo de declaração é ou não uma proposição (DC, 167); além disso, sua total liberalidade com o termo pode facilmente ser exagerada quando alguém considera que não é Wittgenstein, mas seus tradutores que são responsáveis pela uniformização de suas palavras²¹.

²¹ Para Sharrock, (2002, p. 33-34) quando Wittgenstein fala ou escreve em inglês, ele usa o termo de três modos: (1) o modo alemão: como se fosse intercambiável com ‘sentença’; (2) o modo inglês: em seu uso filosoficamente técnico: como uma entidade abstrata à la Frege; como um ‘pensamento’ fregeano; o sentido da sentença; (3)

Em DC, quando Wittgenstein quer dizer que uma série de palavras é uma proposição em um sentido técnico, ele usualmente usa o termo *Erfahrungssatz*; fora isso, ele usa a palavra *Satz*. Geralmente, contudo, seu tradutor traduz a palavra *Satz* como ‘proposição’, mesmo onde ela não pode tecnicamente ser uma ‘proposição’. A ocorrência mais notória disso está na seguinte passagem: “Isto é, as *perguntas* que formulamos e as nossas *dúvidas* dependem do fato de certas proposições estarem isentas de dúvida, serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram” (DC, 341).

Essa tradução é responsável pela confusa e incorreta expressão ‘proposições dobradiça’ em DC. E mesmo quando “Wittgenstein continua a considerar o conceito de uma proposição como um conceito de semelhança de família, que tem, como os de ‘jogo’ ou ‘brincadeira’, um arco-iris de significados (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 34) e que é mais ou menos arbitrário o que chamamos de ‘proposição’, Wittgenstein nunca abandona sua consideração inicial de proposição como algo que é essencialmente contingente e descritivo” (MOYAL-SHARROCK, 2002, 35). Para Sharrock Wittgenstein adota um uso não restrito e não especializado de proposição, que não é inconsistente com uma concepção especializada, de proposição como suscetível de verdade/falsidade (bipolaridade), concepção em que ele, segundo Sharrock, nunca abandona.

De acordo com o modelo fundacionalista tradicional algo deve existir como fundacional e não depender de nada. Essa falta de dependência é o que o faz dele fundamental ou básico. Em termos de certeza, os fundacionalistas dizem que o fundacional é certo e é mais certo que qualquer outra coisa que poderia ser invocado em seu suporte. Ou seja, o fundacional não depende de nada.

Wittgenstein, como operando com certo tipo de fundacionalismo também afirma que nada pode ser mais certo do que aquilo que insiste para nós, mas em DC ele difere da tradição fundacionalista pela questão nova que surge, a saber, que o certo e o conhecido ou não conhecido, verdadeiro ou falso pertencem a categorias diferentes.

Sharrock aponta algumas características dessas proposições dobradiças mencionadas por Wittgenstein em DC às quais ela se refere simplesmente como dobradiças²². Segundo

como ‘declaração’; isto é: para se referir ao que está estipulado ou dito sem a conotação de que isso é uma entidade abstrata”.

²² São elas:

- (1) indubitáveis: dúvida e erro são logicamente sem sentido; (2) fundamentais: elas não demandam da justificação; (3) não empírica: elas não são derivadas dos sentidos; (4) gramaticais: elas são regras de gramática; (5) inefáveis: elas não podem ser ditas; e (6) Representadas: elas podem somente se mostrar no que nós dizemos e fazemos.

Sharrock “o caráter de fundação da certeza objetiva é encaminhado direta e claramente em DC: ‘Na raiz de uma convicção bem fundamentada encontra-se uma convicção não fundamentada’ (DC, 253); ou menos diretamente na alusão a uma ‘quadro de referência herdado’ (DC, 94); mas mais freqüente, é aludida metaforicamente ou analogicamente, como comparada a regras e a ‘pronunciamentos imediatos’, ambos para expressar seu primitivismo lógico, a sua falta de base primeira.

Metaforicamente, certeza objetiva é como um andaime: ‘a *estrutura* dos nossos pensamentos’ (DC, 211), ou como ‘alicerces que suportam a casa’ (DC, 248) ou ‘dobradiças’ (DC, 341). Essas são metáforas de caráter estrutural. Outro grupo de metáforas é de um caráter mais geológico. Wittgenstein fala de ‘rocha dura’ (DC, 99), ‘fundamento’ (DC, 498); refere-se ao ‘fundo das minhas convicções’ (DC, 248) e ‘o substrato de todas as minhas perguntas e afirmações’ (DC, 162). Esse substrato é “um lugar de descanso”, um lugar “sem questões e sem dúvidas, onde nossas pás são viradas, onde nós repousamos o conteúdo” (SHARROCK, 2002, p. 75). “Na reconstrução intelectual de nossas pesquisas e investigações, é que chegamos a uma parada natural” (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 76).

Todavia, apesar da abundância de imagens fundacionais, o fundacionalismo no sentido tradicional em DC é geralmente criticado e rejeitado. Várias razões têm sido dadas para justificar essa rejeição. 1- Uma razão dessa objeção é a presença em DC de uma aparente coerência ou holismo. E Sharrock concorda com o que D.Z. Philips escreve:

Para Wittgenstein, proposições básicas não são fundacionais. Elas gozam de seu status em práticas onde elas são seguradas por tudo que as rodeia; para Wittgenstein, as proposições básicas que ele discute em *Da Certeza* não são fundacionais, nem prévias suposições. Pelo contrário, elas são seguradas por tudo aquilo que as rodeia. (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 77)

Stroll (1994, p.145-146) havia enfatizado como sendo chave a natureza revolucionária do fundacionalismo de Wittgenstein. Para Sharrock, “Wittgenstein adota a imagem (fundacional), em várias passagens de DC, mas promove sua correção” (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 78). 2- Outra objeção ao fundacionalismo de Wittgenstein que pode ser evocado é que qualquer coisa que assemelha-se a um ponto inicial fixado seria anátema para Wittgenstein. 3- E finalmente, comentaristas rejeitam o fundacionalismo de Wittgenstein por não ficarem completamente hipnotizados pelo componente imutável do leito do rio, deixando passar ao largo seus aspectos de mudança (DC, 97,99).

Na visão de Stroll, Wittgenstein sustentou que há uma descrição proposicional e uma não-proposicional, consecutivamente: para ele, algumas proposições que estão além da dúvida gradualmente cedem em DC para uma descrição diferente e não-proposicional da certeza.

A primeira descrição ‘claramente deriva da resposta de Wittgenstein a Moore, que

pensa na certeza em termos proposicionais'. Quando Wittgenstein fala de proposição dobradiças como imunes a justificação, prova, e assim por diante, se está a lidar com a primeira descrição. A segunda descrição é completamente diferente. Ela começa a se desenvolver gradualmente no início do trabalho e chega, ao final deste, a ser predominante. Nessa visão, há diversos candidatos para fundações, e nenhum deles é intelectual. Entre eles estão agir, ser treinado em práticas comunitárias, instinto e assim por diante.

O que Wittgenstein está chamando de proposições dobradiças não são proposições comuns. Tais conceitos como ser verdadeiro ou falso, conhecido ou não, justificado ou não não se aplicam a elas, e essas são usualmente pegadas para serem características que definem a proposição propriamente dita. Então Wittgenstein está usando um termo familiar, por razões especiais, para se referir a algo que não é uma proposição.

Então, esse algo a que Wittgenstein se refere como sendo uma 'proposição', mas que Wittgenstein não toma como sendo uma proposição, mesmo dentro de sua descrição proposicional é, conclui Sharrock, uma "regra gramatical". De acordo com Stroll, com o qual Sharrock concorda, então, mesmo na descrição proposicional, Wittgenstein não pensa em 'proposições' dobradiças como proposições, mas como regras de gramática (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 88).

As percepções de Stroll sobre DC são formidáveis e sua visão é clara e sem precedentes, contudo, Sharrock sugere duas modificações para sua descrição do esforço intelectual para o entendimento da natureza da certeza objetiva (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 89):

1- Que há momentos em que o esforço intelectual de Wittgenstein contempla uma descrição proposicional genuína (último parágrafo de DC, 273), outros em que ele nem prevê um tipo de proposição híbrida (DC, 309), nem uma proposição que tem um papel lógico (DC,136);

2- Que não se deve pensar em descrições 'proposicionais' e não-proposicionais de Wittgenstein como consecutivas, mas como indicativas de um esforço em andamento, não linear e não progressivo, através de DC, para entender a natureza das crenças fundamentais. Um esforço do qual o resultado (que as dobradiças não são não-proposicionais nem pragmáticas) não é anunciado como uma Eureka! animadora mas como visões esporádicas e recorrentes dispersadas ao longo de DC e melhor formuladas no parágrafo 204.

Sharrock examina as dobradiças evocadas por Wittgenstein em DC, e as define como não sendo objetos de questionamento, mas regras de questionamento (DC,87,88). Elas funcionam como normas de descrição, como declarações que não podem ser falsificadas por experiência. Dobradiças têm a forma de agir espontâneo na certeza de algo. É um saber-fazer

inconsciente, um saber que sustenta os pensamentos e ações, com o qual se realizam todas as transações básicas com o mundo. Dobradiças são regras gramaticais, mas elas são *regras em ação; lógica em ação* (DC,342).

Ainda sugere que elas sejam classificadas quanto a sua abrangência como: dobradiças lingüísticas, dobradiças pessoais, dobradiças locais e dobradiças universais²³; e quanto a sua origem como: naturais (ou instintivas) e adquiridas (ou condicionadas)²⁴.

As dobradiças locais são variantes de cultura e muitas delas parecem ser o produto de observação empírica ou investigação epistemológica. Sua semelhança com as proposições empíricas ou epistemológicas faz Wittgenstein dizer que “a mesma proposição [*der gleiche Satz*] deve ser tratada uma vez como algo para testar por experiência, em outra como uma regra de teste” (DC, 98).

Para Sharrock, Wittgenstein usa a “metáfora transformacional” para as dobradiças locais como proposições empíricas endurecidas (MOYAL-SHARROCK, 2002, 137); ele usa a imagem de uma possível transformação da proposição empírica em dobradiça e vice-versa, o que muito tem ocupado os comentadores de Wittgenstein.

Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa. (DC, 96)

Aqui Wittgenstein está dizendo que o status das proposições parece não ser permanentemente fixado: uma primeira, ou difícil proposição pode tornar objeto de investigação, hipóteses; e as hipóteses podem se transformar em ‘fluido’ ou proposições empíricas. Como ele sugere na seguinte passagem:

²³ Segundo a classificação de Sharrock: Dobradiças lingüísticas: aquelas que são estritamente regras de gramática que precisamente definem nosso uso de palavras individuais e de números. Elas são o que Wittgenstein, antes de DC e depois de TLP, tem chamado de regras gramaticais, mas não são objetos de análise em DC. Dobradiças pessoais: São aquelas que têm a ver com nossas vidas individuais. Fazem parte do fundamento lógico do falante, em circunstâncias normais. Não são empiricamente ou epistemologicamente baseadas. Dobradiças locais: são aquelas certezas que constituem a estrutura latente ao conhecimento de todos ou de alguns seres humanos em um dado momento. São regras gramaticais para uma comunidade de pessoas em um dado tempo. São ligadas à cultura, às nossas formas localizadas de vida humana (local no sentido geográfico e temporal). Dobradiças universais: São aquelas que delimitam os limites universais de sentido para nós: elas são obrigatórias para todos os seres humanos normais. São dobradiças nas quais o sistema de crenças de todos os humanos normais está pronto. (Não são ligadas a específicas culturas, mas constituem a imagem de mundo humana, o andaime do pensamento humano ‘para tempos imemoriais’ (DC, 211)”. (MOYAL-SHARROCK, 2002,p. 101-103)

²⁴ As dobradiças “tem origens naturais (instintivas) ou adquiridas (condicionadas). As dobradiças naturais estão ‘lá como a nossa vida’ (DC, 559), nunca ensinadas, ou mesmo articuladas como tais (ex. ‘Eu tenho um corpo’). Já outras dobradiças são adquiridas através de algumas formas de treinar, não aprendizado proposicional. Essas podem ser adquiridas explicitamente, através de treinamento cultural ou educacional ou implicitamente assimiladas, isto é, sem qualquer treinamento ou formulação, mas através de algo como exposição repetida”. (MOYAL-SHARROCK, 2002, 104-106)

“A mitologia pode regressar a um estado de fluidez, o leito do rio dos pensamentos pode desviar-se. Mas eu distingo entre o movimento das águas no leito do rio e o desvio do próprio leito; ainda que não haja uma nítida demarcação entre eles”. (DC, 97)

‘A mitologia pode mudar continuamente, o leito do rio dos pensamentos pode mudar.’ Essas imagens de transformação dão a impressão de que há uma diferença de grau, não de categoria, entre proposições e regras empíricas. E imediatamente Wittgenstein invalida tal suposição: ‘Mas eu distingo entre o movimento das águas do leito do rio e o movimento do próprio leito’; embora ‘não haja uma divisão acentuada de uma para a outra.’ ‘Eu distingo...’, escreve Wittgenstein. Há uma divisão aqui, e sua falta de nitidez não deveria camuflar sua presença. E na verdade, vê-se que há uma diferença de categoria, não somente uma de grau, entre proposições e regras empíricas.

Portanto, ao fim destas argumentações, espera-se ter deixado a claro que Phillips e Sharrock refutam a pretensão de Stroll em assegurar um Wittgenstein fundacionalista. Assegura-se, portanto, que Wittgenstein luta em DC contra toda essa idéia de algo ‘fixo’ e ‘fundacional’, o que leva a concordar com Phillips e Sharrock.

4. O TERCEIRO WITTGENSTEIN

Neste *quarto capítulo* trata-se de abordar a polêmica idéia de um *terceiro* Wittgenstein proposta por alguns de seus comentadores como Stroll, Wright e principalmente Sharrock. Ao abordar alguns temas enfrentados por Wittgenstein em DC quer-se argumentar contra as posturas que defendem um Wittgenstein único e tão somente terapêutico, cético e fundacionalista a respeito da possibilidade do conhecimento. A partir do texto DC e dos comentários de Stroll (1994), Phillips (2003), Sharrock (2002) e Requejo (1998) procura-se evidenciar que o *terceiro* Wittgenstein vai, nesta obra, além da atividade terapêutica, defende uma visão externalista, (compromisso com o aprendizado lingüístico e extensão do comportamento humano), mostra o erro cético e rejeita o fundacionalismo. E, por fim, após apresentar a idéia de um *terceiro* Wittgenstein, quer-se no último item, mencionar também um trabalho próprio do *terceiro* Wittgenstein, a saber, o conceito de “padrões de vida”, que Wittgenstein, sob a influência de Darwin, desenvolve para dizer que os diferentes elementos das nossas experiências ou comportamento determinam nosso conceito psicológico.

4.1 A NOÇÃO DE “TERAPIA” DE INVESTIGAÇÕES É ATENUADA EM DA CERTEZA

É bem conhecida aquela postura de Wittgenstein em IF, que usualmente é definida como “terapêutica”. Trata-se de um método que é desenvolvido a partir das publicações de meados dos anos 1930 e tinha como objetivo a clareza conceitual dos termos a serem tratados, de forma a “dissolver” ou “neutralizar” os problemas filosóficos, ou melhor, tais problemas a partir de então passam a ser considerados como pseudo-problemas gerados pelos usos indevidos ou da má compreensão conceptual dos termos lingüísticos.

Em IF Wittgenstein se ocupa em analisar a multiplicidade de intercâmbios comunicativos ou jogos de linguagem, e de descrever as normas ou gramáticas que determinam sua validade. Trata-se de estudar distintas parcelas da linguagem, a fim de precisar seus limites internos. Neste momento de sua trajetória filosófica, Wittgenstein sugere que para poder filtrar os mal entendidos e pseudo-problemas, a filosofia deve analisar a linguagem cotidiana.

Por linguagem cotidiana ou situações normais, entende-se todos aqueles discursos nos quais não se reflete sobre problemas filosóficos. Desta maneira, Wittgenstein chama a atenção sobre as profundas diferenças que existem entre o uso filosófico de um termo e seu uso cotidiano. É este distanciamento que dá origem aos mal entendidos e pseudo-problemas.

Isto significa que só se pode dar conta das confusões em que se está enredado, quando se tem esclarecido a maneira em que se utilizam as expressões problemáticas nos casos normais (IF, 142). As dificuldades são solucionadas quando os termos que se utilizam nas discussões filosóficas recuperam o significado que originalmente possuem nas discussões diárias: para Moreno, “O filósofo das *Investigações* não resolve as contradições, pois não inventa nem descobre nada: ‘A filosofia simplesmente coloca as coisas, não elucida nada e não conclui’. – Como tudo fica em aberto, não há nada a elucidar. Pois o que está oculto não nos interessa” (IF, 126, citado por MORENO, 2000, p. 72).

Dizia Wittgenstein em IF:

Quando os filósofos usam uma palavra – ‘saber’, ‘ser’, ‘objeto’, ‘eu’, ‘proposição’, ‘nome’ – e almejam aprender a *essência* da coisa, devem sempre se perguntar: esta palavra é realmente sempre usada assim na linguagem na qual tem o seu torrão natal? –

Nós ‘conduzimos as palavras do seu emprego metafísico de volta ao seu emprego cotidiano’. (IF, 116)

A filosofia estava sendo então concebida por Wittgenstein como uma atividade terapêutica, que procura detectar as confusões originárias de quando a linguagem está em “ponto morto”, “em férias”, quando ela não está trabalhando (IF, 132) e, assim, ela procura clarificar situações e ações conceitualmente confusas: Para tal objetivo, dizia que haviam “métodos, como que diferentes terapias” (IF, 133).

De acordo com essa concepção terapêutica, Araújo comenta:

A filosofia não elucida nada, deixa tudo em aberto. A linguagem não deve caminhar no vazio, sempre que ela caminha no vazio, dá margem a renitentes problemas filosóficos. Olhando os empregos dos termos, os problemas tendem a dissolver-se. Em filosofia há métodos variados, diferentes terapias, a mais eficaz sendo a que reconduz os termos de seu emprego extraordinário, para o uso comum. (ARAÚJO, 2004b, p. 112)

Segundo a leitura de Marcondes (2005), Wittgenstein considera, assim, que a análise filosófica deve trazer as palavras do plano metafísico para o uso comum onde os problemas filosóficos devem ser elucidados levando-se em conta os usos das palavras e expressões que incluem.

Dessa forma os problemas tradicionais não seriam resolvidos, mas dissolvidos. Quando se examina o uso concreto das expressões, percebe-se que em grande parte dos casos os equívocos resultam de confusões, falsas analogias, semelhanças superficiais, incapacidade de perceber distinções. (MARCONDES, 2005, p. 14-15)

Para Marcondes, uma análise dos verbos revela, contudo, que se tratam de usos inteiramente distintos do mesmo verbo. Um exame dos diferentes contextos, dos jogos de linguagem e do uso das palavras neles contidos revela essas distinções e permite o esclarecimento dos problemas.

Para Phillips “[a] primeira e última preocupação de Wittgenstein era: o que significa dizer algo?”. Pergunta esta que assumiu a forma: “o que é uma proposição?”. Este pensamento de Phillips fixa a atenção na estranheza da resposta ‘Eu sei’ de Moore para a frase cética ‘Você não sabe’, o que o leva a concluir que este é simplesmente outro exemplo de sucesso das técnicas terapêuticas de Wittgenstein (...) (PHILLIPS, 2003, p. 06 e p.152).

Todavia, Requejo (1998) aponta que a estratégia de Wittgenstein de remeter a linguagem filosófica ao cotidiano constitui um movimento tão original quanto polêmico. É original por ter o poder de considerar os problemas como pseudo-problemas que até então ocupavam a reflexão filosófica e afastá-los da mesma. E parece que é polêmico porque a maioria dos comentadores vê, somente, o sucesso terapêutico de Wittgenstein em DC, não percebendo algo de suma importância, a saber, que este conceito tem um papel secundário nesta última obra (REQUEJO, 1998, p. 114).

Também Stroll concorda com essa linha de argumentação, quando menciona a necessidade de uma correção que represente o pensamento maduro de Wittgenstein em DC e que o mesmo seja reconhecido como um trabalho altamente original, de muitas maneiras fundamentalmente diferentes de IF.

Wittgenstein desenvolveu um novo método em conexão com seu objetivo, aquilo que se espera alcançar no entendimento ou resolução dos problemas filosóficos. Método que, como foi visto na introdução desta pesquisa, tem um estilo não sistemático e que tem início em IF e perpassa todo DC.

É importante, ao aprofundar esta discussão, sublinhar o que Stroll (1998) expressa a respeito. Ele diz: “embora Wittgenstein em DC frequentemente fale sobre certos tipos de expressões lingüísticas, como ‘eu sei’, ‘Eu duvido’, e etc, ele não está meramente falando sobre estas expressões. Ele está fazendo algo mais também”. Segundo Stroll o último objetivo de Wittgenstein é a distinção entre acreditar e saber, e entre saber e certeza. E ele faz isto em parte mostrando como elas diferencialmente se relacionam com o duvidar (STROLL, 1994, p. 124).

E Stroll vai além dizendo que Wittgenstein “não está falando sobre as diferenças nos usos dos termos ‘acreditar’, ‘saber’, ‘certeza’ e ‘dúvida’ (embora ele esteja fazendo isto também) mas também e primeiramente sobre aquilo que aquelas palavras normalmente denotam ou separam, ou seja, sobre crença, conhecimento, certeza e dúvida” (STROLL, 1994, p. 124). Sobre isto Wittgenstein vai destacar, por exemplo, que o conhecimento e a certeza não são dois estados mentais como supor e ter certeza.

Wittgenstein escreve em DC, 308: “Aquilo que nos interessa agora não é estar seguro mas saber”. E diz em 230: “Perguntamos a nós próprios: que fazemos com uma declaração como ‘*Eu sei*’...? Porque não se trata de processos mentais ou estados mentais. *Esta é a maneira* como se tem de decidir se alguma coisa é conhecimento ou não é”.

Este movimento de Wittgenstein contra Moore pode parecer simples a princípio, meramente um ‘ponto lingüístico’; mas é mais do que isto, e suas implicações são profundas. Ocasionalmente que o conhecimento não é meramente (I) uma experiência pessoal; (II) um fenômeno, estado ou processo mental, ou (III) algo a ser descoberto ao se olhar internamente. Ao expandir estas implicações, Wittgenstein empilha exemplo sobre exemplo, cobrindo uma imensa gama de espaço conceitual. E muitos dos exemplos são variantes uns dos outros.

O requisito de que se deve ser capaz de indicar como se sabe de alguma coisa por meio de razões que a suportem é frequentemente descrito por Wittgenstein em termos do conceito de justificação. Uma afirmação sem a possibilidade de justificação não pode ser um caso de conhecimento dentro desta visão. Quando tomados como um grupo, esta avalanche de exemplos resulta em achados que mostram o que o conhecimento não é (descrição negativa do conhecimento). Mas eles também mostram de uma maneira positiva o que é o conhecimento (descrição positiva do conhecimento).

É de suma importância perceber o alerta de Sharrock: “A impressão de um ‘texto descontínuo’, não deveria impedir de perceber a unidade temática de DC, nem de reconhecer que um problema está de fato sendo *examinado e resolvido*” (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 04). Para ela, “O foco de Wittgenstein na linguagem não vai mais fundo que muitos de seus comentadores – admiradores e detratores – gostam de pensar” (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 08). Em todo trabalho, presencia-se Wittgenstein em luta com a palavra ‘saber’ e suas inflexões. Ele está procurando elucidar alguns casos que, entre eles, apontam-se três:

(1) Como Moore usa-a (indevidamente): “E não é isso que Moore pretende dizer quando diz que *sabe* todas estas coisas? Mas será que o ele saber isso é o que está em questão realmente, e não antes que algumas dessas proposições têm de estar assentes do nosso ponto de vista?” (DC, 112). (ver também, 178, 407, 481, 521);

2) Como é normalmente usada (indevidamente) por filósofos: “E, de fato não será totalmente errada a utilização da palavra ‘saber’ como palavra eminentemente filosófica? Se ‘saber’ tem essa acepção, porque não ‘estar certo’? (...)” (DC, 415). (ver também, DC, 467);

(3) Como deveria e não deveria ser usada: “O uso correto da expressão ‘*Eu sei*’. Alguém que vê mal pergunta-me ‘Pensa que o que vemos ali é uma árvore?’ Respondo: ‘*Eu sei* que é; vejo-a claramente e conheço-a bem’. A: ‘Está N.N. em casa?’ – Eu: ‘Creio que está’

– A: ‘Estava em casa ontem?’ – Eu: ‘Ontem estava, sei que estava, falei com ele’ – A: ‘Sabe ou apenas julga que esta parte da casa é construída depois do resto?’ – Eu: ‘Eu sei que é; ouvi-o fulano’. Nestes casos, então, diz-se ‘Eu sei’ e indica-se como se soube ou, pelo menos, é possível fazê-lo”. (DC, 483-484). (ver também DC, 621, 41, 175).

Em sua consideração desses vários usos, Wittgenstein geralmente sublinha o termo ‘saber’ ou coloca-o (às vezes em frases ou sentenças) entre aspas. “Essa é uma clara indicação, segundo Sharrock, que se tem uma expressão que está sendo *examinada minuciosamente, não apenas usada*” (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 25). A não sistematicidade de Wittgenstein em DC tem levado a interpretações indevidas desta obra. Por isto, Sharrock sugere que, mesmo onde Wittgenstein não sublinha ou enfatiza a palavra ‘saber’, esta deva ser lida do mesmo modo em todas as suas manifestações, além da terapêutica.

Algumas destas manifestações são, por exemplo: (1) as citadas por Moore (DC, 04); (2) para destacar o erro de uso por parte de Moore (DC, 151); (3) para corrigir o erro de Moore (DC, 136); (4) quando Moore sem querer usa-a e a confunde (como fazem as pessoas normalmente na linguagem comum) com certeza e, assim caracteriza-a como exemplo de não saber (DC, 93, 395, 528); (5) indicar as condições para o uso correto da palavra (DC, 432) na linguagem comum (DC,170) ou filosófica (DC,504); (6) enfatizar um dos modos em que a expressão seria indevidamente usada (DC, 431); e (7) prever se o uso no caso da mão é ou não apropriado (DC, 369).

Ao concluir esse item ressaltam-se as idéias de Sharrock expressas nas seguintes palavras, a saber, que, *a introdução terapêutica fundamental de “Investigações” é muito diminuída em Da Certeza*. Nesta obra, Wittgenstein se volta para preocupações filosóficas clássicas sobre a natureza da certeza e sua relação com o conhecimento humano e indica não somente os casos em que há mau uso dos conceitos como “Eu sei” para então dissolvê-los ou neutralizá-los. Ele está, além disso, preocupado com as múltiplas inflexões do termo “Eu sei” e examinando-o de forma minuciosa. Esta diferença não deve ser vista de forma indiferente pelos leitores de DC.

4.2 ANTI-CETICISMO DE WITTGENSTEIN EM DA CERTEZA

Em seu livro *Understanding Wittgenstein’s On Certainty* Danièle Moyal-Sharrock distingue dois tipos de ceticismo: o ceticismo-conhecimento e o ceticismo-dúvida. O primeiro é aquele que acredita não haver conhecimento sobre x. Wittgenstein, nesse sentido, é um cético. Ele acredita não haver conhecimento sobre a existência do mundo externo, sobre a

idade do mundo; e que, em circunstâncias normais, uma pessoa não sabe que tem um corpo, uma mão ou uma dor de dente. Wittgenstein concorda com este tipo de ceticismo. Todavia ele discorda do segundo tipo, o ceticismo-dúvida e, em DC ele está criticando e rejeitando este tipo que diz não haver conhecimento porque tudo pode ser posto em dúvida.

As duas posturas céticas que Wittgenstein está mencionando em DC podem ser percebidas como pertencentes ao mundo da filosofia e ao mundo da vida cotidiana. Quando se encontra, como escreve Gilbert Ryle, “em certo humor intelectual”, parece haver um confronto irreconciliável entre duas perspectivas, aquela que se assume naturalmente na vida comum e que não envolve dúvidas sistemáticas sobre a credibilidade dos nossos dados, raciocínios, julgamentos e conclusões, e aquela objetividade que nos traz de volta e nos leva a refletir sobre as práticas cotidianas de maneira obsessivamente cética.

Um problema sério desse tipo de ceticismo é sua radicalização da dúvida profissional que pensa poder transgredir o contexto particular da reflexão comum. A reflexão filosófica permite algum tipo de dúvida em uma particular condição, mas não qualquer tipo de dúvida e em qualquer condição. A instabilidade do conhecimento não pode ser identificada com a impossibilidade do conhecimento.

Wittgenstein está, em DC, diferenciando a consideração intelectual que coloca em questão a validade de um conceito filosófico, e o duvidar do conceito. Ele está considerando e questionando e não duvidando. Ele está identificando uma confusão entre reflexão epistemológica e dúvida epistemológica, a dúvida heurística e a dúvida real. E além disso, está alertando para esse problema da dúvida filosófica, mas também mostrando que esse tipo especial de dúvida não afeta as práticas comuns epistemológicas. Enquanto ele reconhece também a legitimidade da dúvida cética em contextos filosóficos, também aponta para o perigo deste tipo de ceticismo se aproximar das práticas comuns.

Wittgenstein não acredita haver uma diferença entre a dúvida filosófica e a dúvida comum, ou que a dúvida cética seja legítima. A má interpretação do filósofo pode levar a pensar nisso.

Wittgenstein não leva o ceticismo filosófico seriamente. Ele não acredita que a dúvida cética seja real e profunda. A confusão do cético surge ao pensar que ele está duvidando da própria dobradiça, sem saber que não é o caso de uma dobradiça poder ser posta em dúvida em alguns contextos, mas que nunca se pode duvidar de uma dobradiça, apenas do

doppelgänger de uma dobradiça.

Como apontou-se no item que tratou do conceito “dúvida”, no segundo Capítulo, para Requejo a “dúvida” para ser considerada como sendo coerente deve ser “traduzida em comportamento” (REQUEJO, 1998, p. 123-125). Sharrock discorda dessa concepção. Para ela, as certezas fundamentais não são suscetíveis à dúvida e, então, o cético está, assim, sob uma “ilusão” de dúvida (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 135) .

A declaração ‘Sei que aqui está uma mão’ pode, pois, prosseguir assim: ‘porque é para a *minha* mão que estou a olhar’. Então, um homem razoável não duvidará de que sei. Também o idealista o não fará; antes dirá não ter nada a ver com a dúvida por *detrás* dessa. – Que isso é uma *ilusão* tem de ser demonstrado de outro modo. (DC, 19)

Wittgenstein não está dizendo que as dúvidas céticas são dúvidas anormais, mas que elas são artificiais, não reais, apenas simulação de dúvida. Para Sharrock, ao contrário do que pensa Requejo, ceticismo filosófico é na verdade somente “comportamento de dúvida”.

Duvidar tem certas manifestações características, mas só são características da dúvida em circunstâncias particulares. Se alguém dissesse que duvidava da existência de suas mãos, as contemplasse por todos os lados, tentando verificar que não era tudo provocado pelos espelhos, etc., não teríamos a certeza se deveríamos chamar a isso duvidar. Poderíamos descrever o seu comportamento como semelhante ao comportamento da dúvida, mas o seu jogo não seria o nosso. (DC, 255)

Esse “comportamento de dúvida” a que Wittgenstein se refere na citação acima não significa uma dúvida falsa, mas que ela não é o que se quer dizer com dúvida real; àquela “introduzida num jogo de linguagem”. Se duvida quando se tem razão para isso, quando se tem “fundamentos específicos”: “Uma pessoa duvida com fundamentos específicos. A questão é esta: como é que a dúvida se introduz no jogo de linguagem?” (DC,458).

A dúvida cética carece de “razões soberanas” e de situação real de uso para ser uma dúvida. Não possui pressupostos certos que justifiquem um caso de dúvida no jogo de linguagem. O cético está preso numa ilusão de dúvida; em um erro de categoria uma vez que tenta colocar algo que não é a dúvida no lugar desta. Portanto, Wittgenstein está em DC corrigindo dois erros graves cometidos pelo cético obsessivo, a saber, a confusão entre comportamento de dúvida e dúvida genuína como se acaba de ver; e a confusão de dobradiças com proposições (empíricas, epistemológicas ou ficcionais). Este último caso constituirá uma maneira que Wittgenstein encontra em DC para resolver o problema do ceticismo.

4.2.1 O TERCEIRO WITTGENSTEIN (DA CERTEZA)

Ao analisar a relação de Wittgenstein com o ceticismo, alguns comentadores adotam a postura de que o filósofo não obteve êxito em sua empreitada. Eles argumentam em favor de que a aplicação terapêutica de Wittgenstein apenas ‘neutralizou’ ou ‘dissolveu’ o problema. Glock em seu *Dicionário Wittgenstein* diz que: “Se Wittgenstein consegue, com isso, encurralar o cético, ele o faz impedindo-o de contribuir de forma coerente para o debate. Isso não é o mesmo que refutá-lo, mas tampouco é apenas um prêmio de consolação...” (GLOCK, 1998, p. 83). Esse comentário dá a impressão de confirmar tal postura. Requejo,(1998) vai além dizendo: “Definitivamente, Wittgenstein não consegue refutar aquele ceticismo” e ainda “Wittgenstein não consegue diluir por completo o problema tradicional do ceticismo em DC” (REQUEJO, 1998, p. 178; 185).

Uma outra postura a qual se direciona neste ponto é a de Sharrock (2002, p.136). Para ela, Wittgenstein além de identificar a má compreensão conceptual que dá origem à ilusão da dúvida cética, ele *explica* porque o cético falha em ver a ilusão pelo que ela é. Diz ela:

De fato, isso é exatamente o que Wittgenstein faz em *Da Certeza*: ele dissolve o problema do ceticismo-dúvida, identificando a má compreensão conceptual – o erro de categoria – que dá origem a ele, e ele explica porque esse erro de categoria é (tão facilmente) feito. Wittgenstein mostra o erro da básica suposição do mundo externo do ceticismo – que nossa certeza de fundação é baseada nos sentidos – desse modo refutando o ceticismo; mas ele, por outro lado nos permite compreender o que nos fez aceitar essa suposição em primeiro lugar, assim liberando a aderência com a filosofia. (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 163)

Sharrock (2002) declara que alguns comentadores geralmente, embora não unanimemente, têm dividido o pensamento de Wittgenstein entre “primeiro” e o “segundo Wittgenstein” referindo-se com este último a todo o corpus pós-TLP coroado por IF. Tal divisão, segundo ela, falha pois menospreza a importância distintiva de DC. E, por isso, ela sugere a distinção de uma fase pós-IF, que ela denomina *Terceiro Wittgenstein* (MOYAL-SHARROCK, 2002, p.163-164). Requejo, e antes dela Stroll, acredita que DC que foi desconsiderado durante certo tempo, seja reconhecido como um dos três grandes trabalhos de Wittgenstein (STROLL, 1994, p. 10;REQUEJO,1998, p.108).

Sharrock sugere ainda que o “terceiro Wittgenstein” percebe que nossa gramática é mais extensa do que pensava antes. O que IF considerava como proposições empíricas que descrevem verdades necessárias são agora em DC expressões de regras de gramática. O que tem a forma de ou parecem proposições empíricas na verdade funcionam como regras ou dobradiças gramaticais. As questões em IF e mais em DC são trazidas de um terreno metafísico para um gramatical, físico, (DC, 402), factual (DC, 411) e sua negação seria

gramaticalmente sem sentido.

O ceticismo supõe que a nossa certeza fundamental a respeito da existência do mundo externo é uma conclusão empírica que tem por base a evidência dos sentidos. Wittgenstein em *DC* argumenta que nossas certezas sobre algumas das coisas que se experimentam não é derivada dos sentidos, ou seja, são experimentais mas não empíricas. Considerando o ceticismo de Descartes, Sharrock desenha uma linha de argumentação que a leva a conclusões interessantes. O critério aqui é o uso. A mesma rede de palavras pode ser usada em um contexto como uma proposição empírica e em outro como uma regra gramatical. À citação de Wittgenstein

Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa. (DC,96)

Sharrock chama a atenção que a “aparência” ou a “forma” de algumas sentenças não revela seu uso, e então tal forma não deveria pressupor seu status. Usos diferentes, status diferentes. A “forma” não pode ser confundida com o “uso”. As dobradiças podem parecer conclusões empíricas sobre objetos materiais sobre as quais verificação e falsificação são legítimas. Por exemplo, “Aqui tem uma mão” parece ter um status empírico, porém não tem nada além de um status regulador; sua negação ou certificação não tem sentido, e uma tentativa de verificar significa loucura ou confusão filosófica.

O uso é o que determina o status de uma sentença. Mas o perigo é que a aparência da sentença na qual o uso pode levar a pensar que se trata de um único status no qual se pode, ao negar tal proposição, obter sucesso, ou seja, atingi-la, tocá-la. Essa é, aos olhos de Sharrock, a origem da confusão cética: “...acreditar que está negando nossa certeza, quando tudo o que ele está fazendo é negar sem querer e inconsequentemente um *doppelgänger* empírico ou ficcional daquela certeza...” (MOYAL-SHARROCK, 2002, p.167), quer dizer, uma sentença idêntica a uma expressão de uma proposição empírica, é confundida com esta.

Nesse sentido, o ceticismo filosófico termina sendo o produto de má orientação de um erro de categoria. O cético está confundindo a expressão de uma regra com uma proposição e, assim, está cometendo um erro de categoria. Filósofos céticos têm feito confusão com sentenças como “Há objetos físicos” ou “O mundo existe” acreditando poder duvidar significativamente delas e entram assim em um barco furado da metafísica.

As regras gramaticais mencionadas até agora parecem ser prontamente abertas à negação, e isso graças à imaginação cética que é muito fértil. Todavia, elas apenas parecem, por possuírem seu *doppelgänger*, que são suscetíveis a negação. O cético pensa que está levantando uma dúvida real, mas está confundindo uma regra gramatical com uma proposição empírica. E tal confusão acontece devido ao fato de a proposição empírica e a regra gramatical serem expressadas por uma sentença idêntica. E isso é que é o *doppelgänger*²⁵.

Portanto, a luta de Wittgenstein em DC é para mostrar que se pode imaginar situação adequada para que o uso de uma determinada sentença seja significativa, mas que acreditar que a sentença seja significativa em qualquer situação é um erro. Dito de outro modo: Há situações adequadas para a dúvida ou certeza assim como há também situações inadequadas; e que pode-se facilmente acreditar que porque se pode duvidar em algumas situações, se pode duvidar em qualquer uma: isso é a chamada dúvida obsessiva, o ceticismo-dúvida da qual, como foi dito no início desse item, Wittgenstein discorda e está criticando e rejeitando em DC.

Ele está alertando sobre a confusão entre o possível e o imaginável, ou melhor dizendo, entre o imaginavelmente ou logicamente possível e o fisicamente ou humanamente possível. Quando menciona em DC que “[d]uvidar tem certas manifestações características, mas só são características da dúvida em circunstâncias particulares” e “[p]oderíamos descrever o seu comportamento como semelhante ao comportamento da dúvida, mas o seu jogo não seria o nosso” (DC, 255) ele está falando do contexto diário e normal contra um suposto contexto ficcional.

Descartes partilhou desse erro filosófico ao afirmar: “Suporei, portanto, que ... um gênio maligno poderoso e maldoso, que põe toda a sua indústria em que me engane...” (DESCARTES, 1999, p. 25). O problema é com as conclusões que tal suposição pode levar, a saber, transferir uma situação desenhada numa situação ficcional para uma situação na vida real. Pode-se imaginar uma sentença como “Eu tenho um corpo” como retratando uma situação ficcionalmente (mesmo logicamente), e ali poder ser falsa, mas isso não garante que ela retrate uma possibilidade humana (ou física) e, além disso, a possibilidade de eu não ter um corpo em nosso mundo humano transgride os limites do que se considera lucidez.

Descartes produziu uma ficção do gênio maligno e enganador e poderia ser invocado

²⁵ “Doppelgänger são sentenças idênticas com diferentes usos, e conseqüentemente, diferentes status” (MOYAL-

para refutar significativamente as dobradiças. Contra ele Wittgenstein disse: “não podemos estar enganados o tempo todo”. A dúvida na forma de uma proposição ficcional não deslocaria as dobradiças. Onde, portanto, o cético acredita negar ou desestabilizar nossa certeza dobradiça, ele não chega nem mesmo a tocá-la.

4.2.2 A LÓGICA EM AÇÃO DE WITTGENSTEIN EM DA CERTEZA

Wittgenstein enfatiza em DC a primazia do agir: “No princípio era o ato” (DC, 402). Nem por isso se “pode classific[á-lo] como filósofo pragmatista”. Diria-se antes, que “ele não deve e nem precisa ser encaixado numa ou noutra escola de pensamento” (ARAÚJO, 2004a, p. 101). Para Wittgenstein, significado é uso, e não utilidade. Seus pressupostos são áreas antropológicas e lógicas para discutir questões a respeito da existência do mundo externo.

Nesta perspectiva antropológica de Wittgenstein poderia-se dizer que ele trabalha com fundações de natureza decretada²⁶ com partes imutáveis (DC, 99) e que parte do imutável (não sujeito à alteração) vai permitir um pluralismo. Não quer-se dizer com fundações algo idealmente ou transcendentemente fixado, mas no sentido antropológico, ou seja, guardam as características de histórica e contextualizada nos limites humanos.

Wittgenstein em DC menciona as nossas certezas dobradiças como regras gramaticais que “formam a base de todas as operações com pensamento” (DC, 401). Mas ele alerta que “não se trata de uma espécie de *ver* da nossa parte; é o nosso *atuar* que está no fundo do jogo de linguagem” (DC, 204). Esse tipo de certeza é o que Stroll chama como pertencendo ao nível não-proposicional (conforme o item *Caracterização da certeza em termos não proposicionais*”, Cap. 2), não da ordem do conhecimento, justificação, razão ou reflexão e, assim, não sujeito a erro, dúvida ou falsificação. Tal certeza é manifesta inefavelmente através do que se diz e faz na vida normal. Não foi seguida nem uma rota epistemológica para se chegar até ela, mas ela se manifesta como um ter conhecimento que pode ou não ser contestado. A articulação desse tipo de certeza é autorizada apenas para fins heurísticos, como uma discussão filosófica ou uma instrução gramatical.

Wittgenstein também se refere a elas como algo de natureza “animal” (DC, 359), e gramatical (DC, 401). Algo que soa estranho mas que tem em comum as características de

SHARROCK, 2002, 140).

²⁶ O termo *Decretada* é usado por Sharrock para se referir à natureza das “nossas crenças fundamentais”. Diz respeito ao “agir” que está no fundo do jogo de linguagem, como algo não da ordem de justificação, razão ou

serem não fruto de raciocínio, compreendidas não conceptualmente, como um segurar direto (como pegar uma toalha), uma confiança primitiva (DC, 509). E esse tipo de confiança em DC é uma espécie de lógica em ação (DC, 342).

Da mesma forma que a adesão à regra do jogo de linguagem possui significado somente nas manifestações nos modos de agir, a não adesão também. Uma rejeição em formas verbais não tem efeito (“nós não podemos duvidar de tudo”) e, qualquer (tentativa de) rejeição de uma regra que não seja manifestada no agir, seja ela hipotética/ficcional, transgride os limites básicos da lógica humana, a partir de onde se consideraria não como manifestando incerteza, mas demência.

O cético obsessivo não parece envolver-se numa dúvida, mas em comportamento de dúvida. É assim que Wittgenstein o encara. Consequentemente as supostas dúvidas do ceticismo-dúvida devam ser encaradas como uma ficção, e não como uma possibilidade humana. Há a imaginação de cenários céticos que pode agitar a possibilidade da ilusão a qualquer momento; ela não é uma ameaça real para a certeza lógica, todavia, cabe ao wittgensteiniano mostrar que a ilusão é somente imaginária, e que a possibilidade da ilusão é somente uma ilusão de possibilidade.

Se se entende bem a razão pela qual Wittgenstein rejeita o ceticismo em DC, ele critica a confusão entre a dúvida comum e filosófica, por causa da possibilidade da dúvida filosófica chegar a ser uma dúvida ficcional. E os filósofos geralmente pegam as invenções da imaginação para serem possibilidades (o que é uma ilusão) e disseminam sua influência como se o ceticismo-dúvida fosse aplicável à nossa forma de vida. Eles têm tendência a generalizações que se isolam dos exemplos genuínos para compor casos com nenhum contexto real humano.

Não se pode permitir que absurdos sejam previstos como possibilidades formais. Os humanos não podem permitir que a imaginação de todos os mundos possíveis venha envenenar o nosso pensamento sobre o nosso mundo, humano.

Nossos limites de sentido não são absolutos no sentido de serem aplicáveis a todos os mundos possíveis (ficcional); eles são limites de sentido para um mundo humano e real no qual se vive. O fator antropológico aqui encontra prioridade. Nada há acima das regras gramaticais de uso, nada a priori; significado é uso; nossas certezas fundamentais são lógicas

pensamento, mas da ordem da indelicadeza, automatismo e animalidade, que significativamente se manifesta

(gramaticais), promulgadas e inefáveis; elas clarificam a natureza de nossa certeza manifestada em ações e permite entender a importância do ataque discursivo ou imaginativo do cético obsessivo às nossas certezas dodradiças.

4.3 WITTGENSTEIN EXTERNALISTA

Um outro tema que é de suma importância para as reflexões epistemológicas de Wittgenstein é o externalismo. Com ele se ocupa nesta parte e irá argumentar a respeito de dois itens presentes na obra de Wittgenstein, a saber, (1) a necessidade de critérios públicos e intersubjetivos do conhecimento e (2) a praxiologia e a axiologia como elementos prévios da epistemologia. No primeiro item trata-se das noções wittgensteinianas de “critérios” e “sintomas”; ainda neste item sublinha-se três aspectos dos critérios, a saber, que eles são públicos necessariamente, são fontes de acordos intersubjetivos, e que são adquiridos mediante aprendizado. Além disso, diz-se também que a presença de critérios é indispensável quando se pretende falar de conhecimento, justificação ou verificação. Quanto ao segundo item tenta-se defender as idéias de que antes do saber se encontra o atuar, a praxis e, além disso, passa-se a considerar uma praxis de segunda ordem cujo papel é axiológico no jogo do conhecimento.

4.3.1 OS CRITÉRIOS PÚBLICOS DO CONHECIMENTO

O tema dos critérios segundo uma perspectiva wittgensteiniana expressa claramente uma certa conexão ou dependência entre o conhecimento e o externalismo²⁷. Ao destilar seu argumento contra a possibilidade da linguagem privada Wittgenstein diz que toda linguagem tem de ser uma linguagem pública, ou seja, que o significado dos termos derive de seu uso intersubjetivo que se faz deles. Isto era válido inclusive para a linguagem dos termos “psicológicos”, ou seja, àqueles relativos ao “mundo interno” subjetivo em que o estabelecimento do significado começava precisamente com o público, o externo, a conduta, o intersubjetivo. Dessa forma, a tentativa de formular uma linguagem privada, em que se pretendia levar a cabo uma nomeação ostensiva das sensações privadas, inevitavelmente ficam invalidadas mediante tal definição.

A noção de “critério” que Wittgenstein introduz em seu *Livro Azul* está estreitamente

somente em nosso agir (MOYAL-SHARROCK, 2002, p. 97-99).

relacionado com o tema dito no parágrafo anterior e indica a mesma direção argumentativa.

Vejam os:

Introduzamos, de modo a evitar certas confusões elementares, dois termos antitéticos: respondemos, por vezes, à questão “Como sabe que é isto que se passa?” indicando *critérios* e às vezes *sintomas*. Se a ciência médica chama angina a uma inflamação provocada por um bacilo particular, e nós perguntamos, num caso particular, “porque afirma que este homem tem anginas?” então a resposta “encontrei o bacilo da angina no seu sangue” fornece-nos o critério, ou o que podemos chamar o critério de definição da angina. Se, por outro lado, a resposta fosse, “a sua garganta está inflamada”, isto poderia indicar-nos um sintoma da angina. Chamo “sintoma a um fenómeno cuja coincidência, de uma ou de outra maneira, com o fenómeno que constitui o nosso critério de definição, nos foi revelada pela experiência. Assim, afirmar que “um homem tem anginas se esse bacilo foi encontrado” é uma tautologia, ou é uma maneira pouco exata de enunciar a definição de “angina”. Mas afirmar, “um homem tem anginas sempre que tem a garganta inflamada” é formular uma hipótese. (CA, p. 57-58)

Existem entre os comentadores de Wittgenstein, diversas considerações do termo “critério”. Nesta parte se orienta a partir do que disse Garver (1994). A razão da escolha é pelo fato de encontrar nesta interpretação maior consistência e clareza no tratamento do termo.

Uma das grandes realizações de Garver foi ter situado os “critérios” no âmbito do gramatical. Assim, tal termo aparece estreitamente relacionado com os termos gramática e significado.

Seguindo a conceitualização de Garver, os critérios podem ser considerados como instrumentos humanos, concretamente gramaticais cuja finalidade é reger o uso de determinadas expressões da linguagem. Dessa forma, ele funciona como regra de correção que estabelece como deve ou não ser empregada uma palavra ou expressão. Sem haver nenhum a priori, a regra criterial instaura o jogo de linguagem que se joga com uma expressão ou com um termo.

Foi dito acima que há uma certa conexão entre conhecimento e externalismo. Os termos critério, significado e gramática estão também estreitamente relacionados. Deve ser lembrado que, a gramática inclui os critérios, mas os critérios não incluem a gramática. Ou dito de outro modo: todas as expressões têm uma gramática, mas nem todas expressões têm um critério de uso.

O conhecimento, a justificação de uma proposição e a verificação requerem a intervenção de critérios, o que permite dizer em que casos pode-se dizer que um fenómeno está ocorrendo ou se produziu. Inclusive, quando se refere a um “sintoma” da ocorrência de um fenómeno, está implícito que se dispõe de um critério para falar de tal evento, posto que,

²⁷ Entende-se “externalismo” não como empirismo e sim como oposto ao internalismo que prioriza as

conforme a citação acima do *Livro Azul (CA)*, um sintoma é por definição algo no qual a experiência não coincide com o critério definidor. “Pode pensar nas sentenças de regras criteriosais como estabelecendo o jogo de linguagem, como pertencendo a fase primeira, enquanto que as sentenças de sintomas pertencem ao atual jogar o jogo” (GARVER, 1994, p. 34).

A partir desta concepção de “critério” entendida por Garver é que se tece algumas observações realizadas por ele a propósito do caráter externalista dos critérios. Ele assinala três características: os critérios (1) não podem ser internos ou privados, (2) comportam (ou podem comportar) um acordo intersubjetivo no uso da linguagem, e (3) são adquiridos mediante o aprendizado de uma linguagem.

Quanto ao primeiro item, recorda-se que Wittgenstein concentra sua crítica contra a linguagem privada em IF 243-280, especialmente em 256-270. Alí ele argumenta que a existência de um critério privado nos levaria a uma “anarquia subjetivista”, a arbitrariedade de palavras e expressões (IF, 258), o que leva a concluir que a possibilidade de falar de processos internos requer critérios externos (IF, 580). E esse caráter público e intersubjetivo dos critérios que é a garantia para o correto emprego dos termos implicados nos casos de conhecimento e de verdade.

Com respeito ao segundo item citado, Garver diz que os critérios são de uma pessoa ou de um grupo, e que pode, nesse sentido, existir variação ou divergência de um para o outro, quanto à consideração de algo como critério.

Mas em qualquer caso a formulação de um critério necessariamente efetuado em uma linguagem pública está indicando a existência de um acordo entre os juízos, no caso de critérios já estabelecidos no seio de um grupo, ou a possibilidade de chegar a tal acordo, caso da negociação de critérios. Tais acordos intersubjetivos constituem a base da comunidade. Em DC Wittgenstein corrobora esta idéia ao dizer: “‘Estamos muito certos disso’ não significa que toda e qualquer pessoa esteja certa disso, mas que pertencemos a uma comunidade que está ligada pela ciência e pela educação” (DC, 298).

E um terceiro e último item do qual o fator externo intervém no emprego que se faz dos critérios é que estes são adquiridos mediante o aprendizado de uma linguagem. Somos treinados para seguir certas regras gramaticais, e assim, tal aprendizado obviamente é levado a cabo em uma determinada comunidade.

Um aspecto que estende um pouco mais tal idéia é a maneira como os “jogos de

representações mentais e solipsistas.

linguagem” (que foi visto no item “jogos de linguagem”) são adquiridos, o que assinala que o “seguir uma regra” é uma praxis adquirida mediante um aprendizado e que, de certo modo, os critérios não necessitam ser justificados para serem considerados como tais. Isso é dessa maneira porque além da justificação subjás um modo de atuação: “é o nosso *atuar* que está no fundo do jogo da linguagem”, diz Wittgenstein (DC, 204). Não é que os critérios não possam ser justificados, mas que a justificação não se apresenta como requisito indispensável que figure na gramática destes.

Um outro aspecto que estende também a terceira característica dos critérios é o seu caráter relativo. E este possui dois sentidos: De um lado, os critérios empregados estão vinculados a circunstâncias em que são concretamente aplicados. Pode-se, assim, dispor-se de critérios diferentes para situações diferentes. Ou seja, o que conta como critério para falar de algo pode variar segundo o contexto em que a pessoa se encontra. De outro lado, há outro sentido para o caráter relativo: pode haver uma oscilação entre o que se toma por critério e o que se toma por sintoma. O que em umas circunstâncias funciona como critério, pode em outras circunstâncias funcionar como um sintoma. Isso leva de volta ao caso das proposições empíricas e proposições gramaticais as quais não têm um status definitivo e fixo (conforme análise do item “fundacionalismo”).

Assim, de acordo com a citação do *Livro Azul* de Wittgenstein tomada no início desse item, as sentenças que enunciam critérios têm um caráter tautológico, elas são proposições explicativas, gramaticais, que regem o uso de determinadas expressões; enquanto que as sentenças que enunciam sintomas são proposições empíricas, ampliativas, ou como disse Wittgenstein, hipotéticas. Portanto, o que conta como critério e o que conta como sintoma pode flutuar, como pode flutuar o que conta como proposição gramatical e como proposição empírica.

Wittgenstein assinala no *Livro Azul* mais um traço a respeito dos critérios:

Na prática, se vos perguntassem qual dos fenômenos é o critério de definição e qual é um sintoma, seriam na maior parte dos casos incapazes de responder a esta questão exceto tomando uma decisão *ad hoc* arbitrária. Pode ser útil definir uma palavra adotando como critério de definição um fenômeno, mais facilmente seremos induzidos a definir a palavra recorrendo ao que, de acordo com o nosso primeiro uso, era um sintoma. Os médicos usam nomes de doenças sem nunca decidirem quais os fenômenos que devem ser considerados como critérios e quais como sintomas; e isto não constitui necessariamente uma falta deplorable de clareza. Devem lembrar-se de que não utilizamos geralmente a linguagem de acordo com regras rigorosas – ela também não nos foi ensinada por meio de regras rigorosas. Nós, pelo contrário, nas nossas discussões, comparamos constantemente a linguagem com um cálculo que obedece a regras exatas. (CA, p.58)

Trata-se de que geralmente os critérios não são precisos mas vagos. Sua funcionalidade não deriva de uma presunçosa formulação explícita e definitiva, mas do fato de que sejam aplicados na prática de um modo regular e de ser reconhecidos efetivamente como critérios pela comunidade. Como apontou-se nos parágrafos anteriores, a linguagem está entrelaçada com a praxis e a constituição de algo como regra é sua aplicação repetida e seu uso público. Daí que os usuários de uma linguagem podem empregar os critérios de uma forma prática e efetiva sem ser capazes de identificá-los ou fazendo isso com dificuldade.

Finalmente, menciona-se aqueles casos em que se dispõe de vários critérios, em circunstâncias específicas, para a ocorrência de um mesmo fenômeno. Pode-se ter aí um caso que pode levar a um conflito, o que comporta uma ruptura do conceito uma vez que sua aplicação ou seu uso não estão claros e, assim, o que se considera critérios deixa de ser pois perderiam sua funcionalidade como tal.

4.3.2 PRAXIOLOGIA E AXIOLOGIA COMO ELEMENTOS PRÉVIOS À EPISTEMOLOGIA

Como se disse anteriormente, para Wittgenstein a ação é anterior ao conhecimento. Em DC ecoa a sentença conhecida do Fausto de Goethe: *“Im Anfang war die Tat”* (No princípio era a ato) (DC, 402). Assim, em Wittgenstein encontra-se a idéia de que há não somente uma praxiologia, mas também uma axiologia anterior à epistemologia. O jogo não começa com o saber e a dúvida, a racionalidade e a irracionalidade, etc, mas que estes se dão em um nível posterior: “A criança, em minha opinião, aprende a reagir de determinada maneira; e, ao reagir assim, ainda não sabe nada. O conhecimento só começa posteriormente” (DC, 538).

O jogo começa com a ação. E como já foi mencionado, adquire-se ou aprende-se os jogos de linguagem a partir de reações primitivas, da conduta instintiva. Ou seja, a partir de uma ação na qual se confia. Mas de uma maneira geral poder-se-ia dizer que o jogo de linguagem tem sua origem na praxis, e, que o que se aprende inicialmente é um modo de atuação. Se é, de algum modo, treinando nas regras do jogo, nos componentes que constituem o próprio jogo. E tal fato implica que ainda não se ponham em dúvida certos elementos do jogo, posto que se está precisamente adquirindo e estabelecendo aquele marco a respeito do qual posteriormente poderá se falar de “saber” e “dúvida”. Se está a falar de uma ação na qual se confia, não questionada.

A criança aprende a acreditar num grande número de coisas. Isto é, aprende a atuar de acordo com essas convicções. Pouco a pouco forma-se um sistema daquilo em que acredito e, nesse sistema, algumas coisas permanecem inabalavelmente firmes,

enquanto algumas outras são mais ou menos suscetíveis de alteração. Aquilo que permanece firme não o é assim por ser intrinsecamente óbvio ou convincente; antes aquilo que o rodeia é que lhe dá consistência. (DC,144)

Um aluno e um professor. O aluno não deixa que lhe expliquem nada porque interrompe continuamente com dúvidas, por exemplo, acerca da existência das coisas, significado das palavras, etc.. o professor diz: ‘Deixa de me interromper e faz como eu te digo. Até agora as tuas dúvidas não fazem sentido algum’. (DC,310)

‘Se ele põe isso em dúvida – seja o que for que signifique ‘dúvida’ aqui – nunca será capaz de aprender este jogo.’. (DC,329)

Realmente pretendo dizer que um jogo de linguagem só é possível se confiarmos nalguma coisa (não disse ‘podemos confiar nalguma coisa’).(DC, 509)

Assim, o aprendiz de um jogo confia nas instruções de seu mestre e atua sem saber, propriamente falando, e sem duvidar. Desta forma, adquire-se os elementos que constituem a gramática do jogo e que lhe permitirá jogá-lo.

E, o que *conta* como seu teste? ‘Mas este é um teste adequado? E, se for, não terá de ser reconhecido como tal pela lógica?’ – Como se dar razões não chegasse ao fim alguma vez. Mas o fim não é um pressuposto não fundamentado: é uma via de ação não fundamentada. (DC,110)

Mas a fundamentação, a justificação da evidência tem um fim – mas o fim não é o fato de certas proposições se nos apresentarem como sendo verdadeiras, isto é, não se trata de uma espécie de *ver* da nossa parte; é o nosso *atuar* que está no fundo do jogo de linguagem. (DC, 204)

Em outras passagens Wittgenstein indica que um ato de decisão é produzido como caráter prévio ao tipo de considerações daquilo que se poderia chamar de epistêmicas, como por exemplo, a respeito de um cálculo corretamente fixado ou sobre a validade de um conhecimento.

Contudo, num conjunto de cálculos, alguns podem designar-se como fiáveis de uma vez por todas, outros como não o sendo ainda. E agora, será isto uma distinção *lógica*? (DC, 48)

Lembre-se, no entanto: mesmo quando o cálculo não tem dúvidas para mim, isto apenas é uma decisão para efeitos práticos. (DC, 49)

Se alguém disser que não reconhecerá qualquer experiência como prova do oposto, isto é uma *decisão*. (...). (DC,368)

Por fim, a idéia de que a práxis é anterior ao conhecimento se manifesta também na noção de “forma de vida” de Wittgenstein, a respeito daquilo que é “dado”, o que “deve ser aceito” (IF, p. 292) , o que está “além de ser justificado ou injustificado” (DC, 358).

Desde a perspectiva defendida até aqui, passa-se, então, com este último item, a considerar um papel axiológico para as nossas atuações no jogo do conhecimento, o que se

chama de práxis de segunda ordem: a praxis valorativa. Isto é, segundo nossa interpretação das idéias de Wittgenstein.

Até onde se sabe, Wittgenstein não levou a cabo uma exposição sistemática mostrando quais são os valores com base nos quais aceita-se algumas produções científicas e reprova-se outras. Mas ele emprega e aplica alguns critérios tendo em vista tal objetivo. Assinala-se brevemente alguns destes critérios, a saber, a verdade, a justificação, a funcionalidade (ou sentido) e a clareza gramatical empregados por Wittgenstein em IF e em DC para avaliar os jogos de linguagem ou os movimentos em um jogo de linguagem. Eles são candidatos a serem considerados como valores epistêmicos wittgensteinianos.

A verdade: Wittgenstein parece defender uma concepção relativista da verdade, no sentido de que o valor de verdade de uma proposição é relativo aos critérios vigentes no jogo de linguagem a que pertencem (DC, 196). Tais critérios são proposições gramaticais que regem a aplicação dos termos da linguagem, constituindo, assim, o marco que permite falar de verificação ou falsificação de uma proposição. Mas é importante lembrar que os critérios sendo regras gramaticais à eles enquanto tais não são aplicáveis ao discurso veritativo da qual eles são condição: “Se o verdadeiro é o que é fundamentado, então o fundamento não é *verdadeiro* nem falso” (DC, 205).

Justificação: Pode-se dizer que uma cláusula de conhecimento está justificada quando os fundamentos permitem decidir a seu favor (DC, 200). E ao justificar um conhecimento deve-se responder à questão “como sei que ‘p’ é o caso?”, e assim aduzir “critérios” e/ou “sintomas”. Se na adução houver a presença de critérios, a justificação, ou seja, o que considera-se como apoio de uma proposição, será relativa ao jogo de linguagem.

Quanto ao sentido, faz-se necessário ter presente a distinção de Wittgenstein entre aquela proposição que possui sentido e aquela que carece dele (e ainda, as absurdas). Para Wittgenstein das IF o sentido de uma proposição é dado em seu uso no jogo de linguagem, quando esta representa um movimento válido e legítimo (IF, 500). Nesta perspectiva, o sentido refere-se à funcionalidade ou ao papel que uma proposição desempenha no jogo do conhecimento.

Clareza gramatical: Este critério permite diferenciar casos de jogos corretos ou de confusão conceptual, confusão essa que tem origem quando toma-se um jogo por outro sem fazer a distinção de sua “gramática superficial” e “gramática profunda” (IF, 664).

Pode-se encontrar também critérios a respeito dos quais se valorizam as ações que se dão no interior de um jogo de linguagem. A esse respeito, toma-se três deles: a racionalidade, a funcionalidade ou sentido e a correção gramatical.

Dessa forma, poderia se falar de ações racionais ou irracionais (segundo as razões apontadas pelos participantes para atuar do modo como o fazem), de ações com sentido (que desempenham um papel, uma função no jogo) ou de ações sem sentido (aqueles carentes de função), e de ações realizadas com correção gramatical (de acordo com as regras do jogo) ou gramaticalmente incorretas (quando se segue regras estranhas ao jogo).

A propósito da racionalidade de uma ação, pode-se dizer que para Wittgenstein as razões se dão em um jogo de linguagem, e, ao tentar justificar uma ação ou proposição como um movimento legítimo no jogo busca-se outra ação ou proposição que é outra jogada ou movimento do próprio jogo, e que serve de apoio à primeira. E isto se dá porque “aquilo a que me agarro não é *uma* proposição, mas um conjunto de proposições” (DC, 225).

Assim, como foi dito, as razões que constituem as justificações para os nossos lances (que se dão somente) no interior do jogo de linguagem são relativas, ou seja, o que funciona como razão válida em um jogo pode não sê-lo em outro.

Tem-se argumentado durante todo este item, sobre a necessidade de critérios públicos e intersubjetivos do conhecimento assim como uma praxiologia e uma axiologia que encaixe no pensamento de Wittgenstein como elementos prévios para se falar em reflexões epistemológicas de Wittgenstein. A argumentação procurou apontar uma característica das reflexões epistemológicas de Wittgenstein, a saber, o externalismo, a posição que defende que tudo é aprendido.

4. 4 A QUESTÃO DO FUNDACIONALISMO

O fundacionalismo de Wittgenstein é, segundo Stroll, “uma visão do efeito de que a certeza sustenta-se em uma relação fundacional com o jogo de linguagem em si” (STROLL, 1994, p. 141). Como evidência, Stroll cita cerca de 60 observações de tipo fundacional, que compreendem um décimo das observações totais em DC.

De acordo com Stroll, Wittgenstein distingue o que é básico e que muda com o tempo em termos “proposicionais” e “não-proposicionais”. Dentro do escopo dos primeiros, ele

distingue formas “relativas” e “absolutas” de certeza. As primeiras envolvem as proposições dobradiças, as quais podem ser postas em dúvida em alguns contextos, mas não em outros, enquanto as últimas envolvem proposições que nunca se pode pôr em dúvida, elas são aquilo que “aparece como seguro”, e, portanto aquilo em que se fundamentam, se baseiam e são possíveis nossos jogos de linguagem. Mas não há em Wittgenstein um fundacionalismo homogêneo, como é o caso de Descartes.

Neste aspecto, as “proposições articuladas” não são propriamente proposições. E é esta última idéia que Stroll vê como desenvolvimento da fase de maturidade representada por DC, com a seção 204 supostamente marcando a virada crucial.

Mas a fundamentação, a justificação da evidência tem um fim – mas o fim não é o fato de certas proposições se nos apresentarem como sendo verdadeiras, isto é, não se trata de uma espécie de *ver* da nossa parte; é o nosso *atuar* que está no fundo do jogo de linguagem. (DC, 204)

Entretanto, ele reconhece que é problemático para a sua leitura o fato de que Wittgenstein às vezes vacila entre as descrições proposicionais e não-proposicionais do que é fundacional. Consequentemente é a idéia mais radical – que a fundação de nossas práticas diárias relacionadas ao conhecimento e à vida é tal que não pode ser por si mesma inteligivelmente trazida em questão porque ela é não-proposicional – que separa as visões de DC dos seus trabalhos anteriores.

Mas, a defesa de Stroll parece imediatamente suspeita dado que a ênfase anti-teórica de Wittgenstein deve evocar cuidado em comprometê-lo a um “ismo”, como fundacionalismo no sentido de que isto implicaria que ele propõe uma teoria epistemológica. Inclusive, Stroll reconhece que corre o risco de atribuir a Wittgenstein uma posição ou doutrina e desse modo - dada sua reprovação da idéia de que a filosofia deve desenvolver teses – ameaça a cair em sua própria cilada.

O que salva Wittgenstein deste destino desconfortável é que sua forma de fundacionalismo não é meramente não-convencional, mas o é de uma maneira que o impede de teorizar sobre ela ou tratá-la como o produto de uma teoria. Isto é uma característica do caráter peculiarmente heterogêneo do conhecimento, a base de apoio que não pode ser caracterizada em termos categóricos.

Quer dizer, as bases genuínas do conhecimento estão na certeza que se manifesta em nossas ações, de uma maneira que não pode ser justificada ou explicada. Com respeito a isto, ele é diferente de todas as formas tradicionais de fundacionalismo epistêmico, como o racionalismo ou o empirismo, as quais tratam as fontes do conhecimento como dependentes ou derivadas de princípios inatos ou dados sensoriais que, pelo menos em princípio, se tornam

inteligíveis pelo apelo às mesmas categorias que são delas derivadas. Portanto, Stroll, ao chamar Wittgenstein de fundacionalista, não atribui a ele uma “posição” filosófica.

Uma segunda objeção diz respeito à caracterização formal de fundacionalismo e a maneira com que suas metáforas concomitantes nos encorajam a encontrar uma dependência assimétrica de nossas práticas daquilo em que se baseiam. Neste sentido, Richter (2001) ressalta que, por um lado, nada pode ser um “rei do xadrez” fora de um jogo de xadrez, e por outro lado, nada pode ser um jogo de xadrez sem algo para desempenhar o papel de rei. Li (1999) chega à mesma conclusão de uma maneira que é mais diretamente pertinente às preocupações de DC. Li escreve:

Eu acho que Stroll está certo em dizer ‘que a Terra é muito antiga é uma preocupação pressuposta por pessoas comprometidas em algum interrogatório histórico, antropológico, geológico ou etimológico. Neste sentido, as proposições de história, geologia, e assim por diante, ‘dependem delas’. Mas é verdade que [‘a proposição ‘A terra é muito antiga’] não dependerá delas [das proposições de história, geologia, e assim por diante]’? Sem ao menos alguma das proposições de história, geologia, e etc, a proposição ‘A terra é muito antiga’ é *sem sentido*. Neste sentido, a proposição ‘A terra é muito antiga’ também ‘pressupõe’ (‘depende de’) as proposições da história, geologia, etc. (LI, 1999, p.12)

Em ambos os casos, os exemplos servem para destacar a idéia de que não se pode separar claramente ou distinguir a base do que a apóia/suporta. Estes tipos de considerações foram feitos para levar a concluir que os dois estão em um importante sentido no mesmo nível, e, portanto, um não é mais dependente do que o outro. O ponto crucial é que ambos os críticos sustentam que o que pré-condiciona as práticas não pode ser “logicamente ou temporariamente anterior” a elas (LI, 1999, p. 13; RICHTER, 2001, p. 355).

Parece ser possível sustentar que, para Wittgenstein, a nossa forma de vida é fundacional no sentido de que ela engloba o escopo das várias práticas e só pode ser caracterizada pela exploração da gama inteira de práticas nas quais se engaja e nas quais vai se engajar. Assim, deve-se tomar como certo, como não-questionado, que a Terra é muito antiga se se começa a se engajar em práticas investigativas mais específicas com relação ao passado. O fato de que “tomar como certo” pode apenas se expressar dentro e através dessas práticas não derruba a idéia de que este compromisso deve se mostrar de uma maneira que é mais fundamental do que qualquer dessas práticas (e não vice-versa).

Visto sob esta luz, parece ser possível sustentar a idéia de que há um tipo de refúgio onde repousam as práticas, enquanto ao mesmo tempo este refúgio é algo intrínseco a elas. Richter concorda com Phillips de que não precisa haver tensão entre as idéias da maneira sugerida pela observação de Phillips, a qual Richter aprovadamente cita, de que “eles não são as bases das quais nossas maneiras de pensamento dependem (fundacionalismo), mas são

básicos em nossas maneiras de pensamento” (RICHTER, 2001, p. 356 citado por PHILLIPS, 1995, p.123).

Apesar da abordagem de Stroll ser de extremo valor, deve-se temer que ela seja vulnerável em outras frentes. Diferente das abordagens tradicionais, não há sentido no qual Wittgenstein considera as formas supervenientes do conhecimento derivadas ou inferidas a partir da base subveniente. Não obstante, Stroll defende que a contribuição proposicionalista anterior de Wittgenstein da certeza tem precisamente esta característica. Ele escreve: “...assim como as proposições ou até pseudo-proposições ou as regras gramaticais são concebidas como produtos da atividade racional, a nova visão se opõe a qualquer contribuição desse tipo”. O contraste entre as duas considerações que Stroll encontra em DC está na idéia de que uma (a da racionalidade do conhecimento), mas não a outra, considera o conhecimento comum como o “produto do raciocínio e da intelecção” (STROLL, 1994, p. 157-8).

Mas, para Wittgenstein não existe esta distinção entre o genuinamente proposicional com relação às famosas “proposições dobradiças”, salvo sua aparência exterior. Estas são proposições apenas no nome; chamá-las assim é mal nomeá-las. Elas não funcionam como proposições comuns e, portanto, devem ser classificadas como não-proposicionais. Além disso, uma vez exposto que elas operam como regras gramaticais, torna-se claro que elas nem fundamentam racionalmente outros domínios de conhecimento nem podem ser descobertas por meio de raciocínio.

Sob esta perspectiva, o máximo que se pode considerar é que as “proposições dobradiças” como expressões destas regras sedimentares, emprestando a própria frase de Stroll, nós as “absorvemos” no curso do treinamento de tal maneira que elas se tornam de natureza secundária para nós. Apenas com respeito a isso, elas podem ser contrastadas significativamente com nossas respostas animalísticas, instintivas: aquelas que constituem nossa natureza primária e que fornecem “os passos preliminares em direção a agir de acordo com uma regra” (ver RFM, cap. VI 43).

Estas considerações expõem uma objeção mais séria da caracterização de Stroll do fundacionalismo de Wittgenstein, com relação à maneira que ele tenta entender o que é básico ou fundamental às nossas práticas. Ele identifica “vários candidatos para o F [o que é absolutamente fundacional para os jogos de linguagem], e todos eles são não-intelectuais. Entre eles estão *agir, ser treinado em práticas comunais, instintos, etc*” (STROLL, 1994, p. 146). Stroll admite que análises mais profundas podem revelá-los serem fundacionais de vez em quando, mas diz que Wittgenstein falhou em dar seqüência a esta investigação antes de sua morte. Mas isto não parece estar bem explicado. Não faltou tempo para Wittgenstein se

engajar nesse tipo de análise, do que só pode se manifestar dentro e através das nossas atividades em seus diferentes aspectos. Estas noções não estão claramente distintas em seu pensamento, mas elas todas caracterizam o que é básico à nossa forma de vida.

Confusões deste tipo levam à tentativas infrutíferas de separar as várias contribuições feitas à nossa forma de vida pelo mundo, nossas práticas comunais e nossa natureza mais animal. É verdade que Wittgenstein às vezes descreve nossa forma de vida em relação às respostas naturais e instintivas de uma maneira que a coloca além da justificação, como em DC, (358-9), que é proeminentemente citada por Stroll. Em outros lugares, porém, ele fala dela em conexão às nossas práticas mais sofisticadas que dependem de “inculturação” (IF, 19, 23). Mas é um erro pensar que estas visões ocorrem de vez em quando ou que elas apontem duas considerações diferentes da nossa forma de vida. As observações similarmente assistemáticas nesta visão servem como uma indicação de que ele pensava que a nossa forma de vida fundamenta as possibilidades para a nossa existência em ambas (natureza e cultura) entrelaçada.

As nossas respostas naturais, animais, fundamentam, mas não circunscrevem a total gama de possibilidades que se manifestam em nossas atividades sofisticadas, culturais e comunais. Portanto, é errado pensar que elas estão de alguma maneira competindo, como parece indicar Stroll, ao discutir suas inter-relações como aparecem na última parte de DC. A nossa forma de vida é inclusiva tanto das nossas reações naturais quanto da nossa educação, ambas as quais estão inexplicável e intrinsecamente ligadas ao mundo. Como poderíamos imaginar uma separação? Os limites do mundo são revelados apenas através dos nossos compromissos ativos com ele. Além disso, o mundo determina a viabilidade de nossos vários conceitos e práticas.

A total gama de possibilidades que compreende a nossa forma de vida não é fixa ou definível; a possibilidade de mudança está sempre presente (DC, 63, IF, 230). Portanto, é particularmente importante resistir a certa leitura relativista que faz com que pareçam que poderiam existir várias “formas” exclusivas de vida humana como oposição a uma única faixa de possibilidades. Visto dessa maneira, e com as advertências cruciais propostas acima, pareceria que a atribuição de uma forma heterogênea de fundacionalismo não procede. É apenas clareando estas questões que pode-se abrir caminho para uma caracterização apropriada de suas idéias.

Ao desenvolver a noção de forma de vida, Wittgenstein deixou claro que não há entendimento de nossa forma de vida a partir de algum “esconderijo” teórico fora das

atividades e práticas que ela torna possível. Não há nada acima ou abaixo das formas de vida que possa prover prova ou justificção para os propósitos filosóficos. Assim a nossa forma de vida não pode ser explicada e, portanto, prover um limite, já que o limite também é o fundamento de todo interrogatório, de todo o dizer e fazer. Pode-se apenas explorá-lo. É por isso que alguns filósofos erram ao tentar teorizar e dar explicações de tópicos relacionados a estas questões fundamentais; ao invés, eles devem meramente descrever e ser vigilantes com relação às transgressões de sentido, ocasião por ocasião, o que significa ser um pouco mais criteriosos.

4.5 “PADRÕES DE VIDA”: UM CONCEITO DO *TERCEIRO* WITTGENSTEIN²⁸

A partir de 1946, Wittgenstein se ocupa largamente em descrever as variedades da indeterminação do comportamento humano e seu papel em determinar os conceitos psicológicos.

Os filósofos analíticos como Carnap (1928; 1932) e Frege (1884), inspirados pela noção de uma linguagem ideal, trataram a indeterminância do sentido como um defeito a ser reparado pela substituição da linguagem psicológica por uma linguagem adequada para uso na ciência rigorosa (física).

Em contraste, Wittgenstein parece admitir que muitas das proposições que formulamos sobre o mundo e as outras pessoas são vagas ou indeterminadas, e que nossos conceitos psicológicos como, por exemplo, alegria, dor, amor e raiva não podem ser simplesmente descritos. Ele introduz, então, o conceito de “padrões de vida”, ou “padrões de comportamento” (LW, 211; LW I, 913), legatário da sua noção mais familiar de “forma de vida”.

Uma outra noção relacionada que pode ter servido como modelo para os padrões de vida é a noção de “expressão facial”, que desempenha um papel importante em seu trabalho. Nos livros publicados de Wittgenstein não há pistas da leitura do livro de Darwin, mas em seus manuscritos há uma referência que fornecem evidências claras de sua leitura, com simpatia, de *A expressão das emoções no Homem e nos Animais* (1872). Uma comparação detalhada do livro de Darwin e das observações esparsas de Wittgenstein sobre as expressões

²⁸ As principais idéias contidas nesta seção tem muito do trabalho de Michel ter Hark em seu artigo ‘Patterns of life’: a third Wittgenstein concept” in *The Third Wittgenstein: the post-investigations Works* editada por Moyal-Sharrock, 2004.

(faciais) e emoções subsequentemente mostra que a extensão da influência do trabalho de Darwin pode ser muito maior do que simplesmente a referência a ele²⁹.

Um dos objetivos de Darwin era derrubar as visões criacionistas dos humanos e de suas expressões emocionais, e advogar a idéia de que os comportamentos associados a ela podem ser entendidas geneticamente em termos de suas origens ancestrais. Para isso, ofereceu vários princípios explanatórios para a origem das expressões (DARWIN, 1872, p. 352), entre os quais, o princípio da antítese, que enfatiza uma ligação íntima entre instinto e intelecto (DARWIN, 1872, p. 351)³⁰, importante para a investigação de Wittgenstein dos conceitos das expressões faciais e, de forma mais geral, dos padrões.³¹

De alguns dos comentários conclusivos do princípio (descritivo) da antítese de Darwin³², dois elementos importantes podem ser percebidos. O primeiro é a defesa de Darwin

²⁹ Deve-se, porém, ser cuidadoso com a palavra “influência”, já que não há evidências para assumir que Wittgenstein estava interessado no que indubitavelmente Darwin tomou como a substância principal de seu livro: sua explicação revolucionária das expressões faciais. Pelo contrário, Wittgenstein parece estar interessado apenas nos aspectos descritivos da teoria de Darwin. Em particular, as lembranças históricas naturais de Wittgenstein da “fundação natural” da linguagem psicológica mostram claros traços de descrições darwinianas do comportamento animal e humano.

³⁰ Apesar de Wittgenstein não estar preocupado em oferecer uma teoria (evolutiva) explicativa das expressões e emoções faciais, seu pensamento sobre a gênese conceitual dos jogos de linguagem mostra uma ênfase similar do papel que ele chama de instinto. Jogos de linguagem, como ele coloca, não tem sua origem em consideração. Consideração é parte do jogo de linguagem (RPP, 632). Em DC ele diz: “A linguagem não surgiu de uma espécie de raciocínio” (DC,475). E em *Zettel*: “Nosso jogo de linguagem é uma extensão do comportamento primitivo (quando nosso jogo de linguagem é comportamento) (instinto).” (Z, 545)

³¹ Wittgenstein alude ao princípio da antítese em um manuscrito que tem sido uma das fontes para o primeiro volume de *Remarks on the Philosophy of Psychology*:

“Amor e ódio são sentimentos opostos. Ou pelo menos fundamentalmente diferentes”. Eles são tão diferentes quanto o branco e o preto, ou o vermelho e o verde.

E se alguém disser, são os conteúdos do sentimento tão opostos? E realmente existem sentimentos na alma? Eles não deveriam ser sentimentos do corpo? Pois considere: O que você sente quando você ama alguém e quando você odeia alguém? - Para uma resposta a esta questão você pensa em suas expressões faciais, em seus movimentos; ou a respiração e a batida do coração também são diferentes? E também os sentimentos dos músculos!

Pense no comportamento de amor e de ódio animais! (Darwin) – Mas o quanto aqui é realmente sentimento? Quando eu digo ‘Eu te amo’ ou ‘Eu o amo’, em que extensão isso está realmente relacionado a sentimentos?”. (MS 134, 166-167)

O próprio uso de Wittgenstein do termo ‘oposto’ em relação ao amor e ao ódio parece mostrar que ele estava bem ciente do princípio explanatório de Darwin, o princípio da antítese. Este princípio é baseado no trabalho descritivo que mostrou que estados mentais opostos são expressados através de comportamentos opostos na aparência.

Para explicar o princípio da antítese Darwin usa o exemplo de um cão se aproximando de um homem estranho. Neste estado mental hostil, o cão anda ereto e firmemente, mantém sua cabeça levemente levantada e seu rabo ereto e rígido. Suponha que o cão descubra que o homem não é um estranho, mas sim seu dono, “...observe como sua aparência toda é completa e instantaneamente revertida. Ao invés de andar eretamente, seu corpo se dobra e seus movimentos são flexíveis, seu rabo abaixa e sacode de um lado para o outro”. (DARWIN, 1872, p. 56)

³² Como as seguintes passagens podem exemplificar: “Não é, então, difícil representar a afeição em um cão, enquanto está recebendo carinho de seu dono e abanando o rabo, assim como a essência da expressão repousa nos contínuos movimentos flexionados” (DARWIN, 1872, p. 56); e “O estudo da expressão é difícil, devido aos movimentos serem freqüentes, extremamente sutis e de natureza passageira. Uma diferença pode ser claramente percebida e ainda assim pode ser impossível de atestar no que a diferença consiste” (DARWIN, 1872, p. 19).

de que a flexibilidade e a mobilidade das expressões faciais são parte de sua essência. O segundo é a dificuldade de estudar e descrever as expressões faciais, devido à sua natureza passageira. Especialmente a interpretação de Darwin desta dificuldade e seu uso relacionado do termo “impossível” podem ter sido para Wittgenstein um exemplo da explicação da indeterminância psicológica em termos epistemológicos, como um defeito de nossas evidências.

Observações mais gerais parecem deixar claro que para Wittgenstein a flexibilidade e a mobilidade da expressão e do gesto são tão importantes para a atribuição de conceitos psicológicos aos seres vivos como as expressões características de alegria ou tristeza (LW II, 65). Como ele observa: “A variabilidade em si é uma característica do comportamento sem a qual o comportamento seria para nós algo completamente diferente. (As características faciais próprias da raiva, por exemplo, não são mais significativas que sua mobilidade)” (RPP II, 627).

A razão pela qual Wittgenstein classifica a mobilidade e a flexibilidade entre as características fisionômicas (e não anatômicas) das expressões parece basear em seu papel em nossas formas de vida e jogos de linguagem. E de fato, o princípio de Darwin da antítese, e especialmente a flexibilidade e a mudança de expressões e gestos, parecem ser bons exemplos do que Wittgenstein chama de fatos de nossa forma de vida tão familiares para nós.

As características das expressões faciais recém descritas podem ser usadas para explicar a noção dos padrões de Wittgenstein com mais detalhes. De fato, elas são uma parte proeminente deles. Segundo Eike von Savigny (1996), é imprescindível distinguir entre o padrão e os “elementos” em que um padrão se manifesta ou se expressa. Elocuções lingüísticas, gestos, ações e olhares são os elementos que podem manifestar padrões psicológicos particulares, assim como as cores e fibras em uma fábrica de tecidos formam o padrão de tecido.

Como Wittgenstein coloca por analogia: “Uma boca sorridente *sorri* apenas em um rosto humano” (IF, 583), pode-se dizer que uma face sorridente expressa felicidade apenas contra o contexto maior de comportamento da pessoa. O significado de “felicidade” não é sua referência a um ou a outro elemento independente do contexto, e neste sentido “elemento” não deve ser entendido em termos de uma teoria referencial da linguagem. É necessário identificar seu contexto, pois o significado das expressões faciais é um significado contextualizado, em termos do que precedem e do que elas fazem parte.

Assim como as expressões faciais, os padrões maiores, dos quais elas fazem parte, são variáveis, irregulares e entrelaçados com muitos outros de múltiplas maneiras (RPP II, 672-3)

e nenhum dos elementos é essencial ao padrão. Por exemplo, embora sorrir seja uma característica saliente do padrão da felicidade, ele não é uma condição necessária nem suficiente para se estar feliz. Sorrisos podem ser parte dos padrões da raiva, medo e mágoa e pessoas que estão felizes não precisam sorrir.

Em resumo, não existe resposta definida para qual combinação de exemplos é necessária para tipos de padrões faciais e qual combinação é suficiente. Ao invés disso, existe uma grande variedade de elementos, todos eles tendo algo a ver com a aplicação de termos como “raivoso”, “tímido” ou “irritado”, ainda que sejamos incapazes de traçar qualquer contorno bem definido entre aqueles elementos que são e que não são suficientes e/ou necessários.

Este ponto não apenas aplica-se a padrões faciais, mas também ao contexto maior do qual os padrões faciais são uma característica saliente. A variabilidade e a irregularidade, então, são características constitutivas e não acidentais de padrões comportamentais sem os quais o comportamento humano seja algo completamente diferente para nós. Os padrões são interligados a outros padrões na vida humana. Isto significa que existem transições graduais entre padrões e, portanto, não há ruptura bem delimitada entre eles.

O conceito de tal curso é, entretanto, indeterminado no sentido de que ele não é uma propriedade de um elemento separado em um tempo específico. O que se pode dizer é que apenas dentro de um padrão de vida alguém pode, por exemplo, mentir, mas exatamente quando este padrão começa ou em que ponto determinado existe uma transição de um padrão precedente pare este são questões que não faz sentido serem feitas.

Ao invés de superestimar a importância do conceito de comportamento estreito para a linguagem psicológica, Wittgenstein dá uma visão mais atenuada do papel do comportamento estreito, ao comparar a relação entre o que acontece no “palco” do comportamento estreito e dos contextos-padrão com o seguinte caso: um tabuleiro vazio de xadrez está em algum lugar, e próximo a ele estão algumas peças de xadrez. Poucas pessoas se aproximam, e uma delas coloca 2 ou 3 figuras no tabuleiro e a outra também o faz; uma delas faz um movimento, um contra-movimento segue, e todo o tempo eles estão fazendo caras ou dizendo coisas como “Isto foi idiota!”, “Aí está você!”. E daí por diante, e então eles param. “A coisa inteira seria impossível se eles não soubessem jogar xadrez; mas o que ocorre é um fragmento de um jogo de xadrez” (LW I, 914).

Os julgamentos ou reações aos pensamentos e sentimentos das outras pessoas é frequentemente muito fragmentário. Tão fragmentário que se pode não ser capaz de discernir certos padrões psicológicos nos movimentos corporais. Como, novamente, o exemplo do

conceito de mentir. A evidência para dizer ou supor que uma pessoa está mentindo é tipicamente muito fragmentária. A evidência talvez não seja mais do que uma breve distorção do rosto. Para se falar sobre mentir (na primeira e na terceira pessoa), entretanto, um contexto complicado (a presença, por exemplo, de um motivo e de uma ocasião para mentir assim como razões para suspeitar por parte da vítima da mentira) deve ser pressuposto. Simplesmente dizer algo que não seja verdade não é mentir.

A dependência dos conceitos psicológicos sobre os padrões de vida implica que o seu uso é governado por uma multidão solta e variável de descrições a qual pode ter falta de um sentido determinado ou definido. A atenção de Wittgenstein ao verdadeiro funcionamento dos conceitos psicológicos parece atender ao seu objetivo de levar a aceitar a indeterminância, a incerteza e a imprevisibilidade do comportamento humano como parte de sua essência.

Como aponta Wittgenstein: “Se um padrão de vida é a base para o uso de uma palavra, então a palavra deve conter alguma quantidade de indeterminância. O padrão de vida, afinal, não é de exata regularidade”. (LW I, 211). Há claros traços darwinianos desta terceira característica de padrões no trabalho de Wittgenstein. Como observa Darwin: “Vemos que nenhuma linha abrupta de demarcação pode ser traçada entre o movimento das características durante a gargalhada mais violenta e um sorriso muito débil” (DARWIN, 1872, p. 208-209).

Dada a leitura de Wittgenstein de Darwin, pode-se supor que esta observação o leva à seguinte observação conceitual, que enfatiza a ligação entre os padrões e a indeterminância: “Evidências suficientes tornam-se insuficientes sem uma linha divisória. Uma fundação natural para a maneira com que este conceito é formado é a natureza complexa e a variedade das contingências humanas” (RPP II, 614). E exemplifica a importância da mobilidade de nossa fisionomia: “É como se alguém estivesse tentando imaginar uma expressão facial não suscetível de alterações graduais ou sutis, mas que tivesse cinco posições... seria este sorriso fixo realmente um sorriso? E por que não? Eu poderia não ser capaz de reagir como eu faço a um sorriso. Talvez isso fizesse com que eu não sorrisse” (RPP II, 614).

Como estas observações parecem deixar claro, Wittgenstein rejeita uma explicação de indeterminância em termos de deficiências na evidência tentando traçar uma diferença, de um lado, a indeterminância como uma característica constitutiva dos jogos de linguagem que se joga com conceitos psicológicos, e de outro lado, a incerteza epistêmica, ele distingue entre incerteza subjetiva e incerteza objetiva³³.

³³ A incerteza subjetiva é uma forma de incerteza epistêmica resultante de existir informação disponível insuficiente para determinar se um certo termo se aplica ou não. Em tais casos, não se é capaz de dar uma

A dependência dos conceitos psicológicos nos complexos padrões da vida, portanto, abre uma possibilidade de desacordo e incerteza, que é característica dos julgamentos psicológicos. Como observa Wittgenstein: “Dadas as mesmas evidências, uma pessoa pode estar completamente conhecida e a outra não. Nesta consideração nós não excluimos nenhum dos dois da sociedade como sendo incapazes de julgamento” (RPP II, 685).

Desacordos entre duas ou mais pessoas que assiste ou julga a mesma ação ou expressão é uma ocorrência comum na vida diária, assim como nos laboratórios psicológicos. Wittgenstein contrasta, nesta questão, julgamentos sobre as cores dos objetos ou proposições matemáticas com os julgamentos psicológicos. Quando surgem discordâncias sobre a cor de um objeto ou a medida de um bastão, as pessoas usualmente podem localizar a fonte de desacordo. Eles medem o bastão novamente, se necessário com um objeto. Se eles ainda não chegam a um termo, eles podem decidir que um deles deve estar enganado em suas observações ou que um deles quer dizer algo diferente por um certo termo.

Em casos de desacordo sobre a sinceridade das palavras ou expressões de alguém a “indecidibilidade” não denota nem uma deficiência na habilidade ou conhecimento nem um comando inadequado de certos termos. Na verdade, a indeterminância é a característica constitutiva daqueles julgamentos, uma característica que se separa das medições dos objetos físicos ou dos julgamentos sobre as cores e aponta para afinidades entre julgamentos psicológicos e julgamentos estéticos.

Discussões sobre trabalhos de arte também podem terminar ao se admitir que a outra pessoa vê ou ouve as coisas de modo diferente, sem entretanto, implicar que ela erra. Se há desacordo sobre a interpretação de um trabalho de arte, não existem critérios conclusivos que as pessoas possam usar para fechar a disputa. Existem critérios, mas eles são (objetivamente) incertos, ou seja, eles mesmos não estão além da disputa interpretativa e apelar a eles requer o mesmo grau de percepção do que para fazer os próprios julgamentos. A ausência de critérios conclusivos, portanto, não é uma deficiência nas evidências.

A atribuição de muitos conceitos psicológicos, então, depende do que as pessoas dizem e fazem, mas se o que elas dizem e fazem expressam esperança, crença, alegria genuína ou fingida, pode ser julgado apenas ao se levar em consideração o contexto maior e irregular

resposta definida, mas se sabe bem qual tipo de observações levariam a uma resposta positiva ou negativa; é que no momento não se está em posição de fazer tais observações por causa da falta de tempo, das evidências insuficientes e dos instrumentos adequados. A incerteza objetiva dos julgamentos psicológicos, em contraste, não é (apenas) devido à falta de conhecimento ou evidências; ao invés disso, a incerteza vale-se de uma diferença na maneira dos motivos e sentimentos julgadores e por outro lado, da extensão dos objetos físicos. Como Wittgenstein coloca, é “uma indeterminância na natureza do jogo, na evidência admissível” (LW I, 888).

de seu comportamento lingüístico e não-lingüístico. A evidência para atribuir humores e atitudes intencionais a outra pessoa não consiste, portanto, de fatos obtidos no momento da atribuição, mas em seu contexto circundante (e temporal) irregular.

A consideração de que uma atitude de confiança entra no significado de alguns conceitos psicológicos, abre espaço para discrepâncias nos julgamentos das pessoas sobre os pensamentos, sentimentos e sonhos, já que as pessoas diferem tanto em quão confiáveis e dignas de confiança elas são. Wittgenstein não nega as indeterminâncias. Pelo contrário, o objetivo de seu apelo aos critérios é precisamente enfatizar as importantes, mas facilmente verificáveis diferenças entre os critérios indeterminados para processos interiores (por exemplo, a confirmação da própria pessoa) e os critérios determinados para processos físicos (internos), e, portanto deixar claro que a indeterminância psicológica não tem nada a ver com divisões ontológicas intransponíveis nem com defeitos epistemológicos, e todas as coisas com a enorme variedade e flexibilidade da vida humana.

É necessário perceber suficientemente quão profundas são as reflexões de Wittgenstein em seus últimos trabalhos para então poder avançar na compreensão de seus pensamentos.

CONCLUSÃO

DC leva a certas contribuições extremamente importantes e originais para a filosofia de modo geral. A idéia de um *terceiro* Wittgenstein proposta por alguns comentadores, entre eles, Sharrock, Von Wright, Stroll e Hacker, é ainda controvertida entre os especialistas. Segundo Wright, trata-se de uma fase de Wittgenstein que “começa com a Parte II de IF, o volume escrito entre 1946 e 1949” (WRIGHT, 1982, p.182). Em concordância com Von Wright e Hacker, Sharrock, por exemplo, não considera pertencer a IF o que foi publicado como Parte II de IF. Von Wright, por sua vez, diz: “Eu me inclino à opinião de que a Parte I de IF é um trabalho completo e que os escritos de Wittgenstein de 1946 em diante representam de certa maneira partidas em *novas* direções” (WRIGHT, 1982, p. 136). E ainda: “Os escritos que formam a Parte II do trabalho impresso sempre me parecerão partidas em uma direção *modificada*” (WRIGHT, 1982, p. 187).

Peter Hacker escreve: “IF, assim como foi composto por Wittgenstein, termina no parágrafo 693.” (HACKER, 2000, p. 16). É por isso que, como Hacker explica no último volume de seu *Comentários* sobre as IF, ele não considerará os comentários além da Parte I:

Prof. G. H. Von Wright escreveu que ele ‘inclina-se à opinião de que a Parte I de IF é um trabalho completo e que os escritos de Wittgenstein de 1946 em diante representam de certa maneira partidas em *novas* direções’ (1982, p. 136), uma opinião com a qual eu concordo. De acordo com isso, não é, e nunca foi, minha intenção continuar este comentário analítico nas IF além do parágrafo 693. Se Wittgenstein teria ou não incorporado a Parte II na Parte I em algum ponto, não importa, o fato é que ele *não* o fez. A Parte II não é uma parte do mesmo livro. (HACKER, 2000, p. 16-17)

Como especula Hacker, a Parte II de IF pertence às últimas investigações de Wittgenstein sobre a psicologia filosófica: “Pode ser que, se Wittgenstein tivesse vivido e continuado suas últimas investigações na psicologia filosófica, ele tivesse incorporado esta grande quantidade de material posterior (IF Parte II) em um volume separado da filosofia da psicologia” (HACKER, 2000, p. 17).

Se Wittgenstein teria ou não incorporado o material da Parte II de IF em um volume separado devotado aos seus pensamentos na filosofia da psicologia, ainda assim a Parte II temática e cronologicamente pertence a estes escritos (WRIGHT, 1982, p. 59). Sharrock concorda portanto com Hacker e Von Wright em ver a Parte I de IF como um trabalho completo e os escritos de 1946 em diante como partidas em *novas* direções. E considera o conteúdo do *terceiro* Wittgenstein como consistindo essencialmente de todos os seus escritos a partir de 1946. Isto inclui DC, RC, Z e todos os escritos na psicologia filosófica, incluindo a Parte II de IF.

Para Sharrock (2004), dizer, como Von Wright faz, que desde 1946 até sua morte em 1951, Wittgenstein tomou ‘novas direções’ não significa dizer que ele não tenha anteriormente abordado os assuntos que o ocuparam nestes anos, como a epistemologia, a filosofia da psicologia e a filosofia das cores, mas que agora ele os aborda *diretamente*, devotando a eles a atenção concentrada que geram seus respeitados trabalhos que são DC, LW I e II e RC (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 02).

Se Wittgenstein tivesse anteriormente se voltado a estes assuntos, adiciona Sharrock, ele não teria alcançado uma apresentação deles suficientemente perspicaz e capaz de resolver os problemas, porque alguns pontos de DC tinham sido tratados superficialmente em trabalhos anteriores, mas sua reformulação em DC parece levar o próprio Wittgenstein a se surpreender pelas novas conclusões a que chega. De fato, muitas das reflexões em torno de DC reforçam a premissa de que, ao reanalisar alguns problemas filosóficos, o *terceiro* Wittgenstein encontra soluções que aludem ao segundo Wittgenstein (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 02).

Os reajustes ou recategorizações conceituais do *terceiro* Wittgenstein o permitem remodelar o perfil da epistemologia e seus componentes: ele aponta para o mau uso do conceito de conhecimento, acentua a confusão de conhecimento com *alegação* de conhecimento, e indica uma exclusão entre o conhecimento e a certeza primitiva que resulta numa posterior exclusão da epistemologia e sua redefinição como uma *forma de agir* (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 03, 93, 104).

As repercussões das reflexões epistemológicas de Wittgenstein para a filosofia são enormes: a lacuna entre nossas crenças básicas e nossas ações deixa de existir. O dualismo mente-corpo é visto como um falso problema. Mas a recategorização epistemológica de Wittgenstein também resulta na maior conquista do *terceiro* Wittgenstein: sua desmitificação do ceticismo³⁴.

Na filosofia da psicologia, também o *terceiro* Wittgenstein faz uma abordagem nova. Obviamente, sua incursão na filosofia da psicologia começa bem antes que 1946, e a *gênese* dos conceitos como ‘ver’ ou aspectos darwinianos, ‘experiência mental’, indeterminação filosófica dos ‘padrões de vida’, que o *terceiro* Wittgenstein introduz ou reanalisa, podem ser encontrados em observações anteriores (muitas delas nos *Livros Azul e Marron*), mas não há dúvida que é material genuíno do *terceiro* Wittgenstein.

Ao Prefaciar sua elucidativa “paráfrase” das passagens sobre o trabalho de Wittgenstein, Gerd Brand (1979) escreve:

³⁴ Vários termos tem sido usados para qualificar a relação de DC com o ceticismo – ‘dissolução’, ‘refutação’, ‘réplica’, etc. Sharrock usa o termo ‘desmistificação’, uma alternativa para a ainda controversa relação.

Certamente o próprio Wittgenstein não apresentou sua filosofia como um sistema. Somos forçados a admitir que um filósofo que, por um período de décadas, meditou e escreveu sobre uma sempre coesiva lista de tópicos, não tem um sistema fundamental e unido, mesmo que ele mesmo não tivesse descrito e articulado... pelo menos alguém tem que admitir que a filosofia de Wittgenstein tem uma ‘abordagem’ que continua unida apesar das transformações. (BRAND, 1979, p. 20)

Para Sharrock, também, não é tanto um sistema, mas uma “abordagem” que une a filosofia de Wittgenstein a todas as suas transformações, as quais ela considera como sendo retratações, melhorias ou revoluções no pensamento de Wittgenstein e que são todos resultados de uma única e imutável abordagem (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 03).

Essa abordagem caracteriza toda a filosofia de Wittgenstein, pois toda a sua trajetória pode ser vista como uma procura para libertar-se e libertar a filosofia do “feitiço da linguagem”, feitiço que mascara as diferenças pela uniformidade das frases construídas. Percebe-se que Wittgenstein está atento para discernir de maneira perspicaz o real uso além da aparência.

Os esforços de Wittgenstein para discernir o que *é* e o que não é uma proposição (DC, 308) estão presentes em todo o seu pensamento. A obsessão com a proposição se relaciona ao discernimento do gramatical (ou lógico) e sua separação do empírico (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 43-62). E no seu discernimento, que descreve o *conteúdo* da filosofia, há também a definição do *método* da filosofia:

O correto método deveria realmente ser seguido: dizer nada além do que pode ser dito, i.e. proposições da ciência natural – i.e. alguma coisa que não tem nada a ver com filosofia – e então, sempre que alguém quiser dizer alguma coisa metafísica, demonstra que ele falhou em dar o significado em sua própria proposição. (TLP, 6.53)

Nessa redefinição, também, Wittgenstein nunca oscilou: desde o TLP em que expressa a dificuldade em manter o empírico fora do perímetro da filosofia sem perder contato com a vida (RFM, 325) até uma preocupação reiterada em DC e RC de que não haja talvez nenhuma ligação entre lógica e experiência (por exemplo, DC, 309, 319; RC II, 3; III 4, 180), finalmente culminando na afirmação que, mesmo falhando às vezes, há uma ligação entre elas: “a falta de nitidez é a da demarcação entre *regra* e proposição empírica” (DC, 319). Para Wittgenstein, a tarefa da filosofia é fazer a distinção clara entre o factual e o lógico (ou gramatical): “Para esta finalidade, iremos sempre de novo realçar diferenciações que as nossas formas habituais de linguagem facilmente deixam passar. Daí pode parecer que consideramos ser nossa tarefa reformar a linguagem” (IF, 132).

Pode-se dizer, então, que permeia a filosofia de Wittgenstein a elucidação da gramática – ela é natural e tem limites. Mas Wittgenstein viaja por um longo caminho desde o TLP até

DC em que é interrompido nas curvas. Se, do TLP até IF, Wittgenstein redefinisse, para ele e para nós, a natureza da “gramática” de IF até DC ele redefiniria sua extensão. O *segundo* Wittgenstein percebeu não só que a gramática não tem uso fixado definitivamente, mas também que substitui a *metafísica*: onde antes parecia uma impossibilidade metafísica (por exemplo, algo não pode ser vermelho e verde ao mesmo tempo, uma máquina não pode pensar) agora parece ser somente uma expressão de regra gramatical. O *terceiro* Wittgenstein depois percebe que fatos contingentes como o mundo existir ou eu estar sentado aqui também *pertencem à gramática*. Isso é, de fato, um novo rumo.

Os LW II, RC e DC mostram Wittgenstein em luta com a idéia de o que parece ser uma proposição contingente tem um status lógico. “Parece haver proposições que tem o caráter de proposições experimentais, mas essa verdade é inacessível para mim. Isso é dizer, se eu assumir que isso é falso, eu posso desconfiar de todos os meus julgamentos” (LW II, 79 e RC III, 348).

Um dos pontos altos do trabalho do *terceiro* Wittgenstein é a *gramaticalização da experiência*. Wittgenstein não mais vê a gramática como expressa exclusivamente por frases ou regras, ou até mesmo amostras. Gramática, como ele percebe, pode manifestar como *uma forma de agir*. Assim, em um movimento que excede qualquer coisa em IF, o *terceiro* Wittgenstein faz da gramática, um conceito pragmático.

O foco na característica terapêutica da filosofia de Wittgenstein pode ser questionado. De fato, o *terceiro* Wittgenstein, como Guido Frongia e Brian McGuinness sugeriram, de algum modo perdeu o interesse pela terapêutica em seu último ano:

... as publicações feitas sobre os escritos de Wittgenstein nos anos imediatamente depois de sua morte tem tendido a complicar a imagem do seu desenvolvimento intelectual. Atenção particular foi dada em DC ... e aqui comentadores viram uma mudança acentuada na atitude de Wittgenstein em relação as maneiras construtiva e sistemática de fazer filosofia. Certamente parece haver uma falta de interesse na ‘terapêutica’ maneira de remover ‘grampos mentais’ permitida apenas pelas interpretações ‘analíticas’ da filosofia de Wittgenstein. (1990, p. 35)

A terceira fase de Wittgenstein é caracterizada por uma mudança no estilo e no método, por uma abordagem vigorosa e incansável com temas maiores da filosofia como crença, certeza, conhecimento, fundacionalismo e ceticismo. O espírito da pesquisa é contribuir para um novo olhar que considere essa idéia do *terceiro* Wittgenstein e ajude a avaliar as contribuições deste autor em DC para clarear conceitos e perspectivas no domínio da epistemologia, vista de uma perspectiva crítica.

Uma leitura estritamente epistemológica de DC de Wittgenstein pode distorcer sua visão, que é frequentemente esquemática, toma a forma de uma estrutura na qual certos

conceitos, como aqueles analisados no segundo capítulo desta pesquisa, desempenham papéis centrais que podem ser interpretados de maneira que importam consequências epistemológicas implícitas na obra de Wittgenstein³⁵, mas que não apontam para concepção sistemática de epistemologia.

Como já se disse na introdução, a obra DC de Wittgenstein é a que tem maiores conexões diretas com a epistemologia. Estas observações aparentemente nasceram das discussões de Wittgenstein com Malcolm em 1949 e dos trabalhos de Moore sobre o ceticismo. Trabalhos estes em que, segundo algumas interpretações, encontra-se uma resposta ao ceticismo com relação à possibilidade de conhecer o mundo exterior. Wittgenstein enumera uma lista de truísmos sem sentido, que são casos que Moore mantém que sabe com certeza serem verdadeiros, mesmo que ele não possa fornecer uma justificção detalhada.

É por isso que a asseveração de Moore de que sabe... não nos interessa. Contudo, as proposições que Moore indica como exemplos dessas verdades sabidas são de fato interessantes. Não porque qualquer pessoa saiba que são verdade ou acredite que ele saiba, mas porque todas têm um papel *semelhante* no sistema dos nossos juízos empíricos. (DC, 137)

Wittgenstein argumenta, de forma inovadora, que o papel especial das proposições dobradiças é que tomá-las como seguras, permite que a atividade de investigação empírica como perguntar, estabelecer, verificar e refutar outras proposições tome lugar, além do fato de a aceitação delas ser uma pré-condição para aprender os jogos de linguagem ou adquirir os conceitos contidos nestes jogos:

Com efeito, como é que uma criança pode duvidar imediatamente daquilo que lhe ensinam? Isso só pode significar que ela era incapaz de aprender certos tipos de jogos de linguagem. (DC, 283).
Ensinamos a uma criança ‘isto é sua mão’, e não ‘isto talvez seja (ou provavelmente é) a tua mão’. (...) E investigar ou inquirir ‘se isto é realmente uma mão’ nunca lhe ocorreu. Nem, por outro lado, ela aprende que ela *sabe* que isto é uma mão. (DC, 374)

Alguns filósofos, entre eles, Sharrock (2004, p.163) e Stroll (1994, p.179) disseram encontrar nas observações de Wittgenstein sobre o papel especial das proposições dobradiças uma resposta aos argumento céticos, se a hipótese cética de que nada se sabe com certeza, não faz sentido, pois o jogo da dúvida não se aplica às proposições (que Sharrock não considera como proposições no sentido estrito) dobradiças.

³⁵ A respeito dessa idéia, ver o artigo *Wittgenstein and Epistemology*, de John Koethe (2004, in MOYAL-SHARROCK, 2004) que argumenta em favor de que “Leituras epistemológicas de Wittgenstein dependem de conceitos chaves de interpretação em determinadas maneiras como a noção de “objetos” no TLP, suas observações acerca dos “critérios” e “estados mentais” em IF e a consideração da obra DC a respeito do ceticismo” (KOETHE, 2004, in MOYAL-SHARROCK, p.101). Por razões do próprio encaminhamento do presente trabalho esta pesquisa concentrou-se apenas em suas observações acerca de DC de Wittgenstein.

Questões como crença, certeza, conhecimento, fundacionalismo e ceticismo são investidas de implicações epistemológicas apenas quando são interpretadas de forma a atribuir determinados papéis aos jogos da certeza, da dúvida, da crença, entre outros.

As interpretações e conclusões de que Wittgenstein visa resolver problemas epistemológicos como tem-se argumentado, podem representar distorções significativas de seus propósitos em DC, os quais não constituem uma epistemologia propriamente dita. E isto é porque não há em DC uma concepção unitária de epistemologia e sim uma recusa em pôr a epistemologia como central. Central, para Wittgenstein, são as práticas (os modos de viver) e isso é uma contribuição para a crítica à epistemologia tradicional que se propunha resolver a questão do conhecimento.

Por fim, o *terceiro* Wittgenstein produziu a importante re-categorização do problemas filosóficos. Não há mais fosso entre crenças e ações. Questões que ficaram em aberto em IF são encaminhadas para novo foco em DC, de modo a dar um novo contorno à epistemologia (conhecer pertence às formas de vida, não tem um status teórico à parte) e seus conteúdos. Conceitos psicológicos fazem parte dos padrões de vida, a gramática faz parte das formas de vida, a experiência é gramaticalizada, a gramática é uma forma de ação. Segundo Sharrock “ele aponta para nossos usos errôneos de conhecimento, lança luz sobre a nossa confusão entre conhecimento e pretensões de conhecimento e traça um limite categorial entre conhecimento e certeza fundacional ou primitiva que resulta da exclusão desta última da epistemologia e sua redefinição como modo de agir” (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 03). Daí o título do trabalho, e sua ambigüidade: Wittgenstein não faz epistemologia em DC mas aponta, talvez, para uma nova epistemologia ou uma anti-epistemologia que faz pensar sobre as questões epistemológicas sob a perspectiva pragmática do uso, da ação, do aprendizado, enfim, do papel que saber, ter certeza, provar, especificamente, duvidar têm em nossas formas de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES PRIMÁRIAS (OBRAS DE WITTGENSTEIN)

- (TLP) **Tractatus Logico-Philosophicus**. (Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: edusp, 2001.
- (RLF) **Some Remarks on Logical Form**, in *Proceedings of the Aristotelian Society*, 1929.
- (PB) **Philosophische Bemerkungen**. Oxford: Ed. Basil Blackwell, 1964.
- (PG) **Gramática Filosófica**. São Paulo: Loyola, 2003.
- (PG) **Gramática Filosófica**. México: Universidad Nacional Autónoma, 1992.
- (CA y CM) **Los Cuadernos Azul y Marrón**, Madri: Tecnos, 1968.
- (CA) **O Livro Azul**. Lisboa: Ed. 70, 1992.
- (CM) **O Livro Castanho**. Lisboa: Ed. 70, 1992.
- (CE) **Cause and Effect: Intuitive Awareness**. *Philosophia*, vol. 6, 1976. (Existe uma tradução em espanhol em WITTGENSTEIN, L. (PO) *Ocasiones Filosóficas 1912-1951*, Madrid. Cátedra, 1997).
- (RFM) **Remarks on the Foundations of Mathematics**. Oxford: Ed. Basil Blackwell, 1956.
- (IF) **Investigações Filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: vozes, 1994.
- (RPP I) **Remarks on the Philosophy of Phisichology, vol I**, (Org. G.E.M. Ascombe e G.H. von Wright, trad. G.E.M. Ascombe) Oxford: Blackwell, 1980.
- (RPP II) **Remarks on the Philosophy of Phisichology, vol II**, (Org. G.H. von Wright and H. Nyman, trad. C.G. (Luckhardt e M.A.E. Aue) Oxford: Blackwell, 1980.
- (Z) **Fichas (Zettel)**. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- (Z) **Zettel**. México Universidade Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filosóficas, 3ª ed. (trad. Octavio Castro e Carlos Ulises Moulines), 1997.
- (LW I) **Last Writings on the Philosophy of Psychology, vol. I**. Org. G.H. von Wright e H. Nyman, trad. C.G. Luckhardt e M.A.E. Aue, Oxford: Blackwell, 1982.
- (LW II) **Last Writings on the Philosophy of Psychology, vol. II**. Org. G.H. von Wright e H. Nyman, trad. C.G. Luckhardt e M.A.E. Aue, Oxford: Blackwell, 1992.

- (DC) **Da Certeza**. Trad. de Maria Elisa Costa. Lisboa: Ed. 70, 1990 (ed. Bilíngue).
- (RC) **Remarks on Colour**. Org. G.E.M. Ascombe, trad. L.L. McAlister e Margarete Schättle, Oxford: Blackwell, 1980.
- (WVK) **Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle**. Oxford: Ed. Basil Blackwell, 1979.
- (LC) **Lecciones y Conversaciones sobre Estética, Psicología y creencia Religiosa**. Barcelona, ed. Paidós/ I.C.E. da Universidade Autónoma de Barcelona, 1992.
- (LC) **Estética, psicologia e religião – palestras e conversações**, São Paulo: Cultrix, 1992.
- (AWL) **Wittgenstein's Lectures: Cambridge, 1932-1935**, das anotação de A. Ambrose e M. MacDonald, org. A. Ambrose. Oxford: Blackwell, 1979.
- (M) Wittgenstein's Lectures in 1930-33, 1954, in G. E. Moore, **Philosophical Papers**. Londres: Ed. George Allen and Unwin, 1959.
- (LPP) **Wittgenstein's Lectures on Philosophical** 1946-47, anotações de P.T. Geach, K.J. Shah e A.C. Jackson, ed. P.T. Geach, Hassocks: Harvester Press, 1988.
- (MWL) Moore's **Wittgenstein Lectures in 1930-33**, in PO, 46-114.

2 . FONTES SECUNDÁRIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Filosofia da linguagem, do signo ao discurso**. SP: Parábola, 2004a.

----- . **A natureza do conhecimento após a virada lingüístico-pragmática**. Revista de filosofia,(PUCPR. v. 16,n.18. – Curitiba: Champagnat, 2004b.

----- . **Wittgenstein e os limites da epistemologia crítica**, 2006.

AZIZE, Rafael Lopes. **Os inícios da abertura pragmática de Wittgenstein: o princípio do contexto**. São Paulo: Unicamp, 2004.

BLACK, M. **Lebensform and Spraschpiel in Wittgenstein's Later Work**. in *Wittgenstein and his Impact on Contemporary Thought*. Proceedings of the 2nd International Wittgenstein Symposium. 29 de Agosto a 4 de Setembro de 1997. Kirchberg (Áustria), 1980. (p.p. 325-331) Viena. Ed. Hölder-Pichler-Tempsky. (2ª ed).

- BRAND, Gerd. **The Central Texts of Ludwig Wittgenstein**, org. Robert E. Innis, Oxford: Basil Blackwell, 1979.
- BROWN, Stuart/ COLLINSON, Diané/ WILKINSON, Robert. **100 filósofos do século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- CARNAP, Rudolf. **Scheinprobleme in der Philosophie**. Berlin: Weltkreis, 1928.
- . **Psychologie in physikalischer**, in *Erkenntnis* (Org. de G. Schilick), 1932.
- CHIYARA, C.S. and Fodor, J.A.. ‘**Operationalism and Ordinary Language: A Critique of Wittgenstein**’, *American Philosophical Quarterly* 2, 1965.
- CHURCHILL, John. **The Certainty of Worldpictures**, em *Philosophical Investigations*, 1988.
- CONWAY, Gertrude D. **Wittgenstein On Foundations**. Atlantic Highlands: New Jersey, 1989.
- DARWIN, Charles. **The Expression of the Emotions in Man and Animals** (1972), London: Harper Collins, 1998.
- DESCARTES, R. **Meditações sobre a Filosofia Primeira**, São Paulo: Editora IFCH- Unicamp (tradução de Fausto Castilho), edição bilíngüe, 1999, p.25.
- DÍAZ, Antônio Crego. **K. Marx y L. Wittgenstein: Elementos para una Teoría Sociopsicológica del Conocimiento**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2003.
- FAUSTINO, Sílvia. **A experiência indizível: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein**. São Paulo, Unesp, 2006.
- FREGE, Gottlob. **The Foundations of Arithmetic: A Logico-mathematical Enquiry Into the Concept of Number (1884)**. Oxford, 1953.
- FRONGIA, Guido and McGuinness, Brian. **Wittgenstein: A Bibliographical Guide**, Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- GARVER, N. **The Other Sort of Meaning**. in *Wittgenstein and his Impact on Contemporary Thought*. Proceedings of the 2nd International Wittgenstein Symposium. 29 de Agosto a 4 de Setembro de 1997. Kirchberg (Áustria), 1980. (p.p. 253-256) Viena. Ed. Hölder-Pichler-Tempsky. (2ª ed).
- . **Form of Life in Wittgenstein’s Later Work**. *Dialectica*, 1990, vol. 44, n. 1-2, p. 175-201.
- . **This Complicated Form of Life**. *Essays on Wittgenstein*. III. Ed. Open Court, 1994.

- GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HACKER, P.M.S. **Wittgenstein: Mind and Will, vol. 4** in *An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations, Part I: Essays*, Oxford: Basil Blackwell, 2000.
- HALLER, R. **Questions on Wittgenstein**. London: Routledge, 1988.
- HALLET, G. **A Companion to Wittgenstein's "Philosophical Investigations"**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1977.
- HINTIKKA, Merrill B. E HINTIKKA, Jaako. **Uma investigação sobre Wittgenstein**. São Paulo: Papirus, 1994.
- JAMES, William. **The Principles of Psychology**, vol. 2, New York: Dover Publications, 1890.
- KENNY, A. (1982). *Wittgenstein*. Harmondsworth: Allen Lane The Penguin Press, 1973 (Trad. para o espanhol por A. Deaño: *Wittgenstein*. Madri: Alianza, 1982).
- KOETHE, John. **The Continuity of Wittgenstein's Thought**. London: Cornell University Press, 1996.
- LI, Puqun. 'Is Wittgenstein a Foundationalist in *On Certainty*' in *Contemporary Philosophy*, 1999.
- LÓPEZ DE SANTA MARIA, P. **Introducción a Wittgenstein. Sujeito, Mente y Conducta**, Barcelona: Ed. Herder, 1986.
- MACDOWELL, J. **Mind and World**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.
- MALCOLM, N. **The Relation of Language to Instinctive Behavior**, 1991. in Hyman, J. *Investigating Psychology: Sciences of Mind after Wittgenstein*, London: Ed. Routledge, 1991.
- MALGREN, Helge. **Intentionality na Knowledge: Studies in the Philosophy of G. E. Moore and Ludwig Wittgenstein**. Goteborg, 1971.
- MARCONDES, Danilo. **A pragmática na filosofia contemporânea** (Coleção filosofia passo a passo). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MCGINN, Marie. **Sense and Certainty**. Oxford, 1989.
- MCGUINNESS, Brian. **Wittgenstein: A Life**. London: Duckworth, 1988.
- MOYAL-SHARROCK, D. **Understanding Wittgenstein's On Certainty**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

----- **The Third Wittgenstein: The Post-Investigations Works.** Aldershot, UK: Ashgate, 2004.

- MONK, Ray. **Wittgenstein: o dever do gênio**. Trad. C.A. Malferrari. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- MOORE, G. E., A Defence of Common Sense (1925) in **Philosophical Papers**, London: George Allen & Unwin; New York Humanities Press, 1959.
- . Proof of an External World (1939), in **Philosophical Paper**, 1959.
- . Prova de um mundo exterior, in **Os Pensadores**, Abril Cultural, 1974.
- . Certainty (1941), in **Philosophical Paper**, 1959.
- MORAWETZ, Thomas. **Wittgenstein and Knowledge: The Importance of On Certainty**, Brighton: Harvester Press, 1978.
- MORENO, Arley. **Wittgenstein os labirintos da linguagem – ensaio introdutório**. São Paulo: Moderna, Unicamp, 2003.
- . Wittgenstein - através das imagens, 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1995.
- . **Introdução a uma pragmática filosófica**. São Paulo: Unicamp, 2005.
- PHILLIPS, D.Z.. **Faith after Foundationalism**, Boulder, CO: Westview Press, 1995.
- . **Wittgenstein's On Certainty :There – Like Our Life**. Oxford: Basil Blackwell, 2003.
- PRITCHARD, Duncan. **Wittgenstein on scepticism**, 2003.
- QUESADA, Daniel. **Saber, opinión y ciencia: Una introducción a la teoría del conocimiento clásica y contemporánea**. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1998.
- REQUEJO, Stella Villamea. **El Problema del escepticismo en la epistemología analítica contemporánea**. Universidade Complutense de Madri, 1998.
- RICHTER, Duncan. **Wittgensteinian Foundationalist** in *Erkenntnis*, 2001.
- SPANIOL, Werner. **Filosofia e método no segundo Wittgenstein**. Belo Horizonte, 1989.

- STEGMÜLLER, Wolfgang. **A Filosofia Contemporânea vol. I.** São Paulo: E.P.U./ EDUSP, 1977.
- STROLL, A. **Moore and Wittgenstein On Certainty.** Oxford: Oxford University Press, 1994.
- . **Wittgenstein's Foundational Metaphors,** in *The Third Wittgenstein: The post-investigations works* (editado por Danièle Moyal-Sharrock), 2004.
- STROUD, Barry. **The Significance of Philosophical Scepticism,** Oxford: Oxford University Press, 1984.
- SVENSSON, Gunnar. **On Doubting the Reality of Reality: Moore and Wittgenstein on Sceptical Doubts.** Stockholm: Almqvist e Wiksell, 1981.
- ter HARK, M. R. M.' **'Uncertainty, Vagueness and Psychology Indeterminacy** in *Synthese*, 124 (2), 2000.
- . **Wittgenstein and Dennet on Patterns,** 2001, in SCHRÖEDER, S. *Wittgenstein and Contemporary Philosophy of Mind*, 2001.
- TRIGG, R. **Reason and Commitment.** London: Cambridge University Press, 1973.
- WEISCHEDEL, Wilhelm. **A Escada dos Fundos da Filosofia.** São Paulo: Ed. Angra, 2000.
- WILDE, Carolyn. **Certainty: A Discussion of Wittgenstein's Notes on Certainty.** London, 1976.
- WILLIAMS, Michael. **Unnatural Doubts: Epistemological Realism and the Basis of Scepticism,** Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- . **Blind Obedience: Rules, Community and the Individual,** 1991, in Puhl, Klaus (ed.), *Meaning Skepticism*, Berlin: Walter de Gruyter, 1991.
- . **Problems of Knowledge: A Critical Introduction to Epistemology.** Oxford: Oxford University Press, 2001.
- WINCH, P. **The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy.** London: Routledge, 1958.
- WOLGAST, Elizabet. **Paradoxes of Knowledge.** Ithaca, N.Y., 1977.
- Von Savigny, E.. **Der Mensch als Mitmensch,** Deutscher Taschenbuch Verlag, 1996.
- Von Wright, G. H., **Wittgenstein,** Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- . **Facts and Certainty,** *Proceedings of the British Academy*, 1985.
- . **Dreaming and Scepticism: imploding the Demon,** *Mind*, 1991.

